



**Universidade de Brasília**

**Instituto de Ciências Humanas**

**Programa de Pós-graduação em Política Social**

**Doutorado em Política Social**

MELINA SAMPAIO DE RAMOS BARROS

**NOVA DIREITA À BRASILEIRA: políticas sociais e cultura política**

Brasília

2024

**MELINA SAMPAIO DE RAMOS BARROS**

**NOVA DIREITA À BRASILEIRA: políticas sociais e cultura política**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e submetido à Comissão Avaliadora como requisito para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Linha: Política Social, Estado e Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Potyara Pereira.

Brasília

2024

**MELINA SAMPAIO DE RAMOS BARROS**

**Nova Direita à brasileira: políticas sociais e cultura política**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília e submetido à Comissão Avaliadora como requisito para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Camila Potyara Pereira.

**BANCA EXAMINADORA**

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira (PPGPS/SER/UnB)

Presidente

Profa. Dra. Angela Vieira Neves (PPGPS/ UnB)

Membro interno

Profa. Dra. Marina Leite Melo (DDS/UFBP)

Membro externo

Prof. Dr. Djonatan Kaic Ribeiro de Souza (Codhab)

Membro externo

Thaís Kristosch Imperatori (PPGPS/SER/UnB)

Suplente

Aprovada em 28 de novembro de 2024

## AGRADECIMENTOS

À orientadora Camila Potyara Pereira pela confiança, presteza e aceite em me acompanhar nessa trajetória.

À professora Angela Vieira Neves pelo incentivo permanente à minha trajetória acadêmica, com muita generosidade e dedicação.

À professora Thaís Kristosch Imperatori pelas contribuições e trocas acadêmicas, bem como por sua amizade, empenho e leveza.

À professora e querida Marina Leite Melo pela generosidade, atenção e contribuições valiosas à tese.

Ao Kaic Ribeiro pela prontidão, leveza e suporte ao trabalho desenvolvido.

Aos professores Raí Vieira Soares, Berenice Rojas Couto e Jane Cruz Prates pelos comentários cuidadosos e atenciosos tecidos sobre o trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília pelos ensinamentos e trocas realizadas durante o processo de doutorado.

À CAPES, pela concessão de bolsa para a realização do doutorado.

Aos amigos, Felipe Portella, Avelina Avelar, Obirin Odara, Leo Dias e Renata Fonseca, que contribuíram para a realização deste trabalho com trocas teóricas e reflexões coletivas, com muito afeto e respeito.

## RESUMO

Esta tese trata-se de uma análise do desenvolvimento da Nova Direita no Brasil sob a lente das políticas sociais. Para tanto, buscou compreender as particularidades da Nova Direita no Brasil e seus efeitos sobre a configuração das políticas sociais durante o período dos governos Temer e Bolsonaro, com o propósito de apresentar novas chaves de compreensão para os estudos sobre políticas sociais no Brasil contemporâneo, que relacionem aspectos sócio-históricos e conjunturais com as especificidades da ideologia neodireitista à brasileira. Nesse sentido, os objetivos específicos foram propostos para identificar os determinantes da Nova Direita e as suas particularidades no Brasil; desvendar as conexões entre a ideologia neodireitista e a cultura política brasileira; e descobrir se os laços construídos pela relação entre nova direita e cultura política promovem determinações específicas às políticas sociais dos governos Temer e Bolsonaro e, se sim, identificá-las. A distinção das gestões neodireitistas no âmbito das políticas sociais se caracterizou pela privatização da provisão social, com ênfase na institucionalização do voluntariado e de políticas familiares. As políticas familiares ganharam destaque, uma vez que o tema da família foi instrumentalizado e abordado como instituição primária para suprir necessidades sociais, promovendo a privatização do cuidado, individualização dos problemas sociais, autoproteção e responsabilização moral. O programa "Criança Feliz", lançado durante o governo Temer, exemplificou esse processo, refletindo a forma como a Nova Direita reforçou a hipervigilância sobre as famílias empobrecidas, a individualização e a culpabilização dos problemas sociais. Essa abordagem foi atualizada por um discurso neurocientífico e econômico, que reduz a criança a um vir a ser funcional e produtivo. A institucionalização de políticas familiares familistas foi ampliada na gestão Bolsonaro, com a criação de uma secretaria específica para a família, reforçando uma visão de que é ela a responsável por garantir a proteção social e os cuidados de seus membros, minimizando a responsabilidade do Estado. Os diferentes programas, projetos e ações da Secretaria Nacional da Família atuaram de forma disciplinar e educativa, por meio de estratégias de divulgação e propaganda de uma concepção de família e provisão social, sem oferecer serviços ou políticas que auxiliassem o cuidado no âmbito familiar ou que garantissem direitos sociais básicos.

**Palavras-chave:** Nova Direita; neoliberalismo; neoconservadorismo; cultura política; políticas familiares; familismo.

## ABSTRACT

This thesis endeavoured to analyze the development of the New Right in Brazil within the context of social policies. Consequently, it aimed to comprehend the unique characteristics of the New Right in Brazil and its effects on social policies during the tenures of the Temer and Bolsonaro. The purpose is to offer novel perspectives for comprehending studies on social policies in contemporary Brazil, integrating socio-historical and conjunctural factors with the nuances of Brazilian neo-rightist ideology. To this end, specific objectives have been delineated: identifying the determinants and specificities of the New Right in Brazil; elucidating the interconnections between neo-rightist ideology and Brazilian political culture; and assessing whether the affiliations between the New Right and political culture exert discernible influences on the social policies enacted during the Temer and Bolsonaro administrations, and if so, delineating them. The Neo-rightist administrations' approach to social policies was primarily marked by the privatization of social provision, with a particular emphasis on the institutionalization of volunteering and family policies. Family policies became increasingly prominent, as the concept of the family was strategically promoted as the central institution responsible for addressing social needs. This redefinition facilitated the privatization of care, the individualization of social issues, the promotion of self-protection, and the moral accountability of individuals. The "Criança Feliz" program, introduced during the Temer administration, served as a clear illustration of this process, demonstrating how the New Right reinforced hyper-surveillance over economically disadvantaged families while fostering the individualization and moralization of social problems. This framework was based by a neuroscientific and economic discourse, which reduced the child to a functional and productive future. During the Bolsonaro administration, the institutionalization of familist policies was expanded, culminating in the creation of a dedicated Ministry for family theme. This move reinforced the notion that it is the family's responsibility to ensure social protection and care for its members, thereby diminishing the state's role. The various programs, initiatives, and actions of the National Family Secretariat was operated with a disciplinary and educational focus, disseminating a traditional conception of family by a extensive propaganda, while failing to provide services or policies that would support family care or guarantee basic social rights.

**Keywords:** New Right. Political Culture. Family Policies. Familism.

## RESUMEN

Esta tesis se propone analizar el desarrollo de la Nueva Derecha en Brasil desde la perspectiva de las políticas sociales. Por lo tanto, buscó comprender las particularidades de la Nueva Derecha en Brasil y sus efectos sobre la configuración de las políticas sociales durante los períodos de los gobiernos de Temer y Bolsonaro. El objetivo es ofrecer nuevas claves de comprensión para los estudios sobre políticas. En este sentido, se han delineado objetivos específicos: identificar los determinantes de la Nueva Derecha y sus particularidades en Brasil; desentrañar las conexiones entre la ideología neoderechista y la cultura política brasileña; y determinar si los vínculos establecidos por la relación entre la nueva derecha y la cultura política influyen en las determinaciones específicas de las políticas sociales de los gobiernos de Temer y Bolsonaro, y en caso afirmativo, identificarlas. El enfoque de las administraciones neoderechistas en las políticas sociales estuvo marcado principalmente por la privatización de la provisión social, con un énfasis particular en la institucionalización del voluntariado y las políticas familiares. Las políticas familiares se volvieron cada vez más prominentes, ya que el concepto de la familia fue estratégicamente promovido como la institución central responsable de abordar las necesidades sociales. Esta redefinición facilitó la privatización del cuidado, la individualización de los problemas sociales, la promoción de la autoprotección y la responsabilidad moral de los individuos. El programa "Criança Feliz", introducido durante la administración de Temer, sirvió como una clara ilustración de este proceso, demostrando cómo la Nueva Derecha reforzó la hipervigilancia sobre las familias económicamente desfavorecidas, mientras fomentaba la individualización y la moralización de los problemas sociales. Este marco se sustentaba en un discurso neurocientífico y económico, que reducía al niño a un futuro funcional y productivo. Durante la administración de Bolsonaro, la institucionalización de las políticas familistas se expandió, culminando en la creación de un Ministerio dedicado al tema familiar. Este movimiento reforzó la noción de que es responsabilidad de la familia garantizar la protección social y el cuidado de sus miembros, reduciendo así el papel del Estado. Los diversos programas, iniciativas y acciones de la Secretaría Nacional de la Familia operaron con un enfoque disciplinario y educativo, difundiendo una concepción tradicional de la familia a través de una extensa propaganda, sin ofrecer servicios o políticas que apoyaran el cuidado familiar o garantizaran los derechos sociales básicos.

**Palabras clave:** Nueva Derecha. Cultura Política. Políticas Familiares. Familismo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Políticas públicas familiares como política “preventiva” .....	123
<b>Figura 2</b> - Políticas Públicas Familiares e a formação conjugal na Cartilha sobre políticas públicas familiares .....	124
<b>Figura 3</b> - Campanha “Navegar numa Boa” .....	127
<b>Figura 4</b> - Campanha “Refeição em família” .....	127

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Normativas de políticas para análise do direcionamento da Nova Direita por intermédio de políticas familiares.....	24
<b>Quadro 2</b> - Ações previstas pelo Plano de Ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares.....	130

## SUMÁRIO

<b>1 Introdução</b> .....	11
1.1 Justificativa .....	11
1.2 Objeto de investigação, questões de partida e objetivos .....	15
1.3 Problema e problemática.....	16
1.4 Método .....	20
1.5 Procedimentos metodológicos.....	23
<b>2 A ideologia neodireitista: diretrizes analíticas</b> .....	27
2.1 Por que a Nova Direita é uma ideologia?.....	27
2.2 A emergência de novas ideologias como reação à crise orgânica do capital: sintomas patológicos do capitalismo contemporâneo.....	40
2.3 Nova Direita como fusão entre neoconservadorismo e neoliberalismo .....	49
<b>3 Cultura política brasileira e Nova Direita: laços existentes?</b> .....	67
3.1 Notas conceituais sobre cultura política.....	67
3.2 Brasil de um passado contínuo: elementos culturais do colonialismo à modernização conservadora .....	73
3.3 Nova República e redemocratização: marco temporal para compreender a Nova Direita à brasileira.....	84
3.4 Nova Direita no Brasil contemporâneo .....	93
<b>4 Nova Direita à brasileira: análise a partir das políticas sociais nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022)</b> .....	103
4.1 A instrumentalização da família pela Nova Direita: uma análise sob a lente das políticas sociais .....	109
4.1.1 Políticas Familiares e familismo .....	109
4.1.2 Governo Michel Temer: o caso do Programa Criança Feliz .....	115
4.1.3 Governo Jair Bolsonaro e a Secretaria Nacional da Família.....	120
<b>Considerações finais</b> .....	136
<b>Referências</b> .....	139

## 1 Introdução

### 1.1 Justificativa

Os termos antitéticos e interdependentes “direita-esquerda” configuram-se em uma díade de conceitos que ocupam e encenam lugares antagônicos no espaço político, pautando-se, especialmente, pela distinção entre os princípios de igualdade e de desigualdade na sociedade, ou melhor, pelo juízo, positivo ou negativo, acerca do ideal de igualdade (Bobbio, 1995). Nessa linha, a direita identifica-se pelo favorecimento da desigualdade, onde “seu leito comum pauta-se na aceitação – ou defesa – da desigualdade de acesso ao poder político e à inclusão como cerne da vida social” (Cepêda, 2018, p. 44).

O campo da direita política é abrangente e apresenta dissonâncias internas na medida em que reúne um amplo espectro teórico e de atuação política (Cepêda, 2018). Assim, é um campo versátil e volúvel, que se adequa a diferentes contextos e se ajusta conforme a essência de seus valores, com unidade nas premissas de competitividade, exclusão, autoritarismo e desigualdade, e com propensões a realizar alianças políticas flexíveis a depender do contexto histórico (Cepêda, 2021).

A adoção da terminologia Nova Direita apoia-se no processo histórico que ofereceu elementos concretos para a sua definição; isto é, as transformações no âmbito da direção ideológica dos processos econômicos, políticos e sociais delineados desde a década de 1970 nos Estados Unidos. Embora a ideologia Nova Direita alimente o espectro político da direita tradicional e corresponda ao seu formato ideopolítico, o seu conteúdo não é sinônimo da “atualidade” no campo da direita.

No Brasil, em geral, o sentido atribuído à Nova Direita é abordado de maneira genérica, como sinônimo de direita contemporânea. Desse modo, o termo é socialmente compreendido como um guarda-chuva teórico, que engloba uma variedade de filosofias e ideologias identificadas como de direita, a exemplo do neoliberalismo, do neoconservadorismo, da extrema-direita, do ultraliberalismo, do populismo de direita, entre outras correntes.

A aceção de Nova Direita como ideologia que representa a fusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo (Pereira, 2016, 2020; Afonso, 2007) ainda não é consenso na literatura. No entanto, é a perspectiva que mais se aproxima deste trabalho, norteador, assim, a investigação. Buscou-se compreender a “Nova Direita à brasileira” a partir das determinações

existentes no âmbito das políticas sociais, entre os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), e da sua relação com a cultura política existente no país.

A ideologia neodireitista, de origem estadunidense, tornou-se hegemonia mundial por corresponder às necessidades históricas do poder político e econômico dominante. Na qualidade de direção política global, a ideologia associou-se à particularidades nacionais e fomentou determinações diferenciadas que podem ser identificadas pelas características de cada país no sistema político, nas políticas sociais, no circuito econômico, entre outros. Por isso, entende-se a relevância de associar o fenômeno aos aspectos históricos estruturais da formação social brasileira, especialmente, em relação à cultura política.

Assim, promoveu-se uma análise particularizada da Nova Direita sem perder de vista suas características universais; por ser um fenômeno social, político e econômico que se realiza no movimento histórico e é moldado de acordo com a realidade local. Além disso, a Nova Direita apresenta determinações específicas às políticas sociais, reconhecida no âmbito da matriz residual de proteção social, com intervenção estatal mínima e fomento a atuação conjunta por redes civis, como família, comunidade, voluntariado, empresas, entre outros (Pereira, 2016).

O objeto do trabalho foi eleito por sua relevância na atualidade, com relação à dinâmica das políticas sociais e às disputas ideopolíticas na sua condução hegemônica em associação ao processo histórico e cultural do Brasil. No âmbito individual, a discussão sobre cultura política e políticas sociais acompanha a agenda de estudos da pesquisadora desde o período de iniciação científica no Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS), em 2013, até a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em 2016. Esses temas apareciam ainda adjacentes a outros assuntos protagonistas até o momento, como sociedade civil e controle democrático.

Durante o mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS), a dissertação apresentada em 2019 deu continuidade à agenda de investigação. Mas, desta vez, o espaço de discussão sobre cultura política, política social e Estado foi ampliado, mesmo que se referindo especificamente à Política Nacional da Pessoa Idosa. Os achados da pesquisa naquele momento apontaram, de maneira muito preliminar, a ascensão de uma ideologia neoconservadora que, atrelada aos ditames do neoliberalismo, gerava efeitos perversos para o controle democrático da política analisada.

Com o objetivo de aprofundar os achados indicados, desde a entrada no doutorado no ano de 2019 no PPGPS, a pesquisadora passou por momentos de encontros e desencontros com o objeto. O projeto apresentado inicialmente ao Programa buscava compreender as bases explicativas da crise de hegemonia no Brasil que levou à ascensão do conservadorismo<sup>1</sup> na qualidade de cultura política. Ao cursar as disciplinas “Metodologia da Pesquisa Social” e “Estado e Política Social no Brasil”, alguns preceitos do projeto preliminar foram abandonados e o objeto de pesquisa ganhou um novo direcionamento. A pesquisadora passou a querer compreender as reestruturações das políticas sociais a partir do aprofundamento do neoconservadorismo no Brasil.

Existia, ainda, um incômodo sobre quais seriam as conexões entre o passado e o presente nas reconfigurações das políticas sociais, o que levou a pesquisadora a realizar ajustes teóricos em torno dos temas propostos. A chave para estabelecer estas conexões foi encontrada nos debates sobre cultura política, com base na formação social brasileira. No entanto, esta aproximação temática realiza pequenos desvios da literatura hegemônica<sup>2</sup> sobre o tema, que dá destaque para tipologias culturais e comportamentais, com pesquisas de tipo *survey* e de sistemas comparativos, especialmente na caracterização daquilo que conta como política formal. Além disso, os estudos de maior relevância na área partem de referências euro-estadunidenses, com fundamentação pré-estabelecida para analisar outras sociedades e relações políticas.

Numa lógica oposta, ao organizar e ser organizada pela sociedade brasileira, entende-se que a cultura política contribui na construção da hegemonia dominante e na sedimentação do poder político. Dessa forma, ela pode ser estudada a partir de parâmetros históricos, estruturais e conjunturais que definem as relações de poder. Esse novo (des)encontro levou a entender a cultura política como elemento essencial, que interfere diretamente na dinâmica do sistema político e das políticas sociais. No entanto, foi apenas em diálogo com a orientadora, Profa. Camila Potyara Pereira, que surgiu a ideia de “Nova Direita à brasileira” para entender os

---

<sup>1</sup> No momento, o conceito era tratado como um guarda-chuva teórico que agregava diferentes matizes. Entende-se o termo como uma ideologia reativa às crises capitalistas, que atua com determinado irracionalismo na modernidade, em que opera a decadência da razão. Na história do capitalismo, o conservadorismo burguês tem raiz no período pós-1948, momento em que se evidencia o esgotamento do ciclo revolucionário burguês, com a distensão do consenso popular; a partir da prerrogativa ideológica de irreversibilidade do capitalismo, o conservadorismo no capitalismo se desenvolveu com marcas nitidamente contrarrevolucionárias e autoritárias (Escorsim, 2011).

<sup>2</sup> Almond e Verba (2001); Inglehart e Welzel (2009); entre outros.

determinantes das políticas sociais a partir das particularidades da fusão neoliberal e neoconservadora no país em conexão com os elementos da cultura política.

De origem estadunidense, chama atenção o aprofundamento da Nova Direita no discurso da sociedade brasileira, com organizações civis difusoras e produtoras desta ideologia, bem como no Estado estrito, na qualidade de articulador e cristalizador do poder político dominante, visto que dá institucionalidade às pautas neodireitistas.

A integração entre sociedade civil e sociedade política permite produzir e difundir esta ideologia na conformação da visão de mundo e das práticas sociais no país. É o movimento de articulação entre as duas para a construção de hegemonia que permite a afirmação da ideia de Estado ampliado desenvolvida por Gramsci (2014). Para o autor, o Estado incorpora a relação recíproca e dinâmica dos processos de exploração-dominação, via consenso e coerção, no movimento de articulação entre sociedade política (Estado estrito [jurídico, legal, detentor da violência]) e sociedade civil (aparelhos privados de hegemonia). Antes compreendida apenas no campo estrutural da esfera econômica na teoria marxiana, a sociedade civil é elevada à dimensão superestrutural, ao ter papel fundamental na construção política, ideológica e cultural e no processo de reprodução das relações de poder.

Os sujeitos coletivos são organizados em aparelhos privados de hegemonia, ou seja, em instituições civis que carregam o papel de erigir as representações de si (Gramsci, 2014). A cultura, costumes e valores hegemônicos, produzidos no âmbito da sociedade civil, são articulados e projetados como uma máxima universal pela sociedade política, o que é imprescindível para a conformação de uma comunidade ilusória, uma das características centrais do Estado no capitalismo. A atuação da sociedade política na produção da cultura acontece indiretamente, mas possui papel vital para a difusão e reprodução dela.

O Estado capitalista brasileiro, desde sua gênese, se apresenta como peça elementar para o desenvolvimento econômico e político, com atividade indispensável na produção e reprodução da hegemonia dominante. Sempre que necessário à recomposição das forças dos grupos no poder, o Estado é reestruturado para corresponder e impulsionar as necessidades do capital, no sentido econômico, político, ideológico e cultural. Desse modo,

A nova direita no Brasil busca universalizar a sua concepção de mundo no intuito de legitimar a sua posição dominante. Para tanto, a ampliação dos mecanismos de expropriações sociais, sempre atualizados e reconfigurados, são acionados nas mais diversas esferas da vida social e, sobretudo, por dentro do Estado. (Casimiro, 2018, p. 469)

Não à toa, Casimiro (2018, p. 465) apresenta que a “Nova Direita brasileira” está imbricada ao Estado, em seu sentido ampliado, ao promover estratégias que têm como objetivo alcançar “o aprofundamento das formas de expropriação e rapinagem dos recursos e direitos sociais historicamente construídos no âmbito das lutas de classes”. Para compreender esta sentença, é preciso ter em mente que a expropriação dos direitos sociais, em síntese, se dá “pelo processo de subtração de condições históricas de reprodução da força de trabalho mediada pelo Estado Social por meio da reapropriação, pelo capital, de parte do fundo público antes destinado aos direitos conquistados pela classe trabalhadora” (Boschetti; Teixeira, 2019, p. 81).

A ideologia neodireitista possui ações particulares no âmbito econômico, político, social e cultural. Nesse sentido, propôs-se como pressuposto inicial, na qualidade de *hipótese* do trabalho, que a Nova Direita produz recursos de direção e dominação no âmbito do Estado ampliado, submetendo a configuração das políticas sociais a seu serviço, de modo a esvaziá-las do seu conteúdo originário e adequá-las aos seus postulados antissociais e antidemocráticos. Supôs-se, ainda, que no Brasil a transfiguração neodireitista das políticas sociais se articula à cultura política, que serviu como terreno fértil para esta consolidação ideológica no país, encaixando-se e conectando-se às suas diretrizes e fortalecendo elementos específicos para a continuação das desigualdades sociais, tais como elitismo, autoritarismo e as diretrizes hierárquicas do projeto colonialista.

## 1.2 Objeto de investigação, questões de partida e objetivos

O *objeto de investigação* se concentrou nas configurações das políticas sociais a partir da hegemonia da ideologia neodireitista em relação às particularidades brasileiras. Com efeito, as *questões de partida* foram estabelecidas no sentido de direcionar a pesquisa proposta, organizar as indagações sobre o objeto e servir como eixo central, ou melhor, como o primeiro fio condutor da investigação (Quivy; Campenhoudt, 1998). Questiona-se, desse modo: o que caracteriza a Nova Direita? Quais os determinantes históricos que constituíram a Nova Direita brasileira? Quais as particularidades das políticas sociais a partir da hegemonia da Nova Direita no Brasil? Como se efetiva a interconexão entre Nova Direita e cultura política no Brasil? Em que medida as políticas sociais implementadas pela Nova Direita brasileira expressam os seus valores e atendem aos seus interesses?

Para tanto, buscou-se alcançar o *objetivo geral* de compreender as particularidades da Nova Direita no Brasil e seus efeitos sobre a configuração das políticas sociais durante o período dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. O alcance tem o propósito de apresentar novas chaves de compreensão para os estudos sobre políticas sociais no Brasil contemporâneo, que relacionem aspectos sócio-históricos e conjunturais com as especificidades da ideologia neodireitista à brasileira. Os *objetivos específicos* foram traçados e estruturados para auxiliar o alcance do escopo central, são eles:

- 1) Identificar os determinantes da Nova Direita e as suas particularidades no Brasil;
- 2) Desvendar as conexões entre a ideologia neodireitista e a cultura política brasileira;
- 3) Descobrir se os laços construídos pela relação entre Nova Direita e cultura política promovem determinações específicas às políticas sociais dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro e, se sim, identificá-las.

### 1.3 Problema e problemática

Pereira (2016, p.70) compreende que as ideias de igualdade e desigualdade configuram o “coração da proteção social capitalista”. Como fundamento essencial do capitalismo, a igualdade forja uma falsa consciência para a legitimação desse modo de produção e das relações sociais resultantes dele. A desigualdade, por sua vez, resulta diretamente da dinâmica sistemática de exploração e dominação no capitalismo, sob a égide da divisão social do trabalho determinada pela apropriação privada do trabalho socialmente produzido. Esta divisão separa hierarquicamente os detentores dos meios de produção daqueles que só têm a oferecer a sua força de trabalho como mecanismo de sobrevivência.

Parte-se do entendimento de que a desigualdade é processual, histórica e multideterminada, produzida e reproduzida no marco das relações sociais e expressa pela distribuição assimétrica de recursos materiais e simbólicos (Reygadas, 2008). As desigualdades ultrapassam a classificação de um sistema de diferenças por serem “sempre hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas” (Therborn, 2010, p. 146). Em que pese a produção diferenciada de vantagens e desvantagens para grupos socialmente determinados, a (re)produção das desigualdades é atualizada a partir de necessidades históricas dos grupos no poder no anseio de garantir a persistência de binarismos excludentes que os favorecem.

Segundo Reygadas (2008), os mecanismos de compensação das desigualdades apresentam limites estruturais, que contribuem para a preservação delas. Para exemplificar, o autor menciona uma série de mecanismos, como cidadania estratificada, que por sua incompletude e seus vícios sócio-culturais permite o acesso e o exercício desigual dos direitos; políticas estatais, com práticas clientelistas, populistas e corporativas, geram desigualdades políticas e estimulam a concentração de renda; políticas sociais, atingidas pela deterioração do espaço público, atrofiam o sentido de comunidade política pela baixa legitimidade; crise fiscal permanente afeta a cobertura e a oferta dos serviços públicos; Estado social com carga tributária regressiva distorce o conteúdo social e político das políticas sociais, e caracteriza-se por desproteger socialmente muitos setores populacionais.

Entende-se que os mecanismos de compensação socialmente atrofiados contribuem indiretamente na reprodução das desigualdades. Como resultados de debilidades na esfera pública, impedem a garantia do exercício da cidadania, das liberdades democráticas e da legitimidade do Estado social, ainda que nos limites da legalidade burguesa.

As particularidades da sociedade brasileira encontram raízes na profundidade das desigualdades, na persistência e na articulação de diferentes níveis sociais, culturais, econômicos e políticos que remetem à forma como o Estado e a sociedade tratam as questões sociais e públicas. A formação do país interfere na debilidade institucional e na mentalidade da sociedade em relação às desigualdades sociais e à intermediação das políticas sociais. A cultura política resulta da formação social no âmbito do sistema político e das práticas sociais, de modo a expressar as disparidades presentes nos valores e signos que conformam o poder político e influenciam a sua institucionalização.

Nessa esteira, as desigualdades sociais estão sedimentadas nas instituições, práticas políticas, distribuição de riqueza e no acesso a bens e serviços no país. Esses traços resultam na precariedade dos dispositivos do poder público em criar mecanismos de intervenção com vistas à superação destas desigualdades. Soma-se ao cenário histórico, a introdução da ideologia neodiretista como direção hegemônica que incide sobre o modo de fazer política, as intermediações estatais por via das políticas sociais, a mentalidade da sociedade civil e as ações desenfreadas e desreguladas da elite econômica.

Com efeito, a materialização, preservação ou modificação das políticas sociais não depende apenas do voluntarismo dos sujeitos coletivos, do determinismo do modo de produção capitalista e nem do mecanicismo imediato de relações de causa e efeito (Faleiros, 2009). A complexidade das relações sociais se inscreve na realidade de modo menos fatídico, numa

dinâmica contraditória de conquistas e concessões. De tal maneira, o conteúdo da política social está associado às disputas ideológicas, culturais, políticas e econômicas que atravessam aspectos estruturais, históricos e conjunturais, determinando a expansão do atendimento das necessidades sociais ou a restrição de direitos.

Conforme Behring e Boschetti (2011), não é consenso e nem preciso o momento de surgimento das políticas sociais. No entanto, as autoras reconhecem que estas políticas se originam do processo de modernização/industrialização capitalista, como regulação estatal das relações forjadas dos conflitos entre capital e trabalho ainda no século XIX no continente europeu, ganhando maior generalização na conformação do capitalismo monopolista.

No Brasil, em decorrência de sua formação particular, a dinâmica de institucionalização das políticas sociais apresentou especificidades. Foi realizada tímida e tardiamente, a partir da década de 1920, com ampliação limitada e reacionária na década de 1960. Embora os preceitos ideológicos e econômicos tenham sido importados para conformar a lógica do capitalismo periférico no país com “ideias fora do lugar” (Schwarz, 2000), elementos da formação brasileira e do Estado nacional imputaram características únicas às políticas sociais. Como exemplo, tem-se a base populista e corporativa do Estado Novo (Faleiros, 2009), o clientelismo arraigado que contraria a noção de cidadania e direitos sociais, o primeiro-damismo, o assistencialismo, o autoritarismo, o conservadorismo, entre outros postulados.

Mesmo com elementos únicos, a dinâmica internacional do capitalismo central influencia diretamente nos arranjos sociais, políticos e econômicos da periferia mundial ao determinar tendências globais. A exemplo, o período após a Segunda Guerra Mundial, com o ideário keynesiano e fordista de expansão das políticas sociais e maior intervenção dos Estados nacionais reverberaram mundialmente, bem como o seu esgotamento presenciou a emergência de ideologias que buscavam reestruturar as bases hegemônicas do capitalismo, conformando novas direções. O neoconservadorismo e o neoliberalismo podem ser considerados como as ideologias emergentes desse período pós-crise de maior relevância, que renovaram as bases do conservadorismo político e do liberalismo econômico para aquecer o mercado e o poder político dominante.

A década de 1970 marcou o giro ideológico mais à direita internacionalmente, com impulso dos governos estadunidense e inglês, adeptos dos preceitos resultantes da fusão neoconservadora e neoliberal, isto é, da Nova Direita. Pereira (2020) afirma que antes mesmo de se consolidar na forma de governar, a Nova Direita já possuía produção e difusão nos espaços mercantis e não mercantis da sociedade civil. A ideologia é compreendida como “um conjunto

de princípios, ideias e práticas morais, resultante da fusão do neoliberalismo econômico com o neoconservadorismo político, social e cultural, o qual configura um feroz ataque capitalista ao Estado Social e à democracia” (Pereira-Pereira, 2020, p. 9). Nela, ainda segundo a autora, convivem perspectivas destoantes, mas que se fortalecem na busca em ocupar o bloco no poder.

Para Pereira (2020, p. 122), a Nova Direita é uma ideologia, de origem estadunidense, que emergiu após o período de crise política e econômica em 1960, como resultado da articulação dos empreendimentos neoliberais e neoconservadores na defesa “da administração de recursos supostamente escassos e do resgate dos valores tradicionais, ameaçados pelas intervenções dos grupos populares organizados”.

A tendência global é presente no enredo político e ideológico brasileiro, com controvérsias sobre o seu conteúdo, o momento em que chegou ao país e as suas características elementares. Ademais, o Brasil possui uma história específica que conforma particularidades na adesão de ideologias nascidas em berços internacionais, especialmente, de países do capitalismo central. Essas especificidades estão presentes na mentalidade da sociedade civil, nas instituições públicas e nas intervenções estatais do país.

Como mencionado, a Nova Direita surge nos espaços da sociedade civil formando quadros políticos, intelectuais e difundindo ideias e práticas que são estrategicamente incorporadas na opinião pública. É ampliada quando ganha materialidade no âmbito da sociedade política, o que permite a sua institucionalização e universalização. No Brasil, conforme Casimiro (2018), os aparelhos privados de hegemonia intra-burgueses ascendem a partir da segunda metade dos anos 1970. Na qualidade de ideólogos da Nova Direita, eles aparecem com maior grau de sistematização e organização a partir da década de 1980 e com consolidação hegemônica nos anos 1990 (Casimiro, 2018). A promoção e a criação das instituições civis são fundamentais na nacionalização da Nova Direita propaladas como interesse e necessidade do país.

A ideologia neodireitista encontra nas políticas sociais a possibilidade ininterrupta de atuação a partir da conversão do seu sentido, em que busca a “captura e ressignificação dos problemas sociais e suas “soluções”” (Casimiro, 2018, p. 128). Entende-se que a chegada da Nova Direita ao país utilizou estrategicamente o campo das políticas e direitos sociais para instituir novas formas de gestão, de apropriação, de utilização do fundo público<sup>3</sup> e de

---

<sup>3</sup> “Temos a impressão de que o fundo público se forma a partir da mais-valia socialmente produzida, diga-se, do trabalho excedente, que se reparte em juros, lucros e renda da terra, sobre os quais incidirá capacidade extrativa

instrumentos de legitimação a partir da renovação de consensos que disputam a mentalidade dos grupos e classes sociais. Em acordo com Casimiro (2018), a ideologia firma um novo plano conciliatório, em que o empresário é o ator principal e o Estado, de cunho gerencialista, desloca as suas responsabilidades como garantidor de direitos.

Os aspectos mencionados incidem diretamente na configuração das políticas sociais no Brasil, representados pela redução de direitos, usurpação do fundo público, redução dos gastos sociais, desdemocratização das decisões públicas, transferência da gestão e execução das políticas para a sociedade civil e a preponderância de noções individualistas, punitivistas, familistas e estigmatizantes. É nesse sentido que o *problema de pesquisa* se inscreve na busca do entendimento qualificado da realidade que promove configurações específicas às políticas sociais no Brasil, a partir da dominação da Nova Direita associada à cultura política nacional.

#### 1.4 Método

O método posiciona a visão de mundo da pesquisadora ao explicitar o caminho investigativo, o compromisso com o objeto de estudo e a sua perspectiva teórica e prática. O materialismo histórico-dialético, fundamentado pela teoria social de Marx, foi eleito como o caminho que direcionou esta pesquisa. A escolha se deu pelo alinhamento teórico-prático com esta perspectiva metodológica que se direciona em busca da essência do objeto e pelo compromisso que tem com a dinâmica da história, em entender a realidade com vistas à construção do devir histórico na medida em que pode ser qualificado como um método de conhecimento e de ação (Lukács, 1989).

Segundo Netto (2011b), o materialismo histórico-dialético destaca-se por sua fidelidade ao objeto de investigação, que parte da aparência para alcançar a essência do seu conteúdo. Nas palavras do autor, o “conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto – de sua estrutura e dinâmica – tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva” (Netto, 2011b, p. 20, grifos do autor). Entende-se que esta fidelidade assina o rigor científico da pesquisa, deixando à parte as aspirações ideais da pesquisadora. A eleição do método também decorre da fidelidade dos resultados com a própria realidade, tendo em vista que influencia diretamente os resultados da pesquisa.

---

do Estado, a carga tributária, envolvendo todos os participantes do butim: o capital portador de juros, o capitalista funcionante/industrial, o capital comercial, os proprietários de terras” (Behring, 2018, p. 48).

O método de Marx é circunscrito por três elementos universais na construção do conhecimento, são eles: totalidade, contradição e mediação (Netto, 2011b). Por *totalidade*, compreende-se o todo articulado, o “corpo social, no qual todas as relações coexistem simultaneamente, sustentando-se umas às outras” (Marx, 2017, p. 103). A sua dinâmica é permeada por *contradições* resultantes das determinações existentes entre as totalidades particulares na estruturação do todo (Netto, 2011b). As contradições expressam, ao mesmo tempo, os antagonismos e a unidade do diverso. Para o seu alcance, utilizam-se as *mediações* como interconexões e “alavanca metodológica para ultrapassar a simples imediatez” (Lukács, 1989, p. 182), como aspecto basilar da construção do pensamento sobre a essência do objeto.

É importante ter em mente que as relações materiais, reais e concretas configuram a base das relações de determinada forma social, condicionando o seu processo social, político e ideológico (Marx, 2017). Dessa maneira, na investigação, parte-se sempre do real, de modo que o concreto, ainda figurado, determine o pensamento, ou seja, sua reprodução ideal. A compreensão do processo histórico da realidade torna-se, assim, essencial, visto que “o movimento da história produz as relações sociais” (Marx, 2017, p. 99). Significa afirmar que as relações sociais não são fixas e imutáveis, pelo contrário, em consonância com Gramsci (2014, p. 27-28), a ciência é a história em ação, uma vez que possui “sentido puramente “histórico” e dialético “daquilo que é historicamente caduco e digno de desaparecer”.”

A dialética se destaca pelo movimento da “coexistência de dois lados contraditórios, sua luta e sua fusão numa categoria nova” (Marx, 2017, p. 104). As categorias são expressões teóricas das relações materiais, constituídas intelectualmente por sua representação ideal da realidade (Marx, 2017). Elas possuem caráter provisório na medida em que correspondem a determinado momento histórico, forças produtivas e relações sociais específicas. Por isso, as categorias não são representações eternas que sancionam o real; de maneira oposta, são resultado e expressão da realidade em movimento. É nessa direção que Gramsci (1999) defende que o valor das categorias está limitado à sua historicidade e, por esta razão, possui validade transitória.

A formulação das categorias se realiza por meio de abstrações, de processos intelectivos em que determinado elemento é isolado do todo para alcançar a sua substância em um sentido ainda formal (Marx, 2011; Netto, 2011b). De acordo com Marx (2011), esse processo permite que as determinações mais simples sejam depuradas, ou seja, permite que alcancem os traços e características mais básicos do elemento isolado. Para essa afirmação ganhar sentido

metodológico, é necessário compreender que o processo histórico carrega determinações em comum, que se repetem, de modo que “o comum isolado por comparação, é ele próprio multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações. Algumas determinações pertencem a todas as épocas; outras são comuns apenas a algumas” (Marx, 2011, p. 56). Pode-se afirmar que o abstrato neste método também é histórico e concreto.

Para Kosik (1976), é necessário realizar um *détour* (desvio) no processo investigativo, em que se distancia inicialmente da coisa em si (concreto), negando a sua aparência imediata para promover a mediatização do abstrato e captar o fenômeno, isto é, compreender como a sua essência se apresenta e como ela se esconde na realidade. A atividade da abstração também ganha relevância por contribuir para o alcance das diferenças essenciais do elemento abstraído, já que indica seus aspectos específicos. Ao atingir as determinações mais simples, torna-se necessário realizar o caminho de volta na investigação, o que Marx nomeia de “viagem de retorno”; é o reencontro com a totalidade que possibilita apreender múltiplas e ricas determinações (Marx, 2011).

O retorno enriquece e complexifica a reprodução do “concreto mental” (Marx, 2011), tendo em vista que se parte do concreto – figurado – para o abstrato e do abstrato para o concreto – pensado. O ponto de partida é o próprio concreto, “o pressuposto efetivo” da realidade, devido ao fato de que ela própria “é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 2011, p. 77-78). Mas é o “progresso da abstratividade à concreticidade” que garante o

[...] movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade; do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto [...] é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade *em todos os seus planos e dimensões* (Kosik, 1976, p. 37, grifos do autor).

Com base nos pressupostos descritos sobre o método, afirma-se que não foi pretensão da pesquisadora alcançar todas as determinações, das mais simples às mais complexas do objeto de estudo e, assim, atingir a sua essência em “todos os planos e dimensões”. Entretanto, utiliza-se como parâmetro o processo metodológico apresentado para se aproximar cada vez mais da realidade do objeto, depurando, na medida do possível, os seus elementos constitutivos. Adotou-se essa orientação teórico-metodológica por compreender que o papel histórico e transitório da ideologia no capitalismo atende como falsa representação da realidade, uma vez que a encobre, por corresponder aos interesses da classe dominante para se manter no poder.

Entende-se que a Nova Direita pode ser enquadrada ao conceito marx-engelsiano de ideologia, respondendo às necessidades históricas dos grupos no poder para renovar as suas bases hegemônicas. Como tendência mundial do capitalismo, a ideologia neodireitista apresenta determinações gerais; de maneira isolada, possui determinações específicas no contexto brasileiro em relação às forças e práticas políticas e aos determinantes históricos do país. Em função disso, interage de modo particular com as configurações e o desenvolvimento das políticas sociais.

O método contribuiu para a apreensão e a aproximação da realidade brasileira e das determinações da Nova Direita no país, em seu caráter abstrato e ideológico, a partir da sua relação com a política social. Os elementos históricos e materiais da realidade serviram como referência no propósito de desvelar esta ideologia, possibilitando alcançar seus antagonismos e unidade, com a negação do imediato e, por fim, construir o concreto pensado expresso pela análise dos resultados da pesquisa, que possuem caráter histórico e provisório.

Lowy (1989), ancorado na dialética marxista, aponta os principais elementos do método no estudo de uma ideologia, ou como ele prefere chamar, de uma visão social de mundo ideológica que tem caráter justificador de determinada ordenação social. O primeiro aspecto ocorre pela limitação histórica, que se concentra na compreensão da gênese, desenvolvimento e transformação da ideologia. O segundo refere-se à correspondência e relação da ideologia ao conjunto da vida em sociedade, à estrutura social e sua dinâmica. Com ênfase na contradição, o terceiro elemento acontece pela análise das ideologias em disputa e conflito, ao mesmo tempo que se constrói o consenso social que garante hegemonia. Em acordo com o pesquisador marxista, estes três aspectos nortearam a análise sobre a Nova Direita à brasileira relacionada às políticas sociais.

### 1.5 Procedimentos metodológicos

As técnicas de investigação utilizadas no percurso metodológico foram desenvolvidas como o meio que possibilitou o encontro dos achados de pesquisa. Em conformidade com Netto (2011b), é a própria estrutura e dinâmica do objeto de estudo que direciona a escolha dos procedimentos utilizados. Por considerar o caráter teórico-reflexivo do objeto proposto, a pesquisa foi subsidiada por análise documental.

A análise documental foi adotada por fornecer informações práticas que ajudaram na aproximação com a realidade e o movimento histórico. A eleição da análise documental também ocorreu por compreender os documentos, apresentados em diversas modalidades, como “veículos vivos de informação” (Laville; Dione, 1999, p. 168). As modalidades utilizadas como referência na obtenção das informações desejadas se configuram em discursos públicos disponibilizados no canal do governo federal no *youtube* e documentos oficiais como decretos, leis, portarias e materiais informativos. A delimitação temporal apoiou-se no objeto, dessa maneira, os documentos percorrem o período de 2016 até 2022.

A Nova Direita disputa a direção das políticas sociais, definindo novos arranjos, de modo que a análise do período indicado considerou a conformação das políticas sociais a partir das políticas familiares, como caráter distintivo da gestão neodireitista no Brasil. Outras categorias, como desfinanciamento, desdemocratização do público e saída pelo voluntariado também apareceram como princípios de privatização e moralização, particularmente como marca desta ideologia na conformação das políticas sociais brasileiras. No entanto, a discussão de políticas familiares foi eleita para exemplificar as configurações das políticas sociais da Nova Direita justamente por ser a primeira vez em que o Estado institucionaliza de forma sistemática políticas familiares, com distinção familista.

Tem-se que a ideologia parte do esgotamento de um pacto social, e a construção destas saídas, como novos contornos às políticas sociais, faz parte da sua própria identidade. Desse modo, utilizou-se algumas normativas institucionais do Poder Público para exemplificar como a Nova Direita instrumentalizou políticas familiares para se consolidar durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro (Quadro 1).

**Quadro 1** - Normativas de políticas para análise do direcionamento da Nova Direita por intermédio de políticas familiares

Documento		Ano	Caracterização
1	Decreto nº 8.869	2016	Institui o Programa Criança Feliz
2	Guia para visita domiciliar – Programa Criança Feliz	2017	Manual para realização de visitas do Programa Criança Feliz

3	Decreto nº 9.579	2018	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.
4	Decreto nº 9.673	2019	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.
5	Guia para visita domiciliar - Manual	2019	Manual para realização das visitas domiciliares do Criança Feliz
6	Cartilha sobre políticas públicas familiares	2020	Cartilha para promover a adesão dos municípios ao Programa Município Amigo da Família
7	Portaria MMFDH/GM nº 1.756	2020	Institui o Programa Município Amigo da Família (PMAF) e dá outras providências.
8	Decreto nº 10.570	2020	Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e seu Comitê Interministerial
9	Portaria MMFDH/GM nº 3.174	2020	Institui o Projeto-piloto Reconecte, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
10	Portaria MMFDH/GM nº 2.904	2020	Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família
11	Portaria MMFDH/GM nº 1.643	2020	Institui o Observatório Nacional da Família
12	Portaria MC/GM Nº 664	2021	Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS
13	Manual de Introdução do Programa Famílias Fortes	2021	Material introdutório às diretrizes do Família Fortes

14	Resolução nº 1 do Comitê Interministerial da Estratégia Nacional de Fortalecimento de vínculos familiares	2021	Aprova o plano de ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares
15	Portaria MMFDH/GM nº 107	2022	Institui o Programa Município Amigo da Família
16	Balanço – Secretaria Nacional da Família	2022	Documento de balanço de governo, constando as ações implementadas e iniciativas realizadas nos quatro anos de gestão

Fonte: Elaboração própria, 2024.

As normativas explicitadas não esgotam as estratégias neodireitistas de alterar o sentido das políticas sociais, tendo em vistas que estas estão espraiadas em diferentes campos de atuação, como a conformação, legitimação e execução das políticas sociais e atravessam muitos temas. Acredita-se que as medidas apresentadas além de disputar o direcionamento do campo social, postulam e endossam práticas sociais e políticas que integram a cultura política brasileira, como a centralidade na família. A tese baseia-se justamente em explicitar esse processo de conformação.

Desse modo, a tese divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, foram delineadas as diretrizes analíticas da Nova Direita, com a fundamentação teórica do seu enquadramento como ideologia capitalista, a apresentação situacional e histórica da emergência da ideologia e os seus postulados políticos e teórico-conceituais. No capítulo seguinte, abordou-se os pressupostos teóricos de cultura política, elementos da formação sócio-histórica do Brasil, que caracterizam sua cultura política, bem como a emergência da Nova Direita no país, com o propósito de explicitar as conexões existentes entre ideologia neodireitista e cultura política. Por fim, o último capítulo apresenta o resultado da pesquisa que configura a instrumentalização da família por intermédio das políticas sociais nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, como forma de descaracterizar e deslegitimar políticas sociais direcionadas pela justiça social e garantia de direitos. Por fim, na seção “Considerações Finais” retoma-se as afirmações provisórias, que foram endossadas pelos resultados da pesquisa, assim como propõe-se o fortalecimento de uma agenda de pesquisa sobre Nova Direita e políticas familiares no Brasil.

## 2 A ideologia neodireitista: diretrizes analíticas

### 2.1 Por que a Nova Direita é uma ideologia?

Abordar a Nova Direita como uma ideologia parte de uma escolha teórica e política que direciona o olhar lançado sobre a realidade neste trabalho. Isso ocorre, especialmente, a partir da delimitação do conteúdo de ideologia, tendo em vista a complexidade em torno dos caminhos traçados nas ciências sociais para atribuir significados ao conceito. Löwy (1985, p. 10) sinaliza a dificuldade em esquadriñar esse percurso conceitual, pois trata-se de um labirinto teórico constituído por contradições, paradoxos, arbitrariedades, ambiguidades, equívocos e mal-entendidos. Desse modo, não se tem aqui a pretensão de solucionar os impasses que envolvem o tema; apenas apresentar, minimamente, a perspectiva histórico-conceitual que subsidiou o entendimento da Nova Direita como uma ideologia.

É consenso na literatura<sup>4</sup> ocidental que o termo ideologia, usado de forma explícita<sup>5</sup>, origina-se do filósofo francês Antoine Destutt de Tracy. O autor, um nobre aristocrata que se tornou representante ativo da burguesia revolucionária francesa, esboçou o conceito quando esteve preso durante o período dos jacobinos no final do século XVIII (Eagleton, 2019). Pouco tempo após ser liberto da prisão, em 1795, o filósofo e outros pensadores alcançaram uma posição de prestígio na Nova República, momento em que foi criado o Instituto Nacional, que assessorava a reconstrução do poder político da época a aprimorar as instituições no país (Konder, 2020; Eagleton, 2019; Thompson, 2011).

Por meio de notas elaboradas para um curso do Instituto Nacional em 1796<sup>6</sup>, De Tracy descreveu o seu projeto sobre o conhecimento das ideias e sensações chamando-o de ideologia, isto é, a ciência das ideias (Thompson, 2011). Mas foi com o livro *Elementos de ideologia*, publicado em 1801 pelo mesmo autor francês, que o termo ganhou notoriedade. Em linhas gerais, a perspectiva originária de ideologia pode ser compreendida da seguinte maneira:

Ideologia deveria, pois, ser “positiva, útil e suscetível de exatidão rigorosa”. Genealógicamente, seria a “primeira ciência”, pois todo o conhecimento científico envolveria a combinação de ideias. Ela seria, também, a base da gramática, da lógica,

<sup>4</sup> Ver em: Löwy (1985); Mannheim (1986); Williams (2003); Konder (2002); Chauí (1982); Eagleton (2019); Thompson (2011).

<sup>5</sup> Konder (2002) e Mannheim (1986) apresentam que a teoria dos ídola de Bacon pode ser entendida como originária da concepção de ideologia, ainda que não a nomeie desse modo. Além de Bacon, os autores, cada um à sua maneira, citam outros teóricos ao longo da história que tratam sobre questões que indicam a discussão por trás da ideologia, mas não utilizam o termo explícito, como Maquiavel, Hume, Kant e Hegel.

<sup>6</sup> No mesmo ano já havia tradução do termo e do seu conteúdo para a língua inglesa (Williams, 2003)

da educação, da moralidade e, finalmente, “a maior de todas as artes, isto é, a arte de regular a sociedade de tal modo que o ser humano encontraria ali o maior auxílio possível e, ao mesmo tempo, o menor desprazer de sua existência”<sup>4</sup>. Através de uma análise cuidadosa das ideias e das sensações, a ideologia possibilitaria a compreensão da natureza humana e, desse modo, possibilitaria a reestruturação da ordem social e política de acordo com as necessidades e aspirações dos seres humanos. (Thompson, 2011, p. 45)

Segundo Williams (2003), a prerrogativa de que as ideias sustentam a construção do conhecimento pretendia se distinguir da antiga metafísica e foi, com essa definição, utilizada na epistemologia e teoria linguística até o início do século XIX. De Tracy reforçava ideias iluministas com o intuito de recuperar certo otimismo e tranquilidade social, apresentando a ideologia como uma disciplina filosófica em que as ideias auxiliam a sociedade a compreender, perceber e a criar perspectivas para melhorar a realidade existente (Konder, 2020). No plano político, a construção dessa disciplina alinhava-se ao projeto da Revolução Francesa e ao republicanismo.

Em 1799, Napoleão Bonaparte assumiu o governo francês por meio de um golpe de Estado conhecido como 18 de Brumário. Inicialmente, o governante tornou-se membro honorário do Instituto Nacional e apoiou-se em suas propostas para elaboração de uma nova Constituição. Mas logo posicionou-se contrário aos ideais sociais e políticos do Instituto, uma vez que contrariavam a sua forma de governar, o que o fez considerar os seus integrantes como uma ameaça em potencial (Eagleton, 2019; Thompson, 2011). Para descaracterizar a credibilidade e cientificidade do Instituto e de seus membros, Napoleão mobilizou a opinião pública contra eles, chamando-os de ideólogos, com conotação pejorativa e depreciativa no sentido de rebaixá-los a meros especuladores da realidade (Löwy, 1985; Thompson, 2011).

O governante fechou o Instituto em 1802 e, em 1812, ao perder uma batalha contra a Rússia, professou um discurso histórico exclamando que os ideólogos elaboravam metafísica confusa, com ideias artificiais que não alcançavam a base do conhecimento real e nem apanhavam o aprendizado que a história registrava (Eagleton, 2019; Konder, 2020; Williams, 2003; Thompson, 2011). Tem-se que o conteúdo conferido à ideologia e seus derivados linguísticos, ideólogos e ideológicos, após a perspectiva napoleônica, ampliou-se para “teoria abstrata, impraticável ou fanática” (Williams, 2003, p. 170, tradução nossa).

A emergência do significado do conceito foi caracterizada por disputas políticas travadas pelos “racionalistas” da revolução burguesa e pelo “pragmatismo político” do autoritarismo bonapartista. Dessa forma, “o termo “ideologia”, rapidamente, tornou-se uma arma numa batalha política” (Thompson, 2011, p. 43), em que o objeto de conflito se converteu

nas próprias ideias que manteriam a regência e direção da sociedade. Bonaparte renunciou em 1814 e, pouco tempo depois, De Tracy retomou o lugar de prestígio político e intelectual. No entanto, foi a perspectiva napoleônica de ideologia que prevaleceu na trama histórica.

O caráter negativo atribuído à ideologia na modernidade adveio do uso de Bonaparte e, desde então, foi utilizado com a mesma conotação nas décadas seguintes do século XIX. Não obstante,

Quando Marx, na primeira metade do século XIX, encontra o termo em jornais, revistas e debates, ele está sendo utilizado em seu sentido napoleônico, isto é, considerando ideólogos aqueles metafísicos especuladores, que ignoram a realidade. É nesse sentido que Marx vai utilizá-lo a partir de 1846 em seu livro chamado *A Ideologia Alemã*. (Löwy, 1985, p. 11)

Marx adotou o sentido napoleônico de ideologia, mas o autor avançou e complexificou o conceito à medida que forneceu arcabouço teórico atrelado a projetos políticos e societários de uma classe dominante e historicamente determinada. Decerto, o autor possui um papel central na discussão teórica e política do conceito, além de ser o primeiro a teorizá-lo considerando os interesses de classes e as relações de poder que envolvem as estruturas socioeconômicas e, aparentemente, produzem representações sociais que estão apartadas da realidade. Com efeito, Marx ultrapassou as análises neutra, psicológica e pragmática do termo para inseri-lo no contexto da luta de classes.

Marx<sup>7</sup> e Engels escreveram, em 1846, sobre a ideologia alemã<sup>8</sup>, com base nos escritos filosóficos dos jovens seguidores de Hegel, Bruno Bauer, Max Stirner e Ludwing Feuerbach, considerados pelos autores como ideólogos alemães. No sistema teórico de Hegel, as ideias, a consciência e os conceitos concebem e determinam o mundo material e as relações sociais. Os seus discípulos partiram dessa prerrogativa teórica, mas se apresentaram como inovadores, cada um à sua maneira. Os discípulos de Hegel defendiam que as ideias e os pensamentos, determinações conceituais imediatas da essência humana, atribuíam forma à realidade. Com isso, pressupõem que a história e as transformações sociais são o resultado da própria

---

<sup>7</sup> Após o exílio de Marx na França (1844–1845).

<sup>8</sup> Embora se atentem às especificidades da ideologia alemã, os autores anunciam que não existe diferença do idealismo alemão para outros formatos de ideologia, pois toda ideologia pressupõe o domínio das ideias e conceitos fixos como princípios determinantes do mundo material. A exemplo, explicam que enquanto os franceses e ingleses estavam limitados às ilusões políticas da época; os alemães faziam da religião a força motriz da história, mas em ambos os casos existem amarras ideológicas, ou seja, ilusões conceituais que os distanciam da compreensão material da atividade humana que, de fato, move a história, em sua perspectiva.

consciência que o sujeito tem de si mesmo, a partir do processo em que as ideias do indivíduo se conectam com as ideias do todo social e, dessa forma, se materializam (Marx; Engels, 2007).

A realidade, considerada um produto das ideias, incomodava os jovens filósofos, que construíram ensaios sobre o que eles acreditavam ser formas de libertar o imaginário da época. Assim, Marx (2007, p. 523) os ironiza ao interpretá-los: “Rebelemo-nos contra esse império dos pensamentos. Ensinemos-lhes a trocar essas imaginações por pensamentos que correspondam à essência do homem, diz Um, a se comportar criticamente para com elas, diz o Outro, a arrancá-las da cabeça, diz o Terceiro, e... a realidade existente haverá de desmoronar”. O autor se dispõe determinado a desmascarar os jovens hegelianos, que na sua visão, nada têm de revolucionários em suas proposições.

Segundo Marx e Engels (2007), as formulações elaboradas pelos filósofos se atentavam apenas ao contexto alemão e reduziam as respostas filosóficas às questões de fundo religioso. Desse modo, questionam que a “nenhum desses filósofos ocorreu a ideia de perguntar sobre a conexão entre a filosofia alemã e a realidade alemã, sobre a conexão de sua crítica com seu próprio meio material” (Marx; Engels, 2007, p. 84). Por não conceberem a realidade como produto da atividade humana e coletiva, os ideólogos alemães, na visão dos autores, não apresentavam nenhuma crítica da realidade e, muito menos, projetos possíveis de mudança dela. Em analogia, Marx (2007, p. 523-524) exemplifica a visão dos ideólogos alemães no trecho seguinte:

Certa vez, um nobre homem imaginou que os seres humanos se afogavam na água apenas porque estavam possuídos pela ideia da gravidade. Se afastassem essa representação da cabeça, por exemplo esclarecendo-a como uma representação supersticiosa, religiosa, eles estariam livres de todo e qualquer perigo de afogamento. Durante toda a sua vida combateu a ilusão da gravidade, de cujas danosas consequências todas as estatísticas lhe forneciam novas e numerosas provas. Aquele nobre homem era do tipo dos novos filósofos revolucionários alemães.

Em contraposição aos postulados defendidos pelos novos filósofos, os autores argumentam, sob uma perspectiva material da história, que as ideias não concebem a realidade e, muito menos, a alteram, tendo em vista que a consciência é produto social da atividade humana e das condições materiais que a determinam. Assim, consideram que os ideólogos alemães “colocam a questão de cabeça para baixo e vêem em sua ideologia tanto a força motriz como o objetivo de todas as relações sociais, enquanto *ela é tão somente sua expressão e seu sintoma*” (Marx; Engels, 2007, grifos nossos). A ideologia expressa, aparentemente, as

condições reais de existência a partir das normas, condutas, códigos sociais, entre outros, como uma representação social de uma classe sobre si mesma, cuja finalidade é a dominação.

Ademais, a autorrepresentação de uma classe é um sintoma social da divisão do trabalho e da conjuntura política de uma época, que determina os elementos necessários para a correspondência entre o imaginário social e o processo de dominação de uma classe sobre a outra. Ela também é distorcida na medida em que expressa os interesses particulares de uma classe como interesses universais de todo o corpo social, o que Marx e Engels (2007, p. 180) chamaram de 'ilusionismo ideológico'. Esse fenômeno cria uma aparência autônoma e descolada da base material, como se as ideias fossem autodeterminadas.

O ponto de sustentação da ideologia é a divisão social do trabalho e as forças produtivas presentes no capitalismo. É por essa razão que ela está necessariamente vinculada às classes e grupos dominantes. A divisão social do trabalho separa os proprietários dos não proprietários, os meios de produção das condições de trabalho, distribuindo desigualmente, tanto quantitativa quanto qualitativamente, o trabalho e seus produtos. Essa divisão abrange necessariamente a propriedade, visto que ambas são expressão de um mesmo processo (Marx; Engels, 2007).

A divisão social do trabalho também define o poder social e as relações sociais de poder, que utilizam recursos ideológicos para sua legitimação. Portanto, como afirma Chauí (1982, p. 89-90), “a ideologia é resultado da luta de classes e tem por função esconder a existência dessa luta”. Seu comando alcança mais êxito “quanto maior for sua capacidade para ocultar a origem da divisão social em classes”. Aqui, percebe-se um dos principais papéis da ideologia: apresentar representações normativas aparentemente autônomas e espontâneas em relação ao contexto da divisão social do trabalho, a fim de ocultar a existência da luta de classes e os conflitos que a envolvem.

A estrutura — base econômica, onde se desenvolvem as forças produtivas e a sociedade civil — é entendida por sua existência social real, concreta, permeada por processos dinâmicos e contraditórios (Williams, 2011). Embora resulte dessa dinâmica, a ideologia se desenvolve no âmbito das superestruturas políticas, onde as representações sociais são difundidas, incorporadas e universalizadas para toda a sociedade. A relação entre estrutura e superestrutura é, dessa forma, recíproca (Gramsci, 2014). Sendo assim, pode-se afirmar que as “ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante” (Marx; Engels, 2007, p. 47, grifo dos autores).

Como elemento complementar ao processo de dominação ideológica, o vínculo fundamental entre estrutura e superestrutura é deformado e falseado no capitalismo, permitindo que ele apareça fragmentado e apartado no pensamento. Em consequência, as ideias apresentam-se como autodeterminadas, ou seja, desvinculadas da classe produtora dessas normas, valores, moral, entre outros. É interesse elementar das classes dominantes que a ideologia se desvincule, apenas na aparência, de sua materialidade constitutiva. Dessa forma, ela é projetada como algo natural e autodeterminado, aparentando dominar por si só ao ser internalizada no senso comum e nas condutas sociais vigentes (Marx; Engels, 2007).

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, na perspectiva marxiana, a ideologia é um sistema de ideias cujo objetivo é justificar, mistificar e falsificar a realidade, funcionando como um mecanismo de legitimação e dominação de determinada classe social sobre outra, em resposta às determinações históricas de uma época (Marx; Engels, 2007). Nessa linha de pensamento, é importante ressaltar que nem todo sistema de ideias possui caráter ideológico. Ou seja, a ideologia não se resume a um mero conjunto de crenças e signos; ela é inerente à legitimação do poder dominante e à mistificação dos conflitos sociais conformados pelos desdobramentos da estrutura socioeconômica. Isso significa que alguns elementos históricos, sociais e estruturais são necessários para que um sistema de ideias, crenças e valores se torne ideologia.

Desse modo, a ideologia é erigida por relações sociais de poder à medida que serve como instrumento de legitimação. Esta, por sua vez, não ocorre de forma mecânica, acéfala ou impositiva. Ela aciona e apreende os interesses de determinado grupo social para representar uma ordem coletiva. Esses interesses não são aleatórios e individuais, mas são traduzidos, enganosamente, em necessidades e desejos genuínos, com a aparência de soluções infalíveis para o todo, mesmo que beneficiem apenas um pequeno grupo detentor do poder (Eagleton, 2019). Não significa dizer que as ideologias não expressem determinadas carências e desejos reais. O que ocorre é que eles são capturados, usurpados e ajustados para transformarem-se em discursos, práticas e ideias atraentes, moldando o comportamento social e viabilizando o poder político dominante.

Conforme explica Eagleton (2019, p. 31), “para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas. A despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar aos seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada”. Ou seja, o autor enfatiza que elas precisam garantir uma base sólida, onde os sujeitos consigam desenvolver um senso de pertencimento e identificação,

motivando-os a se dedicarem a ponto de as ideologias se traduzirem em ações cotidianas. O interesse privado é dissimulado em interesse geral. Por isso, a ideologia se expressa no plano imediato não como um reflexo mecânico, mas como a substituição do real pelo empreendimento de máximas abstratas, universais e unificadoras que correspondem à imaginação. Desse modo, no campo ideológico, “o particular concreto e a verdade universal deslizam sem parar para dentro e para fora um do outro, evitando a mediação da análise racional” (Eagleton, 2019, pp. 36-37).

Assim, a “substituição do real pelo imaginário é a grande tarefa da ideologia, e por isso ela anestesia como o ópio” numa sociedade fundamentalmente desigual que gera efeitos deletérios aos não-proprietários (Chauí, 2008, p. 97). A admissão de uma perspectiva distorcida da realidade não expressa a baixa cognição da sociedade, enquanto um pequeno grupo da elite é detentor do conhecimento oculto. O processo de consentimento não ocorre por ignorância, falta de questionamento ou perversão da maioria social. A imposição e adesão dos preceitos ideológicos dispõem de recursos refinados de mistificação, ocultamento e naturalização. Um exemplo está no fato de que a ideologia possui léxicos particulares; ela utiliza o discurso e a linguagem como recurso de ação e, ao mesmo tempo, ultrapassa os limites desses instrumentos (Eagleton, 2019). Isso ocorre à medida que tem como centro a construção do contexto, ou seja, os interesses em disputa e a finalidade que visa alcançar (Eagleton, 2019). Por consequência, “não existe imunidade contra a ação sutil da ideologia” (Konder, 2020, p. 273).

Afirma-se, sob essa lente teórica, que o ocultamento da realidade presente na ideologia, ou sua própria inversão em abstrato, reflete a representação do particular concreto. A formação do pensamento social coletivo, mesmo que alienante, é fruto das circunstâncias reais existentes. No entanto, a ideologia não se expressa por distorções simplórias, uma vez que ela “respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores” (Konder, 2020, p. 50). Com isso, Chauí (1982) esclarece que a noção de ilusão não é análoga à fantasia ou à invenção gratuita. Essa aceção incorre em erro, pois a ideia se identifica com a noção de abstração e inversão do real que ocorre de forma determinada. Não obstante, uma das contradições da ideologia reside no fato de que ela pode ser falsa e racional, falsa e científica, falsa e coerente (Eagleton, 2019). O caráter falsificador da ideologia alude à construção e propagação de máximas absolutas e unitárias que correspondem à necessidade histórica de dominação de determinada classe. Sua formulação e projeção contam com a detenção do poder intelectual, político e cultural dessa classe.

As ideologias de uma época histórica relacionam e manobram interesses conflitantes para construir uma unidade imaginária. Segundo Eagleton (2019), elas têm como natureza a pretensão de universalizar soluções, que aparecem como espontâneas, sem contexto histórico, como saídas inevitáveis de caminhos que já não podem ser alterados. Portanto, é tarefa da ideologia investir na a-historicidade da realidade, à medida que naturaliza os problemas sociais e nega a atividade dos sujeitos sociais como força motriz do processo histórico. Assim, “a ideologia fabrica uma história imaginária (aquela que reduz o passado e o futuro às coordenadas do presente)” (Chauí, 1982, p. 120). Busca-se afirmar, por um lado, que a unidade e a universalidade da ideologia são abstratas e aparentes, e, por outro, que a hegemonia de uma ideologia específica não se dá por uma adesão passiva e sem conflito.

Em síntese, a ideologia na perspectiva marxiana é

[...] um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja junção é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (Chauí, 2008, p. 109)

O conceito de ideologia percorreu diferentes abordagens teóricas posteriormente a Marx e Engels, com outras perspectivas a respeito do seu conteúdo, inclusive sob bases marxistas, que o ampliaram para outros grupos e exercícios de poder. A relativização do significado ou sua abrangência desmedida destitui o sentido político e histórico que delimita a sua fundamentação e eleva a sua posição de termo para conceito. Fato é que “tanto dentro do marxismo como dentro das disciplinas emergentes das ciências sociais, o conceito de ideologia é neutralizado de várias maneiras - mesmo que, na esfera do discurso social cotidiano, o termo "ideologia" continue a carregar um sentido negativo” (Thompson, 2011, pp. 62-63).

Historicamente, o conceito marxiano de ideologia foi contestado, seja por incutir a ideia de ocultamento e mistificação da realidade, seja por atrelar diretamente um sistema normativo de ideias às classes dominantes no capitalismo. No entanto, até as perspectivas contrárias partem da leitura de Marx e Engels para contestar e elaborar uma nova concepção a respeito do conceito. Ademais, desde sua gênese, como mencionado, ocorre uma disputa política acerca do significado de ideologia e de sua realização, visando alcançar direção social.

Como parte dessa batalha teórica, na metade do século XX, um grupo de pensadores neoconservadores escreveu sobre 'o fim da ideologia'. Entretanto, segundo Bell (1988), o primeiro a utilizar a frase foi o escritor militante da resistência francesa Albert Camus, em 1946. O autor fez uso dela ao escrever que se os socialistas franceses renunciassem ao marxismo como filosofia absoluta, mostrariam como o período que vivenciavam (pós-Segunda Guerra Mundial) seria o fim das ideologias, momento em que as utopias absolutas se autodestruiriam na história. Camus, em discussão interna com o Partido Socialista Francês, tentava defender a fidelidade ao marxismo quando uma parte do Partido já o considerava inflexível para analisar a realidade (Bell, 1988).

Anos depois, em 1955, com contexto e perspectiva opostos, Raymond Aron questionou se não seria o fim da era ideológica nas considerações finais do livro “O ópio dos intelectuais”. No mesmo ano, a provocação do autor tornou-se uma conferência em Milão, com patrocínio do Congresso pela Liberdade Cultural (CLC), reunindo diversos intelectuais da época para refinar os argumentos sobre o tema. Vale salientar que o CLC foi um instrumento de propaganda cultural de alcance internacional, constituído de 1950 a 1967 e financiado pela Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA). Com escritórios em 35 países, o CLC conseguiu reunir intelectuais, artistas e pessoas públicas por meio de palestras, conferências, exposições artísticas, serviços de notícias, premiações e, especialmente, revistas, para mobilizar a opinião pública contra o comunismo e a favor da política externa estadunidense (Saunders, 2008).

Nessa esteira, Aron (1962) argumentou que poderia ser o fim de uma era ideológica ao invalidar o comunismo como uma vertente teórica e uma alternativa política. Para o autor, o comunismo tratava-se de uma ideologia que constrangeu o papel histórico do proletariado ao definir o que ele deveria ser e fazer, mobilizando apenas os trabalhadores do campo e tornando-se uma questão de fé para os demais. Os intelectuais comunistas, ainda conforme o autor, se apresentavam como líderes hierárquicos ao profetizar futuros penosos, nos quais a única alternativa de salvação da exploração e alienação advindas do capitalismo seria o comunismo. Com isso, Aron (1962) defendeu que o que tornava o comunismo atraente para as pessoas era o seu extremismo, pois, ao apresentar uma interpretação racionalista, otimista e definitiva da realidade, promovia esperança ao contexto político ocidental, o que facilitou a sua incorporação ao senso comum.

No entanto, o autor considerou que o momento histórico do pós-Segunda Guerra Mundial mostrou à sociedade como os trabalhadores industriais estavam integrados ao todo. O corpo social construiu consenso e unidade, suprimindo, por consequência, as condições do

debate ideológico. Aron investiu seu argumento com vistas a associar a noção de ideologia ao comunismo, em específico. Ainda que tratasse o debate ideológico amplamente, sua ideia principal era fundamentar a decadência da noção de luta de classes, dos intelectuais de esquerda e da mudança política no Ocidente. Daniel Bell, um dos intelectuais presentes na conferência de Milão, escreveu um livro em 1960 intitulado “O fim da ideologia”<sup>6</sup>, tornando-se referência na discussão e dando seguimento às ideias de Aron.

Bell (1988) decretou que as ideologias, antes consideradas um pressuposto para a ação política, alcançaram seu esgotamento na história. Ele considerou essa falência ao analisar a conjuntura histórica da década de 1950, pós-Segunda Guerra Mundial, com base em alguns eventos históricos, como os processos de Moscou, os campos de concentração nazistas e soviéticos, o giro social do capitalismo, com a ascensão do Welfare State, entre outros. Para ele, o contexto posterior a esses eventos não permitiu que as ideologias se desenvolvessem, uma vez que se tratava de um momento de declínio de “perspectivas simplistas”. Assim, as ideologias perdiam o poder de persuadir e construir consenso, especialmente porque a sociedade não possuía mais confiança em promessas de projetos políticos “apocalípticos”. Desse modo, o poder intelectual de maior relevância da época no mundo ocidental, segundo o autor, conseguiu alcançar certo consenso em aspectos fundamentais para a unidade social, ao pactuar e se tornar adepto das ideias de uma economia mista, do Welfare State, do poder descentralizado e do pluralismo político.

As ideologias foram analisadas pelo autor como uma realidade abstrata, uma questão de fé, de cognição, de paixão e fórmulas políticas mobilizadas por coletividades que fornecem um conjunto de certezas morais (Bell, 1988). Entretanto, ele defendeu que os próprios movimentos políticos produtores das ideologias provocam desilusões que dissipam as ideias e desarticulam os seus adeptos, seja pela força, quando alcançam lugares de poder, seja por meios imorais de realização. Desse modo, para ele, toda ideologia estaria fadada à autodestruição. Embora o autor utilize “ideologias” no plural e mencione outras correntes teóricas, a base argumentativa do seu texto é a mesma de Raymond Aron, apresentar o comunismo e o marxismo como um projeto político e uma corrente teórica abstrata, profética e apocalíptica que fracassaram e tornaram-se fantasmas na história. Não à toa, ele argumentou que a força do liberalismo o fez resistir às ilusões ideológicas.

O fim das ideologias não seria, no entanto, o fim da utopia, para Bell (1988), a exemplo das lutas políticas no Oriente e na África do Sul que ocorriam na época. Além disso, emergiam novas gerações sem memória dos “velhos debates”, sem tradição, que buscariam novos

propósitos e causas. Por isso, no posfácio realizado em 1988 para seu livro, o autor explica o porquê não concorda com a prerrogativa de que o movimento de maio de 1968 seria uma espécie de ressurgimento das ideologias. Em sua análise, o movimento tratava-se de um fenômeno cultural e geracional de jovens em busca de uma ideologia, formado por uma esquerda difusa, mas que nada encontrou, pois naquela altura o socialismo já era um fantasma. Para Bell (1988, p. 432, tradução nossa), o momento de ebulição política não passou de “um sonho utópico [...] foi uma reação contra a racionalidade, a autoridade e a hierarquia, e até mesmo contra a cultura”.

O movimento de maio de 1968 marcou uma época de lutas sociais combativas internacionalmente, embora tenha sido demarcado pelo protagonismo da luta estudantil dos universitários franceses. Segundo Michel Thiollent (1998), os estudantes se uniram a outras camadas sociais para mobilizar diferentes objetivos políticos, como democratização e defesa das liberdades coletivas. Além dessas, contestavam outros eventos que ocorriam no mesmo período, como a guerra do Vietnã entre Estados Unidos, reivindicação pelos direitos civis, luta armada na América Latina e na África, Revolução Cultural na China, apoio à descolonização da Argélia, crise econômica com o esgotamento do fordismo, dos direitos trabalhistas, o colapso do sistema educacional, entre outros. Em suma, o momento de crise política, cultural e econômica, que teve como epicentro a luta estudantil francesa, se espalhou em diferentes países com diversos movimentos e ações políticas.

A argumentação de Bell sobre o acontecimento histórico tem um viés claramente demarcado pelo grupo de interesses que o autor defendia, visando minimizar e negar as causas materiais que germinaram os conflitos sociais de 1968. Ele atuou na legitimação de determinados interesses e relações sociais de poder. O exemplo pontual expresso pela análise desse episódio pode ser ampliado para todo o desenvolvimento da tese do fim da ideologia. Isso porque Bell (1988) determina quem é a intelectualidade de relevância no Ocidente, define o consenso político e econômico que a baseia, argumenta que está pautada na racionalidade e razoabilidade ao conseguir pactuar um consenso baseado no estilo de vida estadunidense. Por outro lado, ele determina qual é a ideologia fanática, abstrata e apocalíptica, comandada basicamente pelos intelectuais marxistas (os ideólogos) e pela política soviética.

Portanto, pode-se afirmar que os autores, Bell e Aron, participantes do CLC, foram promotores da ideologia do fim da ideologia para mobilizar a opinião pública em torno da anulação de uma forma de pensar e agir que visava o fim do capitalismo. Parte da construção ideológica do argumento dos autores concentra-se na desassociação entre o pensamento

político/cultural e a estrutura social, como declarado pelo próprio Bell. De outro lado, todo o caráter depreciativo, ilusório e autodestrutivo que conforma a noção de ideologia dos autores está diretamente relacionado à forma como a esquerda atuou na história, especialmente a União Soviética, o pensamento marxiano e marxista.

Com efeito, o projeto político defendido pelos autores não poderia ser uma ideologia; os ideólogos são os outros, os inimigos. Na visão dos autores, a defesa do estilo de vida estadunidense referia-se à necessidade prática, como bem apontado no exemplo de Eagleton (2019, p. 20): “Tentar alcançar algum objetivo político modesto e pragmático, tal como derrubar o governo democraticamente eleito do Chile, é uma questão de adaptar-se de modo realista aos fatos; já enviar tanques para a Tchecoslováquia é um exemplo de fanatismo ideológico”.

Chantal Mouffe (1981) apresenta que a ideia do fim da ideologia emergiu em um momento de ascensão das reivindicações dos direitos civis de “novos sujeitos sociais”. Com o desenvolvimento de novos antagonismos sociais e políticos, os ideólogos do fim da ideologia identificaram excessos democráticos e igualitários no Estado intervencionista e na mobilização emergente por direitos em temas demandas sociais, civis e políticos, o que configurou, na perspectiva de seus autores, a base da crise da democracia. Não obstante, a saída formulada por seus ideólogos seguiu a prerrogativa de neutralizar o regime democrático liberal, considerando os seus pilares de igualdade social e participação política.

Na perspectiva marxiana de ideologia, pode-se afirmar que a ideologia do fim das ideologias é expressão e sintoma do desenvolvimento do capitalismo da época em que foi forjada. Com isso, pretende-se afirmar que as ideologias não se esgotaram e continuam a se renovar, com novos personagens, pensadores e conceitos, atualizando ideias, valores e condutas para a manutenção do capitalismo. A cada crise do capital, elas se realimentam, ou atualizam, ativam consensos por meio da captura de carências, transformam, distorcem e atraem com recursos refinados de propaganda, linguagem e normatização. Em busca da disseminação no âmbito da sociedade, buscam alcançar os espaços de poder e difusão no Estado, transformando-se em máximas universais. Por esses aspectos, entende-se que a Nova Direita é uma ideologia. A Nova Direita conforma-se como alternativa ideológica à crise, com o propósito de transformar os pilares ideológicos que sustentam o capitalismo, adaptando-os a novas estratégias e fomentando um novo sentido à noção de comunidade política (Mouffe, 1981).

Williams (2011) defende que se a ideologia capitalista<sup>9</sup> fosse uma simples imposição forçada, seria muito fácil derrubá-la. Portanto, o conceito de hegemonia e dos mecanismos difusores de hegemonia, presentes no Estado ampliado, possuem relevância na compreensão da dominação ideológica. Tendo em vista que a “hegemonia não é única; ao contrário, suas próprias estruturas internas são muito complexas e devem ser renovadas, recriadas e defendidas de forma contínua; pelo mesmo motivo, podem ser constantemente desafiadas e, em certos aspectos, modificadas” (Williams, 2011, p. 52).

Hegemonia significa a direção moral e intelectual da sociedade que incorpora ideologias para orientar o desenvolvimento social, representando uma classe social (Gramsci, 2014). Uma relação de hegemonia se estabelece quando “um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum” (Coutinho, 2010, p. 30) e orienta o plano prático e teórico de todo um corpo social pela construção de consensos e recursos de coerção. As ideologias dão conteúdo à hegemonia, constituindo um “sistema central, efetivo e dominante de significados e valores que não são meramente abstratos, mas que são organizados e vividos” (Williams, 2011, p. 53). No processo histórico, os elementos que sustentam a hegemonia podem ser constantemente modificados, o que demonstra que as ideologias têm validade histórica e a hegemonia no capitalismo se modifica até certo ponto (Gramsci, 2014).

A Nova Direita é uma ideologia que alcançou hegemonia, ou seja, adquiriu caráter diretivo na sociedade. Ela surge como uma necessidade histórica de dominação da classe dominante, opondo-se aos movimentos sociais emergentes nos anos 1960 e apresentando-se como uma alternativa à crise do capitalismo que se espalhou pelo cenário mundial na década de 1970. Seu conteúdo é ideológico por várias razões: 1) constitui-se como um sistema de ideias e significados únicos, legitimando as relações sociais de poder vigentes; 2) oculta seu vínculo com a classe dominante, dando a falsa aparência de autodeterminação; 3) apresenta-se como a única saída para a crise; 4) é expressão e sintoma dos problemas sociais resultantes do desenvolvimento capitalista em um contexto histórico específico; 5) incute conceitos, léxicos e ideias próprias relacionadas ao grupo produtor das ideias e à classe que se beneficia com sua difusão; e 6) transforma interesses privados em interesses gerais, utilizando recursos ilusórios de inversão do abstrato particular.

---

<sup>9</sup> Ideologia capitalista ou ideologia burguesa são utilizadas como um guarda-chuva conceitual que incorpora as ideologias que correspondem aos interesses das classes dominantes, considerando as alterações no desenvolvimento das forças produtivas e transformações históricas.

É hegemonia porque conta com um corpo teórico e prático de agentes sociais que a formulam e a promovem no terreno da sociedade civil e do Estado para garantir a sua propagação e difusão na direção social. A Nova Direita resulta da batalha de ideias e forças políticas no período de crise orgânica da década de 1960 e 1970. A crise orgânica se realiza na fratura entre os elementos estruturais e superestruturais da relação dominação-direção-exploração. Nesse sentido, deflagra-se uma crise de ideias, uma crise de hegemonia<sup>10</sup> e representatividade e uma crise no formato de acumulação do capital, que não se identificam diretamente. Isto é, uma não desemboca necessariamente na outra, mas é o encontro entre elas que permite a constituição da crise orgânica. Gramsci (2014, p. 188) argumenta que ela possui maior profundidade, diferenciando-se das crises conjunturais do capitalismo, especialmente por representar um momento de “possibilidade e necessidade de formação de uma nova cultura” com a dissolução do consenso ativo entre as classes e o esgotamento das forças produtivas.

Por sua dimensão, pode-se admitir que a crise orgânica é um momento de acentuação da luta de classes e da disputa por hegemonia, podendo surgir novas forças sociais e processos revolucionários. Porém, o espaço de gestação para novas forças se dá para todas as correntes sociais. A “crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (Gramsci, 2014, p. 187). Segundo o autor italiano, os fenômenos patológicos podem resultar em combinações absurdas dentro do campo das ideias de modo a recuperar, o mais rápido possível, a coesão e “harmonia” entre os processos de dominação-direção-exploração. O nascimento de novas teorias, ideias e forças sociais enfrentam, ainda, um ceticismo inicial e confuso da sociedade, que se encontra em situação de mal-estar generalizado em decorrência da crise. Assim, há maior facilidade para as forças dominantes empreenderem novas ideologias e recompor o poder hegemônico, tendo em vista que historicamente já possuem domínio dos recursos políticos e materiais da produção e difusão das ideias dominantes (Gramsci, 2014).

## 2.2 A emergência de novas ideologias como reação à crise orgânica do capital: sintomas patológicos do capitalismo contemporâneo

A Nova Direita é uma ideologia eclética, que engloba perspectivas teóricas e práticas contraditórias entre si, que convergem e conflitam, simultaneamente, ao passo que mobilizam

---

<sup>10</sup> “Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto”. (Gramsci, 2014, p. 61)

diferentes atores sociais na mesma agenda política. Seu surgimento, embora não possua consenso exato, está associado à resposta organizativa da crise orgânica consolidada na década de 1970. Entende-se que o período registrou uma crise alastrada pelo colapso dos pilares estruturais e superestruturais vigentes, com diferentes epicentros que obtiveram rebatimentos em todo o globo. Defende-se que esse encontro é representado pelo esgotamento interno do modelo fordista de produção, a crise dos Estados sociais e das prerrogativas sociais-democratas de gestão pública, o colapso do acordo de Bretton Woods e os choques do petróleo que mudaram a relação com o poder monetário (1973 e 1979), a dívida externa assumida pelos Estados dos países latino-americanos e a ascensão de movimentos que reivindicavam direitos, especialmente, relacionados às questões de gênero, sexualidade e raça.

Portanto, a nova direita não pode ser definida de forma monolítica, como um sistema isolado e coerente de ideias, nem como uma simples revitalização da direita. Abriga-se sob este rótulo uma mistura eclética de temas e de políticas públicas que vêm se destacando em diversas partes do mundo como resposta à crise dos modelos econômicos do pós-guerra, os estados de bem-estar social e o comunismo. (Alves, 1999, p. 27)

À luz do cenário de instabilidade e dissolução do consenso econômico, político e social, que regia o sistema capitalista na época, o período registrou um processo de reestruturação das forças hegemônicas. Diferentes ideologias foram reatualizadas com a adição de elementos teóricos e práticos para construir saídas e responder à realidade posta. É o caso do neoliberalismo, do neoconservadorismo e da Nova Direita.

O neoliberalismo foi a peça-chave para articular as transformações na esfera produtiva e no mercado mundial, apresentando-se como um projeto inadiável, permanente e necessário para reconfigurar os aspectos econômicos da sociedade. Nessa esteira, a reestruturação produtiva foi marcada pela inovação tecnológica, com um novo modelo organizacional da produção, que remete à flexibilidade e horizontalidade da produção em relação à rigidez fordista, com a alta produtividade, polivalência do trabalho e contratos precários. O Estado era um elemento fundamental para promover a desregulamentação do trabalho e o enfraquecimento das organizações trabalhistas. Junto a isso, foi articulada a mundialização do capital, ou seja, a autonomização e abertura da esfera financeira em escala mundial para concentração de renda e formação de grandes oligopólios. Por meio do Estado foi possível “atrair uma parte maior dos investimentos estrangeiros pela criação de condições fiscais e sociais mais favoráveis à valorização do capital” (Dardot; Laval, 2016, p. 199).

O neoliberalismo “passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo” (Harvey, 2008, p. 13). Desse modo, a ideologia solidificou ideias-força na recomposição hegemônica do capital ao construir consensos ativos e se firmar no plano do senso comum. Foi acolhido nas práticas e mentalidade do período ao se promover ideologicamente como “única alternativa” à crise econômica, com a conquista de liberdades individuais, as quais deveriam ser garantidas pelo mercado e pela concorrência (Harvey, 2008). Esse contexto “levou a uma “reforma” permanente dos sistemas institucionais e sociais, apresentada à população como uma necessidade vital” (Dardot; Laval, 2016, p. 198).

Desse modo, o neoliberalismo é uma ideologia cujo princípio é reconstruir o poder da elite econômica do capitalismo (Harvey, 2008). A ideologia baseou-se nos argumentos de que “a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos” (Harvey, 2008, p. 76). Embora o arcabouço intelectual e teórico que erigiu o neoliberalismo tenha surgido nos anos de 1940, apenas na década de 1970<sup>11</sup>, ano em que ganhou maior aceitação, foi redimensionado e aceito nos meios acadêmicos. A influência neoliberal constituiu e direcionou diferentes organismos da sociedade civil para mobilizar a opinião pública.

A "longa marcha" das idéias neoliberais nessas instituições, que Hayek concebera já em 1947, a organização de bancos de idéias (apoiados e financiados por corporações), a cooptação de certos setores dos meios de comunicação e a conversão de muitos intelectuais a maneiras neoliberais de pensar — tudo isso criou um clima de opinião favorável ao neoliberalismo como o garante exclusivo da liberdade. Esses movimentos mais tarde se consolidaram com o domínio dos partidos políticos e, em última análise, o poder do Estado. (Harvey, 2008, p. 50)

Como em qualquer outra ideologia, o Estado possui papel elementar para a sua universalização e unidade política. Ao contrário de análises que associam o neoliberalismo à redução estatal, Dardot e Laval (2016) explicitam que ele reivindica de maneira permanente a atuação do Estado. O neoliberalismo edificou um Estado forte, “no qual a soberania política significa desunir, a democracia, desorientar e dividir, e a burocracia, exaurir” (Brown, 2019, p. 77). O Estado neoliberal atua como fiador e parceiro do sistema financeiro, por isso, reivindica a sua reestruturação governamental com vistas a garantir uma gestão gerencial, no modelo

---

<sup>11</sup> O período é marcado pelos prêmios Nobel da economia dedicados à Hayek (1974) e Friedmann (1976).

empresarial, norteadas pela eficácia, governança e finanças (Dardot; Laval, 2016). A governança tem uma função essencial, uma vez que é por ela que a capacidade administrativa seria garantida com base na eficiência e eficácia, promoção do ajuste estrutural e vinculação da integração ao mercado mundial.

Segundo Brown (2006, p. 694), parte da “novidade” do neoliberalismo reside na capacidade de imprimir os princípios mercadológicos e empresariais como norma, integrando-os ao corpo político, social e econômico da sociedade e instituindo um Estado a serviço do mercado, com políticas públicas e cultura política voltadas para a formação de cidadãos consumidores, enquadrados como agentes econômicos em todas as esferas da vida. Tem-se a promulgação da autorresponsabilidade para esses sujeitos sociais, que devem atender suas próprias necessidades e ambições. Além disso, ainda conforme Brown (2006), a governança neoliberal segue o mesmo raciocínio, regida por critérios de produtividade e lucratividade do mercado.

Na mesma linha de pensamento, Harvey (2008) apresenta que os governos neoliberais dão preferência à governança dos especialistas e da elite por suspeitarem da democracia e denunciarem os perigos de um governo de massa. Os neoliberais dão ênfase ao poder executivo e ao poder judiciário em detrimento do poder legislativo, especialmente, em relação à tomada de decisão que deve ser concentrada no seu corpo técnico e nas corporações (Harvey, 2008). Assim, as principais instituições do mercado, como o Banco Central, não devem ceder às decisões democráticas (Harvey, 2008). Concorde-se com Brown (2011)<sup>12</sup> ao explicitar que o neoliberalismo assaltou até os princípios mais formais da democracia liberal, tornando-a substantivamente vazia. Assim, passou a conduzir processos desdemocratizantes, em que a esfera política responde ao domínio do capital de maneira mais acentuada, sem compromisso com a tomada de decisão compartilhada e a transparência da esfera pública. Com efeito, o “sufocamento da democracia foi fundamental, e não incidental, para o programa neoliberal mais amplo” (Brown, 2019, p. 76).

Ademais, a ideologia é movida pelo ajuste fiscal, desregulamentação do mercado, privatização do público, desmantelamento das organizações trabalhistas e redução dos gastos sociais do Estado. O ajuste fiscal é caracterizado pelo corte de gastos, principalmente, nas áreas

---

<sup>12</sup> Assim como Dardot e Laval (2016), a autora estadunidense aborda o neoliberalismo como uma racionalidade política no sentido foucaultiano. No entanto, a autora traz muitos elementos de relevância para a análise sobre o tema.

sociais. Ele é instrumento da austeridade<sup>13</sup>, política econômica que prega o equilíbrio das contas públicas e crescimento econômico (Rossi; Dweck; Arantes, 2018). A austeridade se sustenta, principalmente, sob dois discursos ideológicos: no primeiro, afirma que permite o alcance da credibilidade com o mercado internacional e financeiro, o que recompensaria os Estados nacionais com um resultado positivo; o segundo se dá por uma metáfora relacionada à economia doméstica, ao equiparar o orçamento público à renda familiar, que não pode gastar mais do que recebe (Rossi; Dweck; Arantes, 2018).

Rossi, Dweck e Arantes (2018) explicam que ambos os argumentos são falaciosos. O primeiro é dissimulado porque a confiança não é o elemento central para o investimento de capital internacional no governo e a contração econômica gestada pelo ajuste pode piorar em contextos de crise com a diminuição da demanda pública. O segundo porque o governo pode decidir o seu orçamento a partir do formato da sua arrecadação, pode possuir retorno com os investimentos públicos, consegue emitir títulos em sua moeda e definir a taxa de juros, distinguindo-se de uma organização familiar. Diferente do que é defendido por seus ideólogos, a eleição da austeridade se configura como “uma resposta dos governos às demandas do mercado e das elites econômicas à custa de direitos sociais da população e dos acordos democráticos” (Rossi; Dweck; Arantes, 2018, p. 27). Em acordo com Brown (2019), o ataque às dinâmicas sociais (cidadania, direitos e políticas sociais, justiça social) é combinado ao caráter antidemocrático do neoliberalismo.

À medida que o ataque ao social derrota a compreensão democrática de sociedade zelada por um povo caracterizado pela diversidade e habilitado a governar a si de forma igualitária e compartilhada, a política se torna um campo de posicionamento extremo e intransigente, e a liberdade se torna um direito de apropriação, ruptura e até mesmo destruição do social – seu inimigo declarado. (Brown, 2019, p. 39)

O neoliberalismo antissocial e antidemocrático não foi a única ideologia que buscou a reconstrução hegemônica das classes dominantes na década de 1970. A legitimidade social, política e moral, que buscava elevar e solidificar um modelo de família, de autoridade estatal e *ethos* social, foi essencial para a reconstrução da hegemonia capitalista e teve como referência a ideologia neoconservadora. Conforme Pereira (2016), o neoconservadorismo emergiu

---

<sup>13</sup> “Austeridade” não é um termo de origem econômica; a palavra deita raízes na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência e à sobriedade, além de reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários” (Rossi; Dweck, 2018, p. 80).

paralelamente ao neoliberalismo. Assim como ele, ganhou notoriedade na década de 1970, se inseriu nas gestões governamentais nos anos 1980, mas também possuía um corpo teórico formado anteriormente (Pereira, 2016). Harvey (2008) acrescenta que além dos espaços acadêmicos, já existiam bancos de ideias neoconservadoras que contavam com um financiamento privado e publicações de relevância.

Irving Kristol (1995), considerado o pai do neoconservadorismo, defende que este é um termo descritivo e orientador que expressa o colapso da crença no liberalismo entre um pequeno grupo de intelectuais. Isso resultou em um amplo movimento, com novos adeptos alinhados a um certo tipo de conservadorismo, que se diferencia do conservadorismo tradicional em aspectos importantes. Segundo o autor, o movimento foi formado por uma maioria de pessoas oriundas de famílias de classe média baixa ou da própria classe trabalhadora, veteranos da Segunda Guerra Mundial, intelectuais e não-intelectuais. Essas pessoas vivenciaram a crise de 1929 e aceitaram inicialmente o New Deal<sup>14</sup>, com pouca simpatia pela forma isolada de atuação que permeava o conservadorismo estadunidense da época.

Em reação aos efeitos econômicos da crise e às dissoluções sociais e políticas decorrentes dela, o neoconservadorismo visava à restauração do poder político da elite econômica por meio "da construção de um clima de consentimento que gira em torno de um conjunto coerente de valores morais" (Harvey, 2008, p. 94). Como movimento político, o neoconservadorismo emergiu com a descrença na resolutividade governamental dos problemas sociais, em oposição ao crescimento das lutas por direitos do movimento negro e das mulheres, com forte traço anticomunista, em favor da política externa bélica dos EUA e da família tradicional (Pereira, 2016).

Assim, contra a permissividade moral, o neoconservadorismo procurou "restaurar um sentido de propósito moral, alguns valores de ordem superior que constituam o centro estável do corpo político" (Harvey, 2008, p. 93). Nesse horizonte, atuou contra a moralidade da "nova esquerda", representada pelo multiculturalismo e pelos novos movimentos sociais, interpretados por Kristol (1995) como uma espécie de barbárie moral. Kristol (1995) alertou sobre os perigos do multiculturalismo por conseguir formar visões de mundo contrárias ao conservadorismo e à cultura estadunidense tradicional, especialmente no ambiente educacional,

---

<sup>14</sup> Conforme aponta Melinda Cooper (2020), o New Deal introduziu formatos mais amplos de seguro social nos Estados Unidos, com legislações sociais contra acidentes de trabalho, de amparo ao desemprego e envelhecimento do trabalhador, atuando na remoção de grande parte dos trabalhadores (homens brancos) do sistema de responsabilidade familiar.

corrompendo a juventude do país. Também, destacou o problema da liberdade sexual, identificado como uma farsa masculina, que ataca cada vez mais as mulheres e a feminilidade.

Ademais, o propósito moral do neoconservadorismo repousa sobre valores "centrados no nacionalismo cultural, na retidão moral, no cristianismo (de uma certa modalidade evangélica), nos valores familiares e em questões de direito à vida, assim como no antagonismo a novos movimentos sociais" (Harvey, 2008, p. 94). Os novos movimentos sociais são representados por movimentos feministas, negros, LGBTs, contraculturais, pacifistas e ambientalistas, que reivindicam direitos civis e expressividade pública desde os anos 1960. No mesmo caminho, Brown (2006) apresenta que o neoconservadorismo também é resultado de uma "aliança profana", desigual e oportunisticamente religiosa, que instrumentaliza o apelo religioso para ampliar a base popular e aceitar o autoritarismo na sociedade.

O movimento promoveu a convergência de interesses comuns em diferentes públicos, como cristãos evangélicos, católicos e judeus, feministas conservadoras, grupos pró-família, imperialistas, liberais e socialistas convertidos, intelectuais e anti-intelectuais, para que se aliassem às cruzadas religiosas, comprometessem com o patriotismo, um exército forte e uma política externa expansionista para os Estados Unidos (Brown, 2006). Desse modo, para os neoconservadores, devido à autoridade do Estado, este deve estabelecer a "bússola moral-religiosa" para a sociedade (Brown, 2006).

A autora reforça que o surgimento do neoconservadorismo é marcado pelo objetivo de restituir a moralidade e seu significado no capitalismo. Os neoconservadores consideravam que a aliança entre o capitalismo moderno e a ética burguesa havia se quebrado (Barry, 1987). Desse modo, Kristol analisou que os Estados Unidos e as sociedades industriais avançadas estavam marcados pelo niilismo moderno, ou seja, não possuíam valores e motivações além do consumo (Barry, 1987; Brown, 2006). Para eles, a ausência de uma ética moral no capitalismo permitiu a erosão da moralidade na sociedade (Barry, 1987), em que a centralidade no prazer e o seu desfrute como modo de vida substituíram a ética protestante de sobriedade e frugalidade, que estabelece restrições necessárias à dinâmica social (Einstein, 1982)<sup>15</sup>.

A dissidência liberal dos neoconservadores também estava relacionada à rejeição das iniciativas propostas pelo plano de governo de Lyndon Johnson, conhecido como Great Society (Kristol, 1995). Este plano foi direcionado ao combate às desigualdades sociais e raciais nos

---

<sup>15</sup> A crítica ao niilismo moderno e ao liberalismo no capitalismo não infere que o neoconservadorismo seja antipcapitalista. Barry (1987) defende que o elemento da moralidade é utilizado como um recurso instrumental pelos neoconservadores, como um meio necessário para a manutenção do capitalismo, que não é autossustentável.

Estados Unidos por meio de políticas e programas sociais. Einstein (1982) analisa que, além de Kristol, outros neoconservadores como Daniel Bell, Norman Podhoretz, Nathan Glazer, Edward Banfield, James Wilson e Daniel Moynihan foram contrários às políticas sociais do Great Society porque acreditavam que elas geravam "excessos de democracia". Ainda conforme a autora, esse excesso, para os neoconservadores, está numa espécie de liberdade demasiada presente no liberalismo, que foi redefinida como igualdade, a qual é incapaz de ser absorvida e respondida pelo Estado social capitalista.

Kristol (1995) aborda que o Estado social estadunidense gerou consequências perversas à sociedade ao contribuir para a desorganização, desunião e desmoralização da família, especialmente das famílias negras chefiadas por mulheres, uma vez que estas eram as principais beneficiárias das políticas e programas sociais. Para o autor neoconservador, a família é uma instituição vital na sociedade, que teve sua função econômica assaltada pelas políticas sociais, principalmente porque elas concorrem com a capacidade de provimento do homem, que deve chefiar a organização familiar.

No entanto, entende-se que os neoconservadores não são totalmente contrários ao Estado social. Eles almejam que este Estado se baseie em valores conservadores, crie condições mais rigorosas e restritas para o acesso às políticas e se fundamente no princípio da autossuficiência e responsabilidade do indivíduo (Einstein, 1982; Barry, 1987). Assim, a crítica concentra-se na promessa ao igualitarismo, que não deve ser o seu objetivo (Einstein, 1987).

Em linhas gerais, Pereira (2016) aponta que o neoconservadorismo possui quatro características elementares. A primeira é caracterizada pelo fato de que os neoconservadores se ancoram nas ciências sociais e defendem que os problemas sociais não podem ser resolvidos, apenas aliviados. Por conseguinte, a segunda concentra-se na promoção da naturalização das desigualdades e responsabilização dos indivíduos, orientada pelo princípio punitivista. A terceira característica refere-se à defesa de que a proteção social estatal deve ser restrita e limitada, referenciando-se no *workfare*<sup>16</sup> como ideal. Por último, elenca-se a difusão da política externa estadunidense, militarista e imperialista, que considera a superioridade moral e intelectual do país (Pereira, 2016).

Em síntese,

O neoconservadorismo é, portanto, perfeitamente compatível com o programa neoliberal de governança pela elite, desconfiança da democracia e manutenção das

---

<sup>16</sup> O termo refere-se às contraposições laborais impostas para o acesso de determinado direito social.

liberdades de mercado. Mas *ele se afasta dos princípios do puro neoliberalismo*, tendo remoldado práticas neoliberais em dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, na preocupação com a *ordem como resposta aos casos* de interesses individuais e, em segundo, na preocupação com uma *moralidade inflexível como o cimento social* necessário à manutenção da *segurança do corpo político vis-à-vis* de perigos externos e internos. *Em sua preocupação com a ordem, o neoconservadorismo se assemelha a uma mera retirada do véu de autoritarismo com que o neoliberalismo se cobre* (Harvey, 2008, p. 92, grifos nossos)

As duas vertentes, neoliberalismo e neoconservadorismo, constantemente colidem com a impossibilidade de serem figuradas apenas como a representação política formal, tanto da defesa dos valores morais quanto das grandes empresas, formando-se uma justaposição entre as duas (Brown, 2006). Desse modo, Brown (2006) apresenta que o objetivo neoconservador se baseia em reconstruir o tecido moral que a dominação corporativa destrói, o que faz com que nenhum neoconservador seja um neoliberal puro, embora misturem a linguagem e as expressões que representam socialmente a moralidade e a gestão empresarial. Ainda assim, a autora argumenta que, para entender a esfera política na atualidade, é necessário analisar as convergências, colisões e simbioses que desenham a interação do neoliberalismo e do neoconservadorismo conjuntamente.

Para a autora, a interação entre os dois pode ser identificada por um mercado "tipicamente animado por sua promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza, enquanto uma política centrada na família, religião e patriotismo é autorizada pela tradição, autoridade e moderação. Aquele inova e perturba; esta assegura e sustenta" (Brown, 2019, p. 110). Nessa justaposição, eles conservam diferenças entre si. Um exemplo é que o neoliberalismo visa apagar as fronteiras culturais e nacionais para submeter as relações a um parâmetro monetário, enquanto o neoconservadorismo se esforça para rearticular e controlar essas fronteiras, direcionado por um horizonte patriota, religioso e ocidentalizado (Brown, 2006). Ainda assim, ambos possuem pontos em comum, que, segundo Brown (2006), concentram-se na contrariedade aos princípios democráticos e igualitários. No mesmo sentido, Mouffe (1981) acredita que as ideologias têm em comum a desconfiança das instituições políticas, entendendo-as como incapazes de gerenciar as relações políticas com a independência necessária, e a contrariedade à justiça social e políticas distributivas.

Desse modo, o neoconservadorismo é possibilitado pelo neoliberalismo e vice-versa, mesmo que existam limitações e divergências entre eles. A chave analítica de Brown (2006) parte do pressuposto de que o neoliberalismo e o neoconservadorismo são duas racionalidades políticas que se relacionam interseccional e simbioticamente para produzir efeitos

desdemocratizantes, tais como a formação de um sujeito social antidemocrático, indiferente à verdade, responsabilidade governamental, liberdade política e igualdade civil, e uma cultura política antidemocrática, que não tem interesse em reduzir o controle do Estado ou restringir o poder corporativo; pelo contrário, é ressentida com os princípios da democracia e está pronta para atacá-la.

Desse modo, existem quatro aspectos desdemocratizantes que ganham forma nessa simbiose. São eles: a desvalorização da autonomia política; a despolitização dos problemas sociais, que transforma problemas coletivos em problemas individuais; a produção do cidadão-consumidor, com base na governança e autoridade; e a legitimação do poder autoritário do Estado (Brown, 2006).

### 2.3 Nova Direita como fusão entre neoconservadorismo e neoliberalismo

A interação entre neoliberalismo e neoconservadorismo já foi caracterizada a partir de diferentes enquadramentos analíticos, como uma questão complementar, um hibridismo, uma ressonância, uma convergência e uma exploração mútua (Brown, 2019). A abordagem de *complemento* aparece nos escritos de Irving Kristol, que trata o neoconservadorismo como um projeto político que ampara o mercado, sendo ambos mutualmente essenciais. Por sua vez, a perspectiva de *hibridismo* está presente na análise da própria Wendy Brown, que defende a distinção entre neoliberalismo e neoconservadorismo, ao mesmo tempo em que acredita que eles se misturam para produzir processos de desdemocratização. A perspectiva de *ressonância* é protagonizada por William Connolly, ao defender a união entre os dois, até então desconexos, em que se tornam associados e dissolvidos um no outro de modo incompleto. Já a *convergência* entre neoliberalismo e neoconservadorismo é trabalhada por Melinda Cooper<sup>17</sup> a partir do *locus familiar*, isto é, eles unem suas agendas para promover o papel da família como central para determinadas garantias, em oposição ao exercício do Estado social. Por fim, a *exploração mútua*, desenvolvido por autores como Nancy MacLean, Michael Lienesch, Susan Harding, Linda Kintz e Bethany Moreton, entendem que as duas vertentes unem forças e elementos para permitir o alcance ao poder (Brown, 2019).

A autora acredita que nenhuma dessas abordagens compreende a base explicativa da relação entre moral e mercado, tendo em vista que se trata de "uma ontologia comum de ordens

---

<sup>17</sup> A autora analisa essa convergência como a expressão contemporânea do duplo movimento do capital.

espontaneamente evoluídas carregadas pela tradição" (Brown, 2019, p. 118). Entretanto, entende-se que a interação entre duas ideologias contemporâneas não deve ser confundida com a ontogênese comum do mercado e da moral, pois a dinâmica relacional atual entre as ideologias reflete determinações históricas próprias do capitalismo contemporâneo. Com efeito, parte-se da compreensão de que as ideologias neoconservadora e neoliberal fundiram-se e deram forma a um novo amálgama ideológico nomeado por Nova Direita (Pereira, 2016).

Por mais esquizofrênico que aparente ser, hoje assiste-se ao jugo de uma nova prática política, econômica, social e cultural pautada pela junção do neoliberalismo (econômico) com o neoconservadorismo (político e social). O que havia de mais residual, rígido e antissocial em cada uma dessas correntes, foi mesclado para que germinasse o que ficou conhecido entre estudiosos do tema como Nova Direita. (Pereira, 2019, p. 69)

Esta perspectiva baseia-se no que Afonso (2007, p. 13) denominou como um “*melting pot* político, econômico e cultural que se traduziu na fusão (conjuntural) de valores e interesses contraditórios”. Embora as ideologias possuam diferenças em relação à gênese, propósito e base teórica, ao se conectarem no movimento da realidade por necessidades conjunturais do capital e conformarem um bloco em busca de hegemonia, elas se constituem em uma nova ideologia, a Nova Direita. Assim, “o que há de novo na Nova Direita, [...] não é que as ideias em si sejam novas, mas que elas sejam articuladas em conjunto, e com a crença de que essas ideias serão implementadas” (Levitas, 1995, p. 8, tradução nossa). Nessa esteira, acrescenta-se a perspectiva de Amy Elizabeth Ansell (1997) ao defender que a novidade atribuída à Nova Direita se concentra em sua ideologia, correspondendo a uma conjuntura histórica específica de ruptura política. Ademais, para Mouffe (1981) e Alves (1999), a centralidade do que caracteriza a Nova Direita baseia-se na radicalidade do seu antiigualitarismo no combate às premissas da democracia social.

Concorda-se com Ansell (1997) ao enfatizar que a Nova Direita foi central na disputa pela substituição da política de consenso conformada no pós-Segunda Guerra Mundial. A ideologia emergiu na década de 1970 nos Estados Unidos<sup>18</sup> para abordar pânico morais

---

<sup>18</sup> Embora este trabalho parta do surgimento do movimento político da Nova Direita nos Estados Unidos, a ideologia também possui outros enquadramentos nacionais. A exemplo da afirmativa, tem-se a Nova Direita francesa (Nouvelle Droit) datada no final dos anos 1960, com características muito específicas em seu surgimento. Com aporte no conceito de hegemonia de Gramsci, o objetivo da Nouvelle Droit era justamente estabelecer uma disputa por direção intelectual e cultural da sociedade a partir do sentido de categorias como identidade nacional, cidadania, racismo e totalitarismo (Mouffe, 1981). Elaborada em ambiente acadêmico e liderada pelo autor Alain Benoist, a Nouvelle Droit contribuiu para fundamentar o preconceito contra imigrantes da Europa ao utilizar o referencial do diferencialismo e pertencimento étnico (Alves, 1999).

contemporâneos e apresentar soluções para eles. Desse modo, travou uma guerra de ideias e mentalidades para remodelar a opinião pública, organizando o descontentamento social de uma “maioria silenciosa” com o compromisso de “salvar a nação da decadência moral e econômica” (Ansell, 1997, p. 8). Assim, em uma disputa simbólica por mitos nacionais concorrentes, mobilizou diferentes recursos para reorientar a política, economia e cultura nacional (Ansell, 1997). Essa abordagem analítica expressa o papel da Nova Direita para ascender e transformar soluções neodireitistas em reações populares reacionárias. É nesse sentido que a autora apresenta que a ideologia foi lida como uma espécie de "gramscianismo de direita", uma vez que os ideólogos da Nova Direita travam disputas por significados na cultura, em uma batalha de ideias e mentalidades.

Para a autora, o cenário de crise conformou uma desconfiança econômica acompanhada por um sentimento de pânico social e moral, à medida que as famílias tradicionais vivenciaram o divórcio, as taxas de criminalidade subiram, o nível educacional diminuiu e despertou a nostalgia de um passado em que a autoridade foi obedecida e a tradição respeitada. O sentimento de insegurança aumentou ao assistir o consenso político e social desintegrar-se, sem ser substituído por nenhum outro pacto social tão coerente ou convincente (Ansell, 1997, p. 6). Desse modo, o esgotamento do modelo social e econômico, aliado à desmobilização social dos movimentos sociais na década de 1970, garantiu uma oportunidade para a emergência de uma nova ideologia, que ressignificou seu curso em termos antigovernamentais e populistas (Ansell, 1997).

A Nova Direita também é frequentemente interpretada como uma política de reação (Conover, 1983), que busca reverter as conquistas dos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, o Estado social e o consenso social-democrata. Conforme aponta Lowndes (2008), compreender a Nova Direita apenas como reação, no sentido dessa posição ser justificadora e sua pedra angular ideológica, escamoteia um processo de longo prazo de articulação de ideias que buscam justificar estruturas sociais assimétricas em determinada conjuntura, a partir de novas estratégias institucionais, apelos linguísticos, construção de partidos, organização de movimentos sociais e exercício do poder estatal.

Alves (2000) defende que os governos de Ronald Reagan (1980) e Margaret Thatcher (1979) expressam o início da “revitalização” da direita. Entretanto, argumenta-se que ambos os governos foram impulsionados pela Nova Direita, que assegurou a ascensão deles. No entanto, sua prática estrita não pode ser confundida com a complexidade que envolve a emergência da Nova Direita como ideologia, uma vez que está impregnada de complexidade social,

econômica, simbólica e política. Pode-se afirmar que a expressão Nova Direita é empregada por diferentes vertentes, com conteúdo diverso. Muitas vezes, a expressão é associada como sinônimo de neoliberalismo, ou o termo “nova” é apresentado sem nenhum rigor teórico, sendo utilizado apenas para exemplificar a atualidade da análise ou a atualização do campo político de direita.

A expressão Nova Direita foi utilizada pela primeira vez em 1975 por Kevin Phillips ao publicar uma notícia com o objetivo de distinguir a recente coalizão de diferentes grupos considerados conservadores. Posteriormente, a mídia estadunidense adotou o termo (Weyrich, 1982; Viguerie, 1982). Martin Durham (1991) sinaliza que a Nova Direita estadunidense foi protagonizada por quatro homens autônomos neodireitistas: Paul Weyrich, John Terry Dolan, Howard Phillips e Richard Viguerie. Os quatro dirigiram ideologicamente associações coletivas, mobilizaram a publicação massiva sobre o tema e suas pautas em revistas, boletins, atuaram em comitês, institutos políticos e controlaram as principais empresas de publicidade por correspondência direta e captação de recursos. Com isso, pode-se afirmar que a Nova Direita, como movimento político fusionista, não emergiu de centros acadêmicos de referência, pelo contrário, resultou de agrupamentos políticos de pautas específicas.

Dolan era advogado e ex-membro da organização Young Americans for Freedom, assim como Phillips, que abandonou o governo Nixon por considerá-lo insuficientemente de direita. Além disso, era presidente da National Conservative Political Action Committee (NCPAC), fomentando a prática de lobby no Congresso. Phillips foi o fundador da Conservative Caucus, agrupamento político que exercia lobby no Congresso para emplacar pautas conservadoras, especialmente de fundo religioso. Weyrich foi o fundador do Committee for the Survival Free Congress (CSFC), para captação de recursos para campanha política de candidatos neodireitistas, e do Heritage Foundation, um *think tank* neodireitista. Viguerie, considerado pai da Nova Direita, especialmente por ter convocado uma reunião entre os quatro para discutir o cenário de crise, era ex-secretário executivo da Young Americans for Freedom e fundador de uma empresa de publicidade por correspondência direta (Viguerie Communications Corporation), que publicava revistas e boletins como *Conservative Digest*, *New Right* e *The New Right Report*, alcançando milhões de pessoas com o uso da tecnologia comunicacional.

Os quatro tinham em comum o fato de serem jovens políticos empresários, religiosos e ligados a grupos conservadores dos Estados Unidos (Alves, 1999). Assim, quando Mike Davis analisou que a Nova Direita era liderada por um comitê composto por quatro homens e alguns computadores, era a esses homens e ao apoio tecnológico de Viguerie que ele se referia

(Durham, 1991). As ações políticas desses atores ganharam notoriedade pelo movimento de divulgação e fomento do sentimento de pertencimento à classe média branca dos Estados Unidos, com temas culturais, religiosos, familiares e econômicos, bem como pelas estratégias comunicacionais de difusão ideológica. Segundo Alves (1999, p. 60), a o movimento preocupava-se em “barrar a mobilidade social de novos sujeitos sociais, de forma a preservar os privilégios econômicos e sociais da classe média, branca, norte-americana”.

Como mecanismo de divulgação, alcance e capilaridade, os neodireitistas possuíam domínio da publicidade de suas ideias por correspondência direta, um mecanismo tecnológico por meio do qual recebiam contribuições da sociedade, inovando na forma de se comunicar com o público. Segundo aponta o Madison Social Text Group (1979), a tecnologia foi utilizada a partir das seguintes estratégias: política de mídia, com técnicas de saturação publicitária, cobertura de notícias, espetacularização de temas políticos para mobilizar a opinião pública; publicidade corporativa para defender ideologias empresariais e de livre iniciativa; *mailing* informatizado, direcionado para grupos específicos, que visava captar fundos e criar uma rede de compartilhamento de intenção política; e apropriação de dispositivos culturais de massa, como programas televisivos, noticiários, revistas, entre outros. Nas palavras do neodireitista Viguerie (1982, p. 31, tradução nossa):

Nossa comunicação teve que começar pela base – alcançando indivíduos fora dos canais da opinião pública organizada. Felizmente, ou melhor, providencialmente, toda uma nova tecnologia tornou-se disponível a tempo – correspondência direta, apoiada pela ciência da computação, nos permitiu ignorar todos os meios de comunicação controlados por nossos adversários. Construimos uma vantagem de oito a dez anos sobre os liberais no uso dessa tecnologia, e temos a maioria das pautas sexuais agora.

Conforme Petchesky (1981), a Nova Direita alcançou êxito na mobilização dos eleitores, especialmente por sua forma organizacional, em termos de disseminação da informação e de foco em um programa político baseado em questões sexuais, reprodutivas, familiares e contrárias ao Estado social, conseguindo mobilizar uma massa nacional de seguidores. A política sexual da Nova Direita buscava estabelecer o modelo da família patriarcal branca tradicional, considerada em estado de crise<sup>19</sup>, dismantelando o Estado social e removendo as mulheres casadas assalariadas do mercado de trabalho para retornarem ao

---

<sup>19</sup> Conover (1983) contextualiza que, no início da década de 1970 nos Estados Unidos, o feminismo havia alcançado algumas conquistas, em 1972, o Congresso aprovou a Emenda da Igualdade de Direitos e, em 1973, a Suprema Corte defendeu o direito do aborto como constitucionalmente protegido.

espaço privado do lar (Einstein, 1982). Para os neodireitistas, o Estado social destrói tanto a ética do trabalho quanto a da vida familiar, contribuindo para a manutenção da pobreza, do desemprego e da dependência das famílias que acessam benefícios sociais (Einstein, 1982). Sarah Diamond (1998) argumenta que a genialidade dos neodireitistas, como Paul Weyrich e Richard Viguerie, foi perceber que questões de moralidade eram a entrada para expandir o movimento, tornando-o impossível de ser ignorado pelo Partido Republicano.

Os líderes políticos da Nova Direita dos Estados Unidos auxiliaram algumas das primeiras organizações da chamada “direita cristã” a começar. No entanto, embora exista um intercâmbio político fundamental para a formação da agenda política, a Nova Direita e a direita cristã não se confundem em um mesmo movimento ou arcabouço ideológico, contrapondo a perspectiva de alguns autores, como Finguerut (2014), que entendem a Nova Direita como a articulação entre libertários, a direita cristã, conservadores e neoconservadores. Segundo Diamond (1998), grande parte da Nova Direita foi formada por um conjunto de grupos de interesse baseados no centro do poder político estadunidense e dependentes de grandes doações corporativas para seu apoio financeiro. Os grupos da direita cristã, por sua vez, estavam ligados a lideranças religiosas e à indústria de radiodifusão religiosa. Desse modo, as organizações religiosas assumiram o papel de promover uma infraestrutura organizacional para a Nova Direita, com uma rede institucional já estabelecida e fora dos quadros partidários da política formal para possibilitar a massificação do círculo eleitoral neodireitista (Petchesky, 1981).

A campanha presidencial de Barry Goldwater nos Estados Unidos, em 1964, foi um marco para a ligação desses movimentos e a ascensão da Nova Direita. Segundo Weyrich (1982), a campanha de Goldwater foi a semente da Nova Direita. A ala mais conservadora do Partido Republicano conseguiu, pela primeira vez, nomear um dos seus. Diamond (1998) aponta que a conquista garantiu uma tendência, onde os doadores corporativos passaram a apoiar os candidatos neodireitistas e a exercer influência ao financiar *think tanks* para realizarem pesquisas e publicidades com a finalidade de definir a agenda política. Com efeito, a década de 1970 presenciou a formação da Heritage Foundation e de outros institutos políticos, além de novos comitês de ação política com a intenção de eleger candidatos da Nova Direita ao Congresso.

Historicamente, assim, a Nova Direita começou no Capitólio. No entanto, a Colina não é mais o núcleo das operações da Nova Direita. Em mais uma emulação da esquerda, tivemos que começar nossos próprios *think tanks*, operações legais de interesse público, organizações de base e até mesmo esforços de lobby. (Weyrich, 1982, p. 60, tradução e grifos nossos)

No entanto, Viguerie (1982) aponta que o início da Nova Direita foi marcado por agosto de 1974, com a renúncia do presidente Nixon, sucedido por Gerald Ford e Nelson Rockefeller. A situação política deixou os conservadores estadunidenses inconformados com o Partido Republicano, levando-os a atuar politicamente de forma mais independente, onde aprenderam táticas de organização, lobby e barganha política. Nesse sentido, Viguerie (1982) defende que a Nova Direita seria um novo estilo de atuação política do conservadorismo: um conservadorismo sem partido, que dialoga com republicanos desiludidos, democratas e pessoas sem afiliações. Os esforços da Nova Direita estariam concentrados na construção de coalizões políticas que superam as linhas partidárias tradicionais da política formal nos Estados Unidos.

O autor neodireitista acredita que, dessa forma, alcançaram independência dos meios de comunicação de massa e dos partidos políticos. Nesse âmbito, afirma que, nos Estados Unidos, o objetivo da prática política da Nova Direita era construir maiorias, o que foi atingido, tendo em vista que conseguiram alcançar muitas pessoas e construir uma agenda pública. Viguerie (1982) chegou a comparar a história da Nova Direita ao que seria reconhecido como o “renascimento do conservadorismo” no país.

Ainda em 1974, Paul Weyrich formou o Comitê para a Sobrevivência de um Congresso Livre, fornecendo fundos para candidatos eleitorais considerados conservadores e para a formação política de ativistas na área. No ano seguinte, Phillips fundou o Caucus Conservador, que começou a coordenar as ações das pautas conservadoras do Congresso. No mesmo ano, Dolan criou o Comitê Nacional de Ação Política Conservadora (NCPAC), que também fornecia fundos para campanhas eleitorais.

A formação de uma agenda política de coalizões contou com o domínio único de uma nova tecnologia de comunicação política e a mobilização de ideias de pertencimento e injustiça, conformadas por um pânico moral gestado no período de crise. Em um horizonte de incertezas, a Nova Direita se apresentou como solução radical, como um renascimento cultural de ideias, forças e instituições conservadoras, que garantiria a retomada do controle social estadunidense.

Nessa perspectiva, o neodireitista Francis (1982, p. 66, tradução nossa) defende que:

A Nova Direita é a expressão política de um movimento social denso que reflete a dinâmica da sociedade americana e que promete dominar não apenas politicamente, mas social e culturalmente. As origens da Nova Direita em um movimento social explicam por que sua mensagem política muitas vezes parece ser incoerente, contraditória ou simplista. O que a Nova Direita tem a dizer não é premeditado em seminários acadêmicos, calculado com precisão em fundações isentas de impostos, ou

debatido de forma imponente em periódicos acadêmicos trimestrais e quinzenais. O conteúdo de sua mensagem parte da percepção de injustiças, exploração por poderes anônimos, um futuro ameaçado e um passado insultado. Portanto, é compreensível que a Nova Direita tenha menos uso para o clichê retórico e menos premissas comprovadas do que para o comício de massas e o esquadrão da verdade, e que alguns de seus adeptos às vezes fantasiam que o **cartucho é um substituto satisfatório para a urna.**

Pode-se afirmar que a agenda política neodireitista focava na política externa, na economia e em diferentes aspectos que reforçam a moralidade tradicional. O apoio corporativo consolidou pautas como os cortes de impostos e a desregulamentação empresarial no topo da agenda do movimento.

No âmbito da moralidade, a pauta contra o aborto teve ênfase na dinâmica política para a formação de coalizão entre diferentes grupos que atuavam em causas únicas. Paul e Judie Brown, do Comitê de Ação Política da Emenda à Vida (LAPAC), queriam combater o aborto por meio de coalizões com diferentes grupos (Diamond, 1998). Assim, Paul Weyrich convidou o casal para participar de reuniões semanais com uma rede de 120 organizações conservadoras. A estratégia era que a pauta contra o aborto mobilizasse emocionalmente um grupo maior tanto de pessoas quanto de organizações, levando o máximo de indivíduos a se envolverem com outras propostas neodireitistas (Diamond, 1998).

Nesse sentido, Petchesky (1981) apresenta que a pauta do “direito à vida” se tornou a referência da Nova Direita para a construção de uma base de massas.

A causa comum é feita com "grupos de interesse único que pensam da mesma forma" sempre que possível. *A questão do direito à vida tem o que um repórter antipático descreveu como uma "relação simbiótica" com a Nova Direita.* Quer queiram ou não, os defensores do direito à vida descobriram que têm que trabalhar com ativistas da Nova Direita, simplesmente porque ninguém mais se preocupa em proteger os nascituros. (Weyrich, 1982, p. 60, tradução e grifos nossos)

Os neodireitistas, como Whitaker (1982), negavam o caráter ideológico do movimento, apresentando-o como um movimento emergente que representava um mosaico de pautas políticas. Era considerado a única representação possível para permitir a coalizão de diferentes perspectivas conservadoras. Formaram, assim, com base em estratégias e códigos sociais de temas econômicos e morais, um movimento que representasse os medos relacionados à diversidade e igualdade racial, sexual, de gênero e classe. Nessa perspectiva, a Nova Direita

conseguiu desviar o ressentimento tradicional da classe média baixa contra o corporativismo estadunidense e mobilizar politicamente os evangélicos (Schafer, 2011).

Um dos argumentos que deram nó à ideologia da Nova Direita era que a família tradicional é um suporte imprescindível da civilização, onde os estilos de vida influenciam a dinâmica familiar. Desse modo, os neodireitistas buscavam saídas únicas que poderiam garantir as condições possíveis para a salvação das famílias (Wilson, 1982).

Em defesa da família e da vida em comunidade, garantiriam o bem-estar estadunidense ao reorientar a política interna e externa. Com isso, apenas com o trabalho árduo e autossacrifício conseguiriam defender legislações e políticas moralmente comprometidas com o público e com a fé religiosa (Weyrich, 1982). Nesse sentido, Wilson (1982) defende que a Nova Direita se realiza como uma revolta da comunidade contra as ameaças à sua dignidade e autodeterminação. Por isso, se direciona pela reorientação da política estadunidense, interna e externa, para alcançar o melhor para a comunidade estadunidense.

Weyrich (1982) apresenta que os grupos políticos de interesse único, como *anti-busing*, controle fiscal, defesa nacional, direitos dos pais, sobrevivência da escola privada, suficiência energética, agendas pró-família (direito à vida, contrários aos direitos LGBTs e sexuais das mulheres), pena de morte, contra a pornografia, controle de armas, aumento da criminalidade, entre outros, foram organizados e mobilizados comumente por partilharem das preocupações apresentadas pela Nova Direita. Essas agendas, chamadas de “questões sociais” por seus mobilizadores, foram o motivo para os conservadores atuarem em coalizão<sup>20</sup> nos Estados Unidos naquele momento (Rusher, 1982). Não demorou muito, e no início da década de 1980, a Nova Direita já havia estabelecido instituições que alcançavam impacto no processo político formal (Weyrich, 1982).

Com certeza, nós, da Nova Direita, acreditamos fortemente na livre iniciativa e individualismo, e nos opomos à expansão da interferência do governo nas vidas individuais. No entanto, a Nova Direita também acredita que o indivíduo tem responsabilidade individual para com a sociedade e um valor moral intrínseco. (Weyrich, 1982, p. 53, tradução nossa)

---

<sup>20</sup> A coalizão foi representada na campanha e empenho dispendido para a eleger Ronald Reagan. Os autores do livro “The New Right Papers: the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices”, escrito em 1982, demonstravam preocupação no compromisso com determinados temas em seu governo.

Na perspectiva de Petchesky (1981), essas pautas, especialmente as de oposição ao aborto, à emenda da igualdade de direitos e ao Estado social, tornaram-se o veículo de ascensão da Nova Direita ao poder do Estado. Ou seja, pautas que legitimavam seu núcleo ideológico, a ideia de privatização. O pressuposto da privatização baseia-se nas estruturas patriarcal, racista e capitalista, que promovem tanto o direito de propriedade quanto o direito do proprietário (homem, heterossexual, branco e cisgênero), que pode controlar sua esposa, seus filhos e seus empregados (Petchesky, 1981). Assim, o diferencial da Nova Direita na perpetuação dessas estruturas está no fato de ser mobilizada em nome do corporativismo. Ou seja, a Nova Direita está a serviço do mercado, da igreja, da escola privada e da família patriarcal, e não do indivíduo. Na mesma direção, Libby (1983) defende que o direito privado pautado pela Nova Direita é referente à privacidade corporativa, o que significa menos direitos para os indivíduos. Com efeito, mobiliza votos e fundo eleitoral, recruta ativistas e busca legitimidade por meio de causas consideradas moralmente justas.

Além da defesa da família, mercado, papéis sociais de gênero e contrariedade ao Estado social, Ansell (1997) defende que a raça também foi considerada uma espécie de desintegração social pela Nova Direita. Foi utilizada em diferentes pautas, como imigração, ações afirmativas, ordenamento social, políticas sociais, multiculturalismo, valores tradicionais, entre outros, impregnadas de referências raciais. Essas são vistas como símbolos de preocupação com a integridade da identidade nacional, vitalidade econômica e sobrevivência cultural. A autora argumenta que a raça serviu como um condutor ideológico em discursos políticos que separam “eles”, inimigos comuns, versus “nós”, a comunidade estadunidense. Isso no sentido de que a formação da comunidade gira em torno da construção simbólica de *insiders* e *outsiders*. Assim, a Nova Direita estadunidense direcionava-se pelos interesses uma classe média branca que se sentia ameaçada pela aparição e reivindicação de direitos de novos sujeitos sociais na cena política.

A autora argumenta que o racismo foi redefinido por uma interpretação individualista, correspondendo a comportamentos discriminatórios individuais e isolados. Nesse sentido, a resposta ao racismo pelo Estado deveria ser reduzida e tratada de forma individualizada. Na perspectiva dos neodireitistas, segundo Ansell (1997), o Estado intervencionista em questões raciais contribuiu para dificultar as oportunidades da população negra, discriminar as pessoas brancas, prejudicar as relações interraciais e interromper o *modus operandi* da sociedade e da economia.

As ideias de raça, sexualidade e nação foram cruciais para a Nova Direita construir uma espécie de populismo de direita, formatando códigos culturais que rejeitam o consenso dos anos do pós-guerra e que vão além de imperativos econômicos e de coalizões eleitorais (Ansell, 1997). A autora compreende que a Nova Direita também se distinguiu por sua retórica populista, pela fusão ideológica de neoliberalismo e neoconservadorismo; pela mobilização de novos blocos de eleitores em torno de uma ampla gama de questões sociais; e pelo sucesso na construção de coalizões e atenção aos detalhes organizacionais. A Nova Direita conseguiu conformar um giro à direita no âmbito das identidades nacionais, sociais e individuais.

O sucesso da Nova Direita na disputa por hegemonia está especialmente no fato de ter estabelecido sua visão de mundo. Embora esse sucesso não apareça tanto nos estudos sobre o tema, que dão enfoque às vitórias legislativas, ele é fundamentalmente significativo, tendo em vista que não é facilmente revertido. Ansell (1997) argumenta que houve um reposicionamento de categorias, pressupostos e modos de representação, consideradas como armas políticas poderosas, especialmente em momentos de crise e pânico social, onde a sociedade busca segurança e respostas fáceis. Nesse sentido, compreende a Nova Direita também como um projeto simbólico que recria mitos nacionais e reinterpreta códigos culturais anteriormente hegemônicos no imaginário social.

Além dos Estados Unidos, berço da Nova Direita, a ideologia marcou um processo de ruptura com o consenso social-democrata do pós-guerra em diferentes países, como Inglaterra, Nova Zelândia e Austrália durante a década de 1970 e 1980. Os autores ingleses, por exemplo, estão inclinados a analisar a Nova Direita com ênfase no neoliberalismo e efeitos na vida econômica, ainda que reconheçam o papel do neoconservadorismo.

Desmond King (1987)<sup>21</sup>, nessa esteira, apresenta que a Nova Direita é um amálgama de ideias ecléticas baseadas no neoliberalismo e neoconservadorismo, mas o neoliberalismo é primordial e o neoconservadorismo possui apenas um papel secundário na prática política. O autor identifica os pressupostos das ideologias amalgamados, como individualismo, livre mercado, ordem social e autoridade calcados em valores morais. Para ele, o objetivo da Nova Direita é restringir direitos de cidadania, uma vez que estes aumentam a responsabilidade social do governo e limitam as relações hierárquicas e tradicionais de autoridade. Assim, considera a

---

<sup>21</sup> Para o autor, as ideias neodireitistas se configuravam como uma moda intelectual passageira, que gerariam consequências significativas.

Nova Direita como uma coalizão que transita entre ideologia e prática política, tendo em vista que ambas são fundamentais para a compreensão de sua força política.

Ainda segundo o autor, as vertentes neoconservadora e neoliberal são contraditórias entre si, mas os argumentos neoconservadores, considerados secundários, contribuem para justificar as consequências sociais e políticas deletérias do neoliberalismo. Por consequência, o neoconservadorismo estaria a serviço do neoliberalismo, atuando para a sua legitimação. Como exemplo, King (1987) defende que a redução do Estado social é um objetivo neoliberal que implica uma concepção tradicional do papel da mulher e da família, e a ideologia neoconservadora mobiliza argumentos que legitimam tanto o seu objetivo quanto o seu resultado. Entretanto, concorda-se com Petchesky (1981) ao afirmar que os temas morais não são estratégias secundárias para escamotear o real objetivo da Nova Direita no âmbito econômico. Isso porque os temas, como divisão de classes e racismo, estão integralmente ligados às preocupações sobre a autonomia e responsabilidade familiar, bem como sobre a política sexual.

A Nova Direita promoveu um giro ideológico mais à direita na hegemonia mundial, impulsionado pelos governos estadunidense e inglês, adeptos dos preceitos resultantes da fusão neoconservadora e neoliberal. No entanto, como apresentado, antes mesmo de se consolidar na forma de governar, a Nova Direita já possuía produção e difusão na sociedade civil. É, desse modo, “um conjunto de princípios, ideias e práticas morais, resultante da fusão do neoliberalismo econômico com o neoconservadorismo político, social e cultural, o qual configura um feroz ataque capitalista ao Estado Social e à democracia” (Pereira-Pereira, 2020, p. 9). Com um Estado forte e controlador, em termos de autoridade moral e defesa do mercado, o Estado neodireitista atua em três direções principais: cooptação e descaracterização dos movimentos sociais; defesa do individualismo em detrimento de mobilizações coletivas e democratizantes; e antagonismo à proteção social com horizonte universal (Pereira, 2020).

[...] a nova direita atua de forma institucionalizada no interior do Estado, reconfigurando sua estrutura dialeticamente como veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa em sua expressão capital-imperialista. Exerce e cobra coerção, assim como busca “educar” a sociedade para a construção/naturalização da sociabilidade do capital. (Casimiro, 2018, p. 465)

Loxley e Thomas (2001, p. 293) reconhecem que o termo Nova Direita apresenta uma noção desajustada, que confunde e encobre diferentes práticas políticas que mudam conforme o contexto regional e cultural. Ademais, diferentes autores abordam o termo para apresentar

uma série de ideias e políticas, mas no geral, seu ponto comum está na incorporação das vertentes teóricas e práticas do neoliberalismo e neoconservadorismo, também chamados por restauração do conservadorismo e liberalismo, ou de “alas” social e econômica da Nova Direita, ou até conservadorismos social e econômico.

Andrew Gamble (1988) enfatiza que a Nova Direita pode ser identificada de forma ambígua e eclética, ora como libertária e autoritária, ora como populista e elitista, tendo em vista que sua composição é realizada por duas grandes vertentes ideológicas. Isso confunde os analistas, que às vezes acabam dando mais ênfase a uma do que a outra e atribuem diferentes significados ao termo a partir da conjuntura e região analisada.

É possível afirmar que o ataque teórico e prático às políticas sociais e ao formato dos Estados sociais do modelo de gestão social-democrata pela via econômica, política, moral e cultural é um elemento definidor que contribuiu para determinar a agenda política neodireitista, bem como para unificar uma gama diversa de atores sociais (Gamble, 1988). Portanto, Levitas (1995) defende que existe uma coerência lógica na fusão das duas vertentes que conformam o pensamento da Nova Direita. Mas, mesmo que não houvesse essa coerência lógica, essa fusão ainda seria uma realidade consistente. Isso porque o poder de uma ideologia não depende da consistência lógica de suas ideias, e sim da sua relação, no nível do mito e da prática, com os interesses e ações dos grupos sociais em disputa (Levitas, 1995).

Desse modo, um dos principais núcleos de preocupação da Nova Direita é que o Estado social havia criado três preocupações inter-relacionadas. Uma de caráter moral, que gerou uma cultura de dependência social, sustentando valores anticapitalistas. Outra de ordem financeira, com o aumento dos gastos públicos, alta tributação e elevação das taxas de juros que desestimulam o trabalho. Por fim, de cunho social, que limitava a liberdade e a autonomia individuais (Loxley e Thomas, 2001).

Segundo Pierson (2004), a Nova Direita mobilizou argumentos de que as políticas sociais promoveram a comodidade entre os pobres, formando uma cultura de dependência. Nesse contexto, o Estado social, ao invés de corrigir o problema, o perpetuou, reduzindo os cidadãos a indivíduos passivos e tutelados.

Existia a convicção de que as políticas sociais da social-democracia haviam promovido aumento da inflação, desemprego, tributação e inchaço do setor público, bem como os governos perdiam autoridade em face dos interesses setoriais da sociedade civil (Gamble, 1988). Consideravam os serviços prestados como ineficientes para atender às necessidades sociais,

confiando apenas na autorresponsabilidade, autoajuda, independência e prudência financeira (Gamble, 1988). O alvo comum era o impacto destrutivo da social-democracia sobre as instituições que sustentam o capitalismo, como mercado, família e Estado. Desse modo, a Nova Direita tece críticas ao Estado social, caracterizando-o como desperdiçador, improdutivo, ineficiente, inefetivo, injusto, que nega as liberdades individuais e é suscetível à corrupção. Tudo isso com o intuito de desvincular as políticas sociais do postulado de justiça social (Pereira-Pereira, 2003).

Como alternativa ao modelo social de intervenção estatal do pós-guerra, a Nova Direita promoveu uma agenda de contrarreformas, com destaque às esferas privadas em detrimento da pública. Dessa forma, o voluntariado emergiu como um ator privilegiado para a intervenção social, com a privatização mercantil e não-mercantil da intervenção social (Pereira-Pereira, 2003). O voluntariado ascendeu como um setor com a capacidade de captar subsídios, desonerando os cofres públicos; inovar nas respostas às demandas sociais e oferecer serviços com agilidade e transparência. Além disso, o voluntariado tem a capacidade de promover a descentralização do poder tradicionalmente concentrado no Estado. Com efeito, Pereira-Pereira (2003) apresenta que o voluntariado realiza ações “variadas, flexíveis, acessíveis, inovadoras e, de certo modo, menos onerosas que as políticas públicas”. Contudo, contraditoriamente, também são imprevisíveis, instáveis, incompletas, sem condições de garantir direitos e, em várias situações, opressoras e excludentes.

Além disso, os neodireitistas, segundo Gamble (1988), preocupavam-se com o patriarcado, modelos educacionais e padrões de conteúdo como elemento fundamental da batalha ideológica, ameaças à ordem pública, igualdade racial, poder das igrejas, ameaça à moralidade pública e pessoal, e necessidade de impor limites à democracia. Conforme o autor, a Nova Direita é um movimento radical, pois tem como objetivo desfazer consensos estabelecidos na condução das políticas públicas. Isso é feito por meio de coalizões eleitorais e políticas que desafiam as principais instituições e políticas-chave da sociedade. Nessa perspectiva, Gamble (1988) e outros autores, como Ben Williams (2021) e Pamela Conover (1983), analisam a Nova Direita como um movimento político circunstancial que promoveu eventos de reação ao esgotamento do consenso político e econômico na década de 1970. Esse movimento buscava destituir o Estado social, a social-democracia e restabelecer, com base na ordem e autoridade, as instituições que sustentam o capitalismo.

Nesse mesmo sentido, Barry (1987)<sup>22</sup> apresenta a Nova Direita como sinônimo de um pensamento político anti-consenso, unido tanto pelo anti-socialismo quanto por um conjunto complexo de práticas políticas, pressupostos filosóficos e teorias sobre economia de mercado, indivíduo, sociedade e doutrinas individualistas. Além disso, George e Wilding (1976) consideram que a crítica ao papel expandido do governo nas áreas sociais tem sido um elemento central nos argumentos da Nova Direita, que são primordialmente antioletivistas.

Os neodireitistas partem do pressuposto de que as políticas sociais são ameaças prejudiciais aos valores e instituições sociais centrais, à família, ao incentivo ao trabalho, ao desenvolvimento econômico e à liberdade individual, por exemplo. A acusação dos antioletivistas ao Estado social consiste nos argumentos de que ele ameaça a liberdade individual, enfraquece o governo, desestabiliza os sistemas social e econômico, não responde às necessidades individuais, é ineficiente, negligencia outras fontes de bem-estar, inibindo e dificultando seu desenvolvimento, como família, voluntariado e mercado, prejudica o indivíduo e a responsabilidade familiar, induzindo dependência, desmoralização e falta de iniciativa, entre outros (George; Wilding, 1994).

Contudo, Loxley e Thomas (2001) compreendem que a Nova Direita reconhecia a legitimidade de o Estado interferir na vida social, desde que os vínculos sociais não fossem “ameaçados”. Assim, o Estado social neodireitista é caracterizado como “socialmente limitado”, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes (Pereira, 2016, p. 120).

Os pressupostos das políticas sociais neodireitistas são: a organização em redes, especialmente da sociedade civil, como redes comunitárias, familiares, filantrópicas e do mercado para o planejamento e execução de ações sociais; a responsabilização individual da situação social; a mera gestão dos problemas sociais atendidos, considerados de impossível superação; e a adoção de uma gramática própria, pautada na noção dos riscos sociais e vulnerabilidade social. Estes devem ser protegidos minimamente de maneira focalizada e com exigência de contrapartidas a partir da correlação entre público e privado (Pereira, 2016).

As políticas sociais promulgadas pela Nova Direita “não só não protegem seu público-alvo, como mantêm e reproduzem a pobreza, rebaixam os níveis de vida e de cidadania de seus demandantes, destroem as potencialidades de expansão da democracia e oneram muito mais os

---

<sup>22</sup> Para o autor, o movimento anti-consenso envolve o renascimento de velhas ideias liberais e uma articulação mais clara e mais nítida com o neoconservadorismo.

cofres públicos do que se a pobreza tivesse sido prevenida” (Pereira, 2016, p. 191). Dessa forma, a Nova Direita encontra nas políticas sociais a possibilidade ininterrupta de atuação a partir da conversão do seu sentido, visando a “captura e ressignificação dos problemas sociais e suas soluções” (Casimiro, 2018, p. 128).

Desse modo, as políticas sociais da Nova Direita enquadram-se na matriz residual de proteção social por apresentar um padrão mínimo de proteção, com políticas sociais focalizadas e fora do escopo da garantia de direitos sociais, um recurso fundamental para reprodução ideológica, com aspectos antissociais e antidemocráticos (Pereira, 2016). Com objetivo de administrar riscos sociais, a Nova Direita convoca a atuação de segmentos da sociedade civil, que de forma solidária devem garantir a sobrevivência de indivíduos considerados “vulneráveis” e impedir o agravamento de situações “desajuste social” total (Pereira, 2016). Ademais, a gestão de riscos, conforme recomendações do Banco Mundial, pode atuar tanto na prevenção, mitigação ou enfrentamento dessas situações, com diferentes níveis de informalidade.

A incorporação da categoria risco ao universo da proteção social vem transformando-a em mera técnica administrativa, da qual constam formas esquemáticas de prevenir, mitigar ou enfrentar riscos e não necessidades de fato. Embora geralmente passe despercebido, por trás deste rebaixamento da proteção social à pura função gerencial, reside uma intenção não explícita de supressão de termos básicos, associados ao processo de exploração capitalista, como justiça social, direitos e necessidades os quais, ao contrário do termo risco, carregam em si o imperativo de oferecer respostas a demandas reais (GOUGH; MCGREGOR, 2008). (Pereira-Pereira, 2016, p. 133)

Nesse sentido, a Nova Direita, como fusão de duas ideologias de direita reformuladas, constrói novas sustentações ideológicas, consensos e formas de governar. A ideologia inaugura recursos de articulação ideológica no âmbito econômico, político e social, desenvolvidos no contexto da direita política para garantir a hegemonia de determinada classe e grupos sociais. Esses pilares são contrários aos avanços sociais e democráticos, o que possibilitou “a nova práxis direitista presente em praticamente todo o mundo ocidental desde os anos 1980, incluindo a proteção social”. Isso significa que a sua hegemonia também gerou novas determinações às políticas sociais (Pereira, 2016, p. 122).

Em síntese, define-se como

*a união imanente do que há de mais perverso em cada uma em separado [neoliberalismo e neoconservadorismo]. Assim, na defesa do livre mercado, vem embutida a ode ao laissez-faire, à meritocracia e à necropolítica. Na tentativa de*

resgate dos “bons costumes” e dos valores tradicionais, emergem, no bojo, o racismo, a misoginia, a LGBTfobia. No orgulho patriota, aflora a xenofobia e a islamofobia. Da devoção a Deus, deriva a perseguição a outras expressões religiosas, especialmente as de matriz africana. *Em suma, a convergência medular que transforma duas correntes em uma, é a que se direciona para negação – nunca assumida – da democracia.* (Pereira; Duarte; Santos, 2021, p. 8, grifos nossos)

Por isso, argumenta-se que a Nova Direita se realiza como um fenômeno patológico da crise orgânica, no sentido gramsciano, tendo em vista que é possível entendê-la como uma unidade perigosa, uma combinação ideológica absurda, que utiliza diferentes recursos para formação de consenso e reconstrução do poder dominante. Ao se universalizar pelo Estado estrito, a Nova Direita inaugurou práticas no âmbito da economia, dos direitos, do jogo político, da autoridade e das políticas públicas. Segundo Casimiro (2018), a ideologia firma um novo plano conciliatório entre os atores sociais que a conformam. Assim, as bases culturais de legitimação do poder político e econômico dominante foram renovadas mesmo que esta renovação não constitua uma ruptura total com o horizonte cultural já existente no país.

Na América Latina, a emergência da ideologia da Nova Direita foi ainda mais dinâmica e eclética, tendo em vista as características particulares da formação socioeconômica da região. Conseguiu, desse modo, estabelecer vínculos orgânicos com os agrupamentos direitistas latino-americanos seculares ao impulsionar a propagação de preocupações sociais e a construção de alternativas consideradas conservadoras para saná-las (Maira, 1981). Para o autor, a vinculação entre os agrupamentos de direita ocorreu ainda na formação dos regimes militares, que tinham evidentes traços autoritários, neoconservadores e neoliberais, como no Chile, sob a gestão de Augusto Pinochet. No Brasil, no entanto, as influências neodireitistas neste período ainda se apresentavam de forma difusa e menos explícitas, ganhando corpo no processo de abertura política do país.

Nessa perspectiva, concorda-se com a tese de Alves (1999) de que a Nova Direita no Brasil foi desenhada no cenário político a partir de uma necessidade de reposicionamento programático e de revitalização das ideias de direita no período da Nova República, com o processo de redemocratização. Para tanto, a autora parte do pressuposto de que “a ordem política conservadora, elitista, oligárquica, tradicional ou renovada é a marca que prevalece desde o Império aos dias de hoje, independentemente da estrutura partidária vigente no cenário político do país” (Alves, 1999, p. 70). Com efeito, a revitalização de novas bases ideológicas para a direita ultrapassa esse conteúdo, embora vincule-se a eles. A autora entende que até os anos 1980, a diáde direita-esquerda no país diferenciava-se, basicamente, pela oposição entre

autoritarismo-democracia, de modo que a abertura democrática em 1985 fez com que esta oposição não conseguisse mais garantir as bases explicativas para a polarização entre os agrupamentos políticos, tornando-a mais complexa e carregada de novos elementos. Portanto, a noção de cultura política do país e a conformação do processo da Nova Direita em solo brasileiro desde a Nova República foram abordados no próximo capítulo.

### 3 Cultura política brasileira e Nova Direita: laços existentes?

#### 3.1 Notas conceituais sobre cultura política

A cultura política expressa as assimetrias existentes na sociedade por estar alinhada às estruturas que a organizam. Portanto, não se configura como um resultado mecânico, nem como mera reprodução do tradicionalismo enraizado. A cultura política se desenvolve na dinâmica das relações sociais e, a depender do movimento das forças sociais em disputa, pode atuar tanto para a conservação como para a transformação da organização social (Coutinho, 2011). O seu significado não resulta da união entre os conceitos “cultura” e “política”, nem se trata de um posicionamento auxiliar em que “política” tem o papel de adjetivar ou delimitar um campo da “cultura” (Castro, 2008). Nesse sentido, o conceito “cultura política” possui finalidade normativa própria e específica, com determinação histórica (Castro, 2008) e natureza multidimensional (Pateman, 1971).

É consenso na literatura sobre o tema que Gabriel Almond introduziu o conceito de cultura política em 1956. No entanto, foi a obra *The Civic Culture*, de Almond e Verba, em 1963, que ganhou o título de obra fundacional do conceito de cultura política (Castro, 2008). Anteriormente à discussão dos dois autores estadunidenses, o termo era apresentado apenas como a demarcação das características nacionais ou atributos inatos de determinada organização social (Moisés, 1995), especialmente sob a lente dos estudos antropológicos (Inglehart, 1988). No entanto, o seu sentido ultrapassou a caracterização do caráter nacional de uma sociedade, como apresentado por Cuche (1999), que reconhece o conceito como a identificação do sistema político e do caráter nacional de determinada organização social. Segundo o autor, a teorização da cultura política se realizou com base nos processos de independência dos países colonizados, na medida em que a formação dos Estados nacionais revelava a inadequação da importação do sistema político dos países de capitalismo central, principalmente em relação ao funcionamento da democracia.

Em sentido oposto, Almond e Verba (1989) desenvolveram uma abordagem sobre a formação de uma cultura política que correspondesse ao regime político democrático liberal, com referência no processo histórico do pós-segunda Guerra Mundial e alastramento ideológico da democracia liberal. Para tanto, a cultura cívica foi apresentada pelos autores como resposta e parâmetro do que seria uma cultura correspondente à democracia. O ponto de partida dos autores baseou-se na identificação da existência de um binarismo formado por nações

emergentes de regimes totalitários ou democráticos no pós-segunda Guerra Mundial. A cultura cívica, como resposta e pré-condição de uma sociedade democrática, apresenta uma espécie de combinação entre modernidade e tradição, que promove o pluralismo, a comunicação, o consenso, a diversidade e a possibilidade moderada de mudanças, bem como enseja a neutralidade burocrática e a democracia liberal a partir de atitudes e do comportamento político da sociedade (Almond; Verba, 1989).

Com efeito, os autores compreendem a cultura política como um conjunto de orientações e atitudes políticas que englobam objetivos políticos e processos sociais específicos, ou seja, “é a distribuição particular de padrões de orientação para objetos políticos entre os membros da nação” (Almond; Verba, 1989, p. 13, tradução nossa). As orientações constituem-se na internalização das relações políticas, que são direcionadas pelos objetos políticos, ou seja, pelas funções e estruturas políticas determinadas por aspectos cognitivos (conhecimentos e crenças relacionados ao sistema político), afetivos (sentimentos e performance no processo político) e avaliativos (julgamento, opiniões, decisões e ações políticas) (Almond; Verba, 1989). Desse modo, as orientações políticas baseiam-se em como a sociedade se reconhece a partir do caráter nacional, do sistema político, das estruturas e funções políticas, da tomada de decisão, entre outros aspectos. Os autores concluem que a cultura política é caracterizada pela frequência de diferentes tipos de orientações em relação ao sistema político em geral.

No referido estudo, as atitudes e o comportamento político da sociedade em cinco países foram analisados a partir da seguinte tipologia de culturas políticas: paroquial, baseada em orientações afetivas, com características religiosas e tradicionalistas; súdita, com autoridade governativa e passividade da sociedade; e participante, em que a sociedade é ativa nos assuntos políticos. As culturas políticas mencionadas podem coexistir na medida em que não são homogêneas, não se sobrepõem ou se anulam. A cultura cívica, proposta por Almond e Verba (1989), se enquadra na cultura participante, que encontra correspondência com a estrutura política das sociedades de referência (Inglaterra e Estados Unidos), o que não seria uma característica determinante de todas as culturas políticas. A relação entre micro e macropolítica está expressa na cultura cívica a partir dos traços que promovem o desenvolvimento da forma política do capitalismo ocidental, isto é, a democracia liberal, segundo a análise dos pesquisadores.

Castro (2008, 2022) apresenta algumas armadilhas presentes na formulação do conceito de cultura cívica, a primeira está no fato de atrelá-la à consolidação de um regime democrático,

de forma normativa e impositiva ao desconsiderar a diversidade de experiências de outras regiões; a segunda, por sua vez, está relacionada à causalidade entre cultura política e estrutura política, em que um sistema político só seria democrático se houvesse uma cultura política cívica, mesmo que esta não seja suficiente para constituí-lo ou mantê-lo, o que determina uma posição de naturalização de ambos os fenômenos. Assim, “a armadilha da cultura cívica implica a redução da força do conceito de cultura política a aspectos unicamente (ou fundamentalmente) normativos e descritivos” (Castro, 2022, p. 15).

Por certo, tem-se o desenvolvimento de um conceito de cultura política que, inicialmente, buscou apresentar respostas universais, desenvolver parâmetros normativos a partir da preocupação em conformar a estabilidade democrática e propor condições culturais para o desenvolvimento da democracia liberal, como um sistema político que deve ser desejável universalmente (Borba, 2005; Castro, 2008, 2022). A construção teórica do conceito incorpora posições que denotam as disputas ideológicas da época, ou seja, expressa a disputa pelo regime político do capitalismo – a democracia liberal – no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, desenvolvimento da Guerra Fria e emergência dos regimes democráticos em diferentes países (Castro, 2008). Desse modo, o conceito de cultura política contribuiu para alcançar duas finalidades implicitamente propostas, são elas: justificar a superioridade política dos Estados Unidos e impor o regime democrático liberal como parâmetro (Castro, 2008).

A obra supracitada desenha a contradição de um conceito que é, simultaneamente, um avanço para as discussões do campo, ultrapassando aspectos da identidade nacional ao articulá-los com outros elementos, e um resultado ideológico do capitalismo, que buscou firmar a superioridade da racionalidade ocidental e da política estadunidense. Tem-se em mente que as críticas desenvolvidas ao longo dos anos sobre o conceito apresentado por Almond e Verba já foram consolidadas na literatura sobre o tema. Dentre elas, explicita-se: superioridade política da cultura anglo-saxônica; tratamento sobre valores políticos como imutáveis e autônomos; supervalorização dos aspectos psicológicos e subjetivos da cultura política como determinante do sistema político; preferência ideológica pelo liberalismo, com uso normativo da democracia liberal; uso apenas de *surveys* de opinião pública para análise classificatória e comparativa; imposição normativa da racionalidade ocidental, apresentando-a como máxima universal que deve ser institucionalizada; valorização de metodologias quantitativas em detrimento de análises qualitativas para analisar a cultura política; apresentação do desenvolvimento da modernidade como um elemento civilizatório e linear; introdução de uma perspectiva

determinista; e negligência com a relação entre estrutura política e cultura política (Inglhart, 1988; Borba, 2005; Araújo, 2006; Pateman, 1971; Castro, 2008, 2022; Moisés, 1995)

Mesmo com o desenvolvimento de novos estudos nesse campo, Castro, Santos e Beal (2022, p. 25) argumentam que, de modo geral, há “dois aspectos que permeiam a literatura que domina o debate internacional sobre cultura política: a visão eurocêntrica e a naturalização normativa da democracia liberal como sistema político a ser alcançado pela humanidade”. Nessa esteira, o emprego teórico de cultura política neste trabalho buscou iluminar o posicionamento de reciprocidade permanente do conceito com a estrutura política, seja para manutenção ou contestação do sistema político, seja para reforçar a sua natureza multidimensional. Não se renuncia ao conceito por considerá-lo relevante e estratégico no âmbito analítico de compreensão da relação entre estrutura, conjuntura e dinâmicas políticas no capitalismo. No entanto, é necessário entender o conceito como uma variável dependente, tendo em vista que está necessariamente relacionado a outras determinações sociais e políticas (Moisés, 1995), sendo passível de mudança e de auxiliar análises mais amplas, sem ser meramente taxativo.

Ademais, reforça-se, com base em Castro (2022, p. 11), a necessidade de um “redimensionamento conceitual” direcionado para outras realidades sociais, que estão além do Norte global, considerando que a “diversidade de experiências históricas produz diferentes formas de subjetividades, orientações e relações com a política”. Isso porque a cultura política, ainda que tenha limitações, é um dispositivo analítico que contribui para entender a sociedade, a exemplo da sua correspondência com as esferas estruturais, como relações sociais de poder, desigualdades sociais e especificidades regionais, e com outros elementos, como Estado e políticas sociais, que são fundamentais para ampliar o horizonte do conceito e preencher as lacunas atualmente existentes.

Ademais, é possível defender que outros estudiosos<sup>23</sup> se atentaram à discussão de cultura política, ainda que não utilizassem o termo. É o caso de Gramsci, conforme Castro (2008), que aborda a discussão do autor italiano sobre hegemonia como uma referência que contribui para o avanço no debate sobre cultura política. A perspectiva da formação de consensos ativos, inculcando visões de mundo, sob a lógica de dominação das classes dominantes, atua para justificar e legitimar as relações assimétricas de poder no capitalismo e instituir uma direção política, intelectual e moral como máxima universal. Assim, “os valores e crenças hegemônicos

---

<sup>23</sup> Almond e Verba (1989) mencionam Aristóteles, Montesquieu, Rousseau e Tocqueville.

– que se manifestam na cultura política – são, ao mesmo tempo, uma apreensão e uma construção dinâmica da realidade a partir de uma determinada concepção de mundo” (Castro, 2008, p. 13). Hegemonia, sob a lente gramsciana, se torna um conceito que ajuda a ultrapassar análises descritivas dos fenômenos políticos por basear-se nas relações de poder e divisão de classes, pautando-se pela correspondência entre elementos micro e macro da política, bem como entre a estrutura e as superestruturas políticas.

Alguns aspectos ganham pertinência na discussão, especialmente as determinações histórico-sociais de uma sociedade específica (formação social, política e econômica) e as relações sociais de poder que a conformam (desigualdades e hierarquia política). Isso porque parte-se do pressuposto de que a cultura política expressa o comportamento político da sociedade, com referência no processo histórico e nas estruturas sociais relacionados à disputa de poder político. O primeiro aspecto contribui para identificar a configuração da sociedade, das instituições políticas que a constituem e suas práticas políticas, com base no “processo interativo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela determinação de seu processo de formação histórica” (Baquero, 2001, p. 102). O segundo contribui para a análise da cultura política a partir de uma perspectiva da luta de classes, que se relaciona com as ideologias dominantes, a formação da hegemonia e os óbices para modificar a cultura política instituída.

Mesmo sendo associada à conformação do sistema político formal, a cultura política também é resultado dos processos políticos e das práticas sociais desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. Por isso, a cultura política é entendida também como o conjunto de práticas sociais que denotam o modo de fazer política de todo o corpo social (Neves, 2008). É compreendida como um “domínio de práticas e instituições, retiradas da totalidade da realidade social” (Alvarez, Dagnino; Escobar, 2000, p. 25). Assim, defende-se o trato da cultura política como resultado das particularidades de determinada formação social, que se realiza no âmbito do sistema político e das práticas sociais, de modo a expressar as disparidades presentes nos valores e signos que conformam o poder político.

A cultura política torna-se, portanto, um indicador, uma variável analítica dependente, na medida em que está inter-relacionada com outros fatores presentes na totalidade concreta. [...] se articulada e relacionada a outros elementos, ela se torna uma chave analítica que contribui para enriquecer as análises sociais e políticas de determinada sociedade, especialmente no sentido de ajudar a desvelar os traços da hegemonia e das ideologias vigentes. (Neves, Barros e Imperatori, 2021, p. 89)

Concorda-se com Borba (2005) que as ideologias, como a Nova Direita, ao mesmo tempo que constituem a cultura política, conseguem fortalecê-la ou alterá-la na medida em que produzem valores e signos que são introjetados nas práticas sociais e políticas. Segundo o autor, no Brasil, a disseminação incessante “de ideologias antidemocráticas foi o elemento central da formação da cultura política brasileira” (Borba, 2005, p. 167), ao mesmo tempo que importou preceitos liberais para regimentar a consolidação do capitalismo no país. O viés antidemocrático é carregado por uma cultura política de desconfiança interpessoal e institucional, que conforma cidadãos individualistas e pragmáticos (Baquero, 2001).

No que tange às particularidades nacionais, é interessante apresentar que somente “na aparência a cultura vigente na sociedade brasileira é “uma” cultura. O que parece ser “uma cultura brasileira” é um complexo de modos de viver e trabalhar, sentir e agir, pensar e falar que não se organizam em algo único, homogêneo, integrado e transparente” (Ianni, 2004, p. 169). A unidade apoiada na “cultura brasileira” tem caráter mistificador e justificador. Esta análise serve também como referência para abordar a cultura política como uma só. A exemplo, pode-se recorrer à formação do mito fundador do Brasil, que constrói um vínculo contínuo com o passado e oculta a realidade a partir de autorrepresentações calcadas nas marcações do privilégio e das desigualdades que embasam as relações de poder (Chauí, 2000). Ele é sempre renovado a partir das necessidades históricas dos grupos dominantes em cristalizar a sua permanência como elite política. Desse modo, um “*mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo*” (Chauí, 2000, p. 5, grifos da autora).

Na mesma direção, Ianni (2001, p. 50-51) demonstra que mitos nacionais são construídos com o intuito de desenhar uma identidade, em que eles são “repetidos e parafrazeados, recriados e caricaturizados, contínua e periodicamente, em geral pelos donos do poder, os grupos e classes ou blocos de poder que sempre trabalham alguma forma de invenção de tradições”. E, nessa linha de pensamento, concorda-se com a explicação sociológica de Ianni (2002) de que a construção dos mitos busca dissolver na mentalidade social as disputas históricas regimentadas pelas desigualdades. Nas palavras do autor,

Uma das soluções intelectuais, científicas, artísticas ou mesmo filosóficas recorrentes, encontrada para essa surpreendente e persistente dialética de possibilidades e impossibilidades, é a invenção de “tipos” e “mitos”, que se distinguem e transmutam. Parecem resolver, ou elidir, o dilema e a antinomia. Para escapar ou superar o impasse, criam-se noções tais como: “raça cósmica”, “democracia racial”, “revoluções

incruentas”, “homem cordial”, “moronismo”, “hemisfério ocidental”, “latino-américa”, “iberoamérica”, “indo-américa”, “afro-américa”, “dependência”, “mercados emergentes”. (Ianni, 2002, p. 20)

Ao apresentarem os mitos nacionais que sustentam as relações de poder por aspectos também culturais, Ianni (2001) e Chauí (2000) contribuem para a análise da formação da cultura política no país. As ideologias dominantes abrangem os mitos nacionais e as culturas políticas desenvolvidas no Brasil, que atuam na sustentação das classes e grupos no poder. O desenvolvimento desses elementos, que se recriam constantemente, deita raízes na formação social e econômica do país, que é costurada pelo tecido colonial e escravista, com o propósito de encobrir as raízes da sua lógica vertical.

Os mitos são erigidos para explicar e justificar a realidade por diferentes associações que conformam a cultura política brasileira desde o período colonial até a contemporaneidade. No processo de modernização, a criação desses mitos desenhou uma cartografia do Brasil, como produto da artimanha das classes e grupos no poder no intuito de despolitizar a sociedade civil em gestação e organizá-la por cima, ao passo em que elevava um Estado forte e autoritário (Ianni, 2004). Como resultado, a cultura política hegemônica do país expressa a arrogância elitista e opressiva dos grupos dominantes na constituição da mentalidade social, das práticas e das instituições políticas (Ianni, 2004).

### 3.2 Brasil de um passado contínuo: elementos culturais do colonialismo à modernização conservadora

É estabelecida no Brasil uma cultura senhorial referenciada nas marcações do mando e da obediência (Chauí, 2000). O mandonismo é diretamente associado à concentração de poder político e econômico, em que “as oligarquias têm a capacidade de minar o aperfeiçoamento democrático, reforçando os piores ranços da política” (Schwarcz, 2019, p. 61). As relações de autoridade e subserviência ancoram-se na história de um projeto colonial de exploração que utilizou recursos materiais e simbólicos para explorar e dominar os povos originários e, sob a égide do sistema escravista, o povo negro escravizado.

De acordo com Fanon (1968) o colonialismo<sup>24</sup>, ao se realizar pela ausência da razão, é configurado pelo estado bruto de violência de uma ordem imposta e hierárquica. Esse sistema,

---

<sup>24</sup> A abordagem sobre colonialismo não pretende disputar as correntes teóricas dos pós-colonialistas e decoloniais, mas se posiciona de forma contrária e crítica ao projeto colonial contínuo. Não é interesse, ainda, disputar a

ainda conforme o autor, é maniqueísta por cimentar divisões entre os colonos e os colonizados em aspectos econômicos, raciais, culturais, entre outros, que definem os critérios de poder e de dominação do colonizador e determina as diferenciações que estabelecem o colonizado como inferior. Não é demais afirmar que o colonialismo reduziu a humanidade a um “monólogo autorreferenciado”, com base no ponto de vista do colono, os europeus (Césaire, 2020). Não por acaso, predomina a metáfora do espelho de Próspero<sup>25</sup> nesta análise, em que a autopercepção do colonizado é intermediada pelo reflexo do outro, que utiliza o olhar emprestado das elites e grupos dominantes nacionais e euro-estadunidenses de modo que a sua autoimagem é deteriorada, o que contribui para a continuação da produção de mitos que o afastam do real e o depreciam (Ianni, 2002).

Segundo Gonzalez (1980), desde o período colonial, o racismo no Brasil é conformado como uma neurose cultural, que mistifica a consciência e a memória do país. Isso a partir da atualização da ideologia do branqueamento, com mitos que ocultam essências que ultrapassam a aparência da realidade, a exemplo do mito da democracia racial. Esse processo demarcou hierarquicamente a divisão racial do trabalho, do espaço e do exercício político, tendo em vista que o estatuto de humanidade foi negado à população negra, classificada como indigna de direitos e de acesso a espaços públicos e decisórios. Como elemento estruturante das esferas social, cultural e econômica, o racismo conforma, conseqüentemente, as instituições políticas e as relações sociais de poder.

Em assimilação com a cultura forjada como universal, a cultura brasileira se deu pela imitação e aderência das convicções e dos valores do colono, com a negação das diferenças hierárquicas para afirmar a sua existência (Coutinho, 2011). A tentativa de homogeneização cultural conformou a deformação da identidade nacional ao forjar práticas políticas e normas

---

abordagem terminológica de colonialidade, situação colonial e colonialismo. Utiliza-se colonialismo tanto como fenômeno histórico, como um projeto contínuo que é intrínseco à formação capitalista e que se reafirma de forma permanente e sistemática na produção e reprodução das desigualdades por mecanismo materiais e imateriais. Entende-se que existem disputas terminológicas acerca do termo e seu conteúdo. Destaca-se a elaboração de Aníbal Quijano sobre colonialidade do poder e do saber que, na análise de Grosfoguel (2009), determina o colonialismo como tempo histórico precedente à modernidade e a colonialidade como contraposição epistemológica ao enredamento das dominações coloniais, considerando a raça e o racismo como organizadores das estruturas sociais. Segundo a análise de Grosfoguel (2009, p 54), falar em “colonialidade não é o mesmo que dizer colonialismo. Não se trata de uma forma decorrente nem antecedente da modernidade. Colonialidade e modernidade constituem duas faces da mesma moeda”. Embora concorde-se com esta última sentença, acredita-se que a disputa terminológica mais tem a ver com as formas de enfrentamento das posições teóricas do que com o sentido do termo, sendo as diferentes correntes interessantes e necessárias à construção crítica. A não adesão do termo colonialidade também se dá em razão da contraposição existente sobre o centro da estrutura racial. Ainda que a raça seja estrutural e organize a sociedade, acredita-se que ela se articula à estrutura de classe na modernidade de modo entrelaçado.

<sup>25</sup> Ianni usa como referência o livro “O Espelho Enterrado”, de Carlos Fuentes, e os escritos de José Enrique Rodó.

discriminatórias e erigir instituições públicas e civis pautadas pelo privilégio, autoridade, racismo e sexismo. Construída pelo alto, a cultura política hegemônica foi formada por grupos dominantes (latifundiários e oligarquias familiares brancas) que procuravam justificar a estrutura de desigualdades a partir de práticas mistificadoras e de naturalização (Coutinho, 2011).

No sistema capitalista global, segundo Fanon (1968), os países anteriormente organizados como colônias, como no caso do Brasil, são configurados como países subdesenvolvidos e economicamente dependentes em relação aos países de capitalismo central, em que se percebem obrigados a permanecer com circuitos econômicos estabelecidos no regime de colônia. A empreitada colonial ensaiou dinâmicas essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, se tornando condição elementar da modernidade (Bernadino-Costa; Grosfoguel, 2016). Contraditoriamente, a mesma modernidade calcada na razão que busca esclarecer, nomear e explicar, prescreve, mutila e obscurece (Ianni, 2002).

Concorda-se com a afirmativa de que existe uma cumplicidade do sistema capitalista com o projeto colonial, de modo que eles coexistem e se fortalecem (Fanon, 1968). Com base nessa prerrogativa, parte-se do posicionamento de que o colonialismo, na qualidade de projeto econômico, cultural e político tem se realizado como um projeto contínuo, que se materializa atualmente a partir de recursos mais refinados e escamoteados na realidade, ainda necessário e fundamental para a dinâmica do capitalismo global e barbaridade moderna.

A análise da formação social brasileira fortalece a ideia dessa coexistência, na medida em que a burguesia nascente não possuía distinção profunda que a colocava em conflito com a necessidade histórica de acabar com a aristocracia agrária, tal como nas revoluções burguesas da Europa (Fernandes, 2006). Sem rupturas bruscas, a chegada da modernidade no país promoveu a fusão entre o arcaico e o moderno e se realizou na conjunção das bases de poder, em que

(...) velhas estruturas de poder se viram restauradas: o problema central tornou-se, desde logo, como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neolocolonial, e como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital (ligadas à expansão interna do capitalismo comercial e, em seguida, do capitalismo industrial). (Fernandes, 2006, p. 247)

Netto (2014) explicita três traços determinantes que figuram o cenário de associação entre os poderes oligárquicos e burgueses: o exercício da atividade econômica voltado para

fora, desde o regime colônia; a continuidade política e cultural sem rupturas drásticas com o passado; e a industrialização tardia. A conciliação de poderes ocorreu por uma transformação gradual no sentido de ajustar diferentes interesses e garantir as adaptações por parte da burguesia como um todo, incluindo as oligarquias já predominantes (Fernandes, 2006). A formação específica do capitalismo brasileiro permite compreender a sua condição de subdesenvolvimento<sup>26</sup> político, econômico, social e cultural, o que possibilita afirmar que o processo de modernização ocorreu de forma limitada e conservadora. A transformação “fazia-se dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político” (Fernandes, 2006, p. 241).

A transformação capitalista no Brasil foi incompatível com a constituição de direitos civis, democráticos e universais. Segundo Fernandes (2018), esse fato ocorre porque a transição atuou para beneficiar uma minoria privilegiada e os interesses econômicos internacionais, que desenharam traços específicos na institucionalidade do país. Com efeito, a “revolução democrática” ou a “revolução de expectativas” não poderia ocorrer na cisão hierárquica da sociedade brasileira, pois as “minorias dominantes se veriam ameaçadas e não poderiam continuar instrumentais para o sistema de poder do capitalismo mundial” (Fernandes, 2018, p. 198). Assim, a estabilidade política do país continuou baseando-se em instrumentais de força e ameaça potencial.

Netto (2014) defende que as particularidades da modernização brasileira possuem duas raízes principais localizadas: 1) na incapacidade de o desenvolvimento capitalista erradicar os postulados econômicos e sociais do passado; e 2) na construção social “pelo alto”, que sempre excluiu as massas populares dos processos políticos e das tomadas de decisão. As mudanças sociais ocorreram sem participação, unidade popular, caráter revolucionário e institucionalidade democrática, mas a partir de processos conciliatórios realizados de cima para baixo (Coutinho, 2011). Na mesma linha de raciocínio, Dreifuss (1989, p. 9) menciona que a transição para a república no Brasil foi, simultaneamente, arrastada e imediatista, com forte conservantismo do conteúdo político e cultural anterior, caracterizada por um “realinhamento

---

<sup>26</sup> O subdesenvolvimento “tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica era fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, impediu-a precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista; vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização” (Oliveira, 2003, p. 126). Dessa forma, o subdesenvolvimento é “uma produção da dependência pela conjunção de lugar na divisão internacional do trabalho capitalista e articulação dos interesses internos” (Oliveira, 2003, p. 127).

político conservador” apoiado em práticas de transformismo institucional, com intervenções corretivas, policiaesca, militares e de manipulação da opinião pública.

Os elementos políticos e culturais se realizaram mediante uma postura reacionária, conservadora, autoritária e antidemocrática. O pacto conciliatório entre os poderes dominantes, que conservou o *status* da elite colonial e possibilitou a ascensão da burguesia, é expresso no conservadorismo do país. Este se difere do conservadorismo europeu por ser qualificado pelo esforço conciliatório e de mediação entre os poderes dominantes, os quais reformam com o intuito de conservar os privilégios e as desigualdades que distanciam a elite dominante dos grupos subalternizados (Mercadante, 1980). O conservadorismo brasileiro é híbrido, sem escola teórica definida, mas está presente em diversas correntes e áreas do pensamento hegemônico e popular, além de possuir caráter histórico, enraizado e contraditório (Quadros, 2015). Marca registrada das elites do poder do país, o conservadorismo direcionou as transformações sociais no Brasil, de modo que o “processo de configuração política das diversas formas de associação político-econômico-cultural dos setores dominantes brasileiros – através de um jogo de cartas marcadas, restritivo em termos sociais e racialmente seletivo – sempre foi o de realinhar posturas, conservando posições” (Dreifuss, 1989, p. 9).

Schwarcz (2019) adverte que os aspectos sócio-históricos que explicam as desigualdades no cenário brasileiro são muitos, tal como a repartição latifundiária de terras, o patrimonialismo, o escravismo, o processo particular de modernização/industrialização, entre outros. No entanto, nenhum destes elementos, ainda conforme a autora, explicam o porquê da existência de um círculo vicioso com um passado que não consegue ser rompido, no sentido de aniquilar as desigualdades históricas e estruturais. Pode ser somado a essa premissa o pensamento de Solano (2016), que defende a existência de uma encruzilhada das desigualdades com raízes históricas, práticas persistentes e movimentos inerciais, que adicionam novos elementos a partir do desenvolvimento econômico global. Assim, o autor afirma que as desigualdades possuem ênfase na concentração de terras, nas relações assimétricas entre regiões urbanas e rurais e na opressão sistemática contra indígenas e negros.

Sem apagar a existência das revoltas e rebeliões, Schwarcz (2019) apresenta que a imagem do Brasil, criada pelas elites, sempre celebrou a figura do mando e da autoridade. A ausência do público em favor do privado, a figura da autoridade, da posse, do latifúndio, do senhor, do cliente, da tutela, do personalismo, dos donos do poder está na base da cultura política brasileira. A cultura política atuou e ainda atua no sentido de reproduzir e aprofundar as desigualdades no país, especialmente por fazer prevalecer a coexistência de traços

patrimoniais com a racionalidade burguesa, pautados num “elitismo autoritário” (Coutinho, 2011).

A continuidade na operação das desigualdades estruturais e institucionais impediu a conformação da ideia de comunidade política na formação do capitalismo brasileiro, sem igualdade formal e regime democrático aparente, não foi possível criar plenamente um cenário (ilusório) de interesse geral. Assim, no contexto brasileiro, a institucionalidade política do Estado foi para a manutenção das relações sociais de poder e desenvolveu a função de desarticular e atomizar as classes e grupos subalternizados com mecanismos ideológicos e recursos da própria cultura política, negando o status de cidadania, individualidade, organização e manifestação (Dreifuss, 1989). Com a atrofia da noção de comunidade política, sobreviveu

[...] um modelo autoritário de fazer política, que não consegue se desvencilhar das velhas elites rurais e hoje urbanas, e que não ajuda a animar uma saudável e necessária itinerância no poder [...] com a manutenção das vantagens políticas garantidas pelas oligarquias estaduais ocorre uma espécie de acomodação dos hábitos políticos, das condutas eleitorais e que, não raro, convergem para a manutenção do poder herdado ou construído há longa data (Schwarcz, 2019, p. 62)

Esse modelo impactou significativamente a formação das instituições políticas no país, em que o Estado foi caracterizado por práticas elitistas e autoritárias, atuando coercitivamente em torno do tecido social, com o objetivo de se preservar como patrimônio exclusivo das elites dominantes. Com a atrofia da comunidade política, tem-se que o Estado brasileiro foi planejado e organizado como mantenedor “das relações sociais de poder e produção, mas não como escamoteador destas”, tornando-se incompleto (Dreifuss, 1989, p. 11), em termos de finalidade e natureza de existência. A constituição desse Estado tanto não só não promoveu cidadania, como atuou para impedir o processo de socialização política das classes subalternas. Estas foram descaracterizadas, atomizadas, repreendidas no âmbito político e social, e tratadas ora como clientes de um Estado paternalista, ora como patrimônio vivo das elites, ““reunidas” retoricamente na base da manipulação, sob o rótulo populista de “povão”” (Dreifuss, 1989, p. 15).

Para Fernandes (2006), a consolidação da transição para o capitalismo no país foi determinada pelas possibilidades geradas no campo econômico a partir de avanços relativos que abriram margem para aprofundar as práticas financeiras, industriais e de consumo com associação ao capitalismo imperialista. Este movimento contou com pressões externas e internas que interferiram diretamente no seu desenvolvimento, bem como convergiram e

alimentaram o aspecto autocrático do poder político no país por meio do Estado. As pressões externas referem-se à dinâmica do capitalismo monopolista e à preservação das condições econômicas e políticas favoráveis ao capital estrangeiro, já as pressões internas referem-se à formação do proletariado, que necessitava de um novo pacto social, e à intervenção do Estado na dinâmica econômica (Fernandes, 2006).

O cenário de pressões da burguesia brasileira deflagrou um contexto de crise do poder burguês<sup>27</sup> demarcado, principalmente, pelo início da década de 1960 (Fernandes, 2006). O momento também foi considerado como crise ou colapso do populismo<sup>28</sup> no país. Weffort (2003) caracteriza o populismo brasileiro como um fenômeno político que expressa o interesse de classe e se manifesta na identificação entre a base e a liderança. Nas palavras do autor, “é sempre uma forma popular de exaltação de uma pessoa que aparece como a imagem desejada para o Estado. É uma pobre ideologia que revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade” (Weffort, 2003, p. 38). A sua particularidade se dá por emergir em períodos de crise de representação, nascendo do vazio político e dispersão de classe para realizar-se em processos de mudança. Assim, o período de Getúlio Vargas e João Goulart representaram a tentativa populista de preencher esse vazio.

A saída da crise ocorreu, essencialmente, por uma contrarrevolução preventiva (Netto, 2014), decorrente de pressões externas e internas, que resultaram na reestruturação do Estado, concentração do poder estatal e militar e na reorientação da política econômica. Essa mudança aconteceu por vias autoritárias e golpistas, com a deposição do presidente legítimo. O movimento assinou o caráter autocrático da transição capitalista no país, que ocorreu de cima para baixo a partir de faces opressivas, em que “a tirania burguesa acabou fundindo militares e civis numa ditadura de classes aberta” (Fernandes, 2018, p. 197). Schwarz (2008) endossa o argumento do autor ao caracterizar o golpe ditatorial, instaurado em 1964, como antipopular e pró-estadunidense, que buscava soluções técnicas e burocráticas com a reconfiguração dos padrões de racionalidade administrativa no Estado associada ao imperialismo. Netto (2014, p. 77, *grifos do autor*) adiciona que o golpe “*significou à época a liquidação da possibilidade de*

<sup>27</sup> “A crise do poder burguês aparece, pois, como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora” (Fernandes, 2006, p. 308).

<sup>28</sup> “O termo populismo foi originalmente empregado na Rússia do fim do século XIX para designar uma corrente de revolucionários sociais que lutavam contra a autocracia czarista. No século XX, foi utilizado para caracterizar fenômenos sociopolíticos na Europa Central e também no interior dos Estados Unidos. Desde os anos 1950, cientistas latino-americanos [...] recuperaram o termo e produziram muitas teorias do populismo. [...] A falta de rigor teórico permitiu tal banalização do seu uso que *populismo passou a aplicar-se indiscriminadamente a métodos e organizações das mais variadas colorações políticas e ideológicas*” (Netto, 2014, p. 31, *grifos nossos*).

*reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira”.*

O momento foi marcado pela militarização, tecnocratização e regeneração do Estado, que reafirmou o poder autocrático e burguês, com a preservação dos privilégios das classes dominantes (Fernandes, 2006). Com esses recursos, o Estado autocrático burguês buscou garantir a ordem, a estabilidade e a autoridade da classe dominante “sem recorrer ao consentimento expresso de maiorias ou que dependem do consentimento tácito de pequenos setores dominantes” (Fernandes, 2019, p. 87). O período forjou um padrão de acumulação que realizava a aliança tríplice com o capital nacional, capital internacional e o setor produtivo estatal (Antunes, 2011). É o que Fernandes (2019, p. 85) considerou ser um elemento político do Estado capitalista na periferia, em que “ele associa (sem conseguir eliminar ou amortecer as contradições existentes) o “imperialismo”, as “multinacionais” e a “burguesia nacional”, convertendo-se no pilar, no mediador e até no artífice dos elos estruturais e dinâmicos da periferia com o centro”.

A modernização conservadora<sup>29</sup>, consolidada na ditadura civil-militar, é uma das principais caracterizações do processo de transição capitalista no país. Para Dreifuss (1989), trata-se de mais um realinhamento conservador da direita política do Brasil, que promoveu uma transição política e econômica conforme as suas necessidades, reforçando o elitismo e o autoritarismo do país. A categoria ajuda a explicar a conjunção do velho com o novo, os aspectos antidemocráticos, reacionários e autoritários da sociedade e Estado brasileiro e a relação de subdesenvolvimento que configuram a inserção do país na dinâmica do capitalismo mundial. É nessa perspectiva que o Estado brasileiro consolidou o seu papel de articulador e projetor dos aspectos culturais e políticos cimentados nas desigualdades estruturais da sociedade em favor da burguesia nacional e do capital estrangeiro.

A reestruturação da organização estatal e da administração pública foi um ajuste elementar por centralizar as tomadas de decisão e a articulação política e induzir o desenvolvimento econômico. Esse processo se apresentou como necessidade inadiável, com argumentos de que a mudança auxiliaria as novas tendências apresentadas no âmbito econômico. Ianni (1989, p. 240) assevera que o Estado moderno erigiu o país como “agente do processo produtivo”, assumindo o papel de indutor da industrialização e atuando diretamente na acumulação do capital.

---

<sup>29</sup> O termo foi cunhado por Barrington Moore Júnior (1957) para se referir à revolução realizada por cima.

A curto prazo, cabia ao Estado nacional “deprimir e comprimir” o espaço político e jurídico de todas as classes ou estratos de classes que se erguessem ostensivamente contra a transição, opondo-se a ela por meios violentos. A médio e longo prazos, cabia-lhes uma tarefa mais complexa: criar o arcabouço legal de uma ordem social competitiva que deve possuir reguladores especiais contra a “guerra revolucionária”, a “agitação política” e a “manipulação subversiva do descontentamento” (Fernandes, 2006, p. 400).

Em conformidade com Behring (2003), a transição no país se completou com a consolidação da sua condição periférica conformada pelo divórcio do capitalismo e da democracia burguesa, extrema concentração de riqueza, transferência para o capital estrangeiro de parcela do excedente local, manutenção de formas pré-capitalistas de trabalho e desvalorização do trabalho assalariado. Antunes (2011) afirma que o país encontrou no formato da dependência e do subdesenvolvimento a saída para a integração para fora e desintegração para dentro.

Com a consolidação da passagem para o capitalismo monopolista, o Estado brasileiro adotou o *status* de “crise permanente da soberania”, o que significa dizer que diante da supremacia do capital estrangeiro, o Estado nacional assumiu um lugar de subordinação que se explica por motivos que vão da geopolítica à dívida externa (Ianni, 1989, p. 256). Nesse sentido, concorda-se com Osório (2014) ao defender que o Estado de um país de capitalismo dependente se caracteriza por sua subsoberania, isto é, por sua inserção subordinada e associada ao capital internacional, que internaliza no Estado dependente as relações de poder impostas pelos Estados imperialistas. Entretanto, para Ianni (1989), essa caracterização não impossibilita o Estado de pregar máximas ideológicas integradoras, uma vez que o país presencia um maior deslocamento de representação política em decorrência das desigualdades existentes. Nas palavras do autor,

[...] as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais são de tal ordem que os governantes repetem o apelo à unidade da nação, da sociedade, do povo. Todos são obrigados a reiterar a idéia de nacionalidade, brasilidade, patriotismo, democracia racial, identidade nacional e assim por diante. Numa sociedade em que o Estado se acha comprometido com alguns setores restritos, tais como as classes dominantes e os seus associados de classe média, a maioria do povo naturalmente se sente à margem, deslocada, sem sociedade, a maioria dos trabalhadores da cidade e do campo, e as tendências expressas no Estado. Por isso os governantes reiteram a idéia de nação, no sentido de criar a ilusão de que todos fazem parte dela. (Ianni, 1989, p. 262)

A realidade conflituosa explícita nas hierarquias existentes dificulta a incorporação em massa dessas noções integradoras. A condição de subsoberania influencia na dificuldade de o Estado brasileiro alcançar o objetivo de comunidade ilusória e de integração ideológica e, por

essa razão, recorre historicamente a sua feição autoritária e repressora, por via da imposição coercitiva. Nessa perspectiva, a transformação estatal realizada no processo de transição capitalista promoveu “novos fundamentos psicológicos, morais e políticos ao enrijecimento da dominação burguesa e à sua transfiguração numa força social especificamente autoritária e totalitária” (Fernandes, 2006, p. 368).

Não obstante, Coutinho (2000) aponta, como consequência da transição capitalista no país marcada pelo processo de transformação da subordinação formal à subordinação real ao capital internacional, os efeitos significativos na cultura, tendo em vista que o processo fortaleceu o papel Estado e de seus aparelhos burocráticos, administrativos, militares, normas legislativas e força policial em detrimento da atuação dos aparelhos privados de hegemonia. Para ele, a sociedade civil foi formada com debilidades no processo de organização cultural e manifestação política. Esse déficit organizacional atuou como obstáculo para que a sociedade civil imprimisse a disputa entre classes e grupos sociais na formação de hegemonia, de modo que a cultura do país perdesse feição, já que não possuía a consolidação da sua essência, a sociedade civil (Coutinho, 2000).

Nesta transição, ainda segundo o autor, houve uma identificação imediata da sociedade civil com o autoritarismo e a exclusão das classes subalternas do processo decisório, como herança da cultura política de um passado recente. No entanto, formaram-se no período traços culturais que reforçavam ações neutralizadoras da sociedade que confluíram com os traços já existentes, reforçando a marginalização dos grupos populares e a eliminação do pluralismo como traço cultural. Embora se refira à cultura de modo geral, como elaboração, produção e difusão de cultura em sentido amplo, esse processo tem efeitos sob a cultura política do país, agregando traços de desarticulação das classes populares. O exercício do poder político no Estado, explicitamente autoritário, foi protagonizado pela confluência das forças armadas, governo e empresariado (Dreifuss, 1989)

Chauí (2000) aponta que embora o autoritarismo brasileiro seja analisado como um fenômeno político que se dá a partir das práticas estatais, ele deriva da sociedade civil brasileira que é, essencialmente, autoritária. Para a autora, esse fenômeno pode ser identificado a partir das seguintes marcas que constituem a sociedade civil no país: 1) naturalização de diferenças e desigualdades de modo normativo e hierarquizado para legitimar práticas opressoras e violentas contra determinadas classes e grupos sociais; 2) relações forjadas por dinâmicas privadas de mando e obediência; 3) promoção de indistinção historicamente determinada entre o público e o privado; 4) apregoamento de ideologias unificadoras como tática de apassivamento e

encobrimento das contradições e conflitos existentes; e 5) defesa de signos de prestígio e de poder representados por poucos (Chauí, 2000).

Portanto, a autora acredita que a cultura senhorial, de origem colonial, está na base do autoritarismo social expresso nas relações políticas do país, que ainda ocorrem hierarquicamente e privilegiam os grupos dominantes, conformando-se por relações de cooptação, de clientelismo, de tutela e do messianismo. Schwarcz (2019, p. 45) também dá essa ênfase ao admitir que o autoritarismo deixa marcas desde as relações senhoriais, em que “autoridade, posse de escravizados, dedicação à política, liderança diante da vasta parentela, controle das populações livres e pobres, postos na Igreja e administração pública” eram práticas dos senhores para produzirem dinâmicas discriminatórias, encobrirem as desigualdades e concentrarem o poder político. Sem um determinismo histórico, o autoritarismo sobreviveu e é renovado constantemente por meio de diferentes ideologias. Em suas palavras,

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena pública brasileira. (Schwarcz, 2019, p. 224)

As práticas autoritárias foram atualizadas e incorporadas ao novo regime político da república. O clientelismo é um bom exemplo de prática tradicional que foi modernizada e se realiza por diversas práticas encobertas no jogo político. Neves (2008) defende que a base do clientelismo está na ideologia do favor em detrimento da construção dos direitos, que se move pelo terreno da ajuda, da influência e do poder. Dessa forma, o clientelismo assenta-se em relações assimétricas e se materializa em trocas econômicas, simbólicas e políticas. Ele materializa-se na “relação entre aqueles que possuem alguma representação política e que se traduz na barganha e nas trocas constantes com os que não detêm nem poder político, nem poder econômico” (Neves, 2008, p. 51).

A abordagem realizada sobre clientelismo pode ser associada à cultura da dádiva, formulada por Teresa Sales (1994), como uma cultura política que é calcada nas desigualdades e no mandonismo, caracterizando o processo inicial de instituição da cidadania no Brasil, que a autora nomeia de cidadania concedida<sup>30</sup>. Em sua visão, a “cultura política da dádiva

---

<sup>30</sup> Para Sales (1994, p. 5), a cidadania concedida está na gênese da cidadania brasileira. Pode-se dizer que a cidadania concedida sintetiza os “direitos básicos à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao

sobreviveu ao domínio privado das fazendas e engenhos coloniais, sobreviveu à abolição da escravidão, expressou-se de uma forma peculiar no compromisso coronelista e chegou até nossos dias” (Sales, 1994, p. 1). Na contemporaneidade, reflete-se que a antinomia existente entre dádiva, favor e mando, e a garantia de direitos sociais, civis e políticos se dá de modo mais refinado e com recursos menos diretos.

É esta contraditória miscelânea de posturas e valores políticos, culturais e ideológicos - que faz do brasileiro um raro espécime conservador-vanguardista; moralista/libertino; militante/apático; reacionário/avançado — que permite vôos em direção a ídolos coloridos pela novidade, inconsistência e pela falta de compromissos ostensivos; que induz ao aconchego dos salvadores e homens providenciais; ou leva à busca de refúgios mitológicos. (Dreifuss, 1989, p. 17)

Na perspectiva de cultura política híbrida, com a mescla de diferentes condutas e comportamentos, que ora se complementam, ora se colidem, ocorre a formação do processo de formação das práticas políticas do brasileiro. As instituições políticas, com efeito, tanto resultam desse processo como forjam práticas como máximas universais. É nesse bojo de tensões e consensos, com antinomias entre avanços democráticos, sociais e políticos, com práticas conservadoras e autoritárias em favor do privado, que a Nova Direita emerge.

### 3.3 Nova República e redemocratização: marco temporal para compreender a Nova Direita à brasileira

A década de 1980 ficou conhecida por uma profunda desestabilização econômica, que perdurou durante todo o decênio, marcada por recessão econômica, desemprego e aumento sem precedentes das desigualdades, resultantes dos 21 anos da ditadura civil-militar. Ademais, de acordo com Behring (2003), o capitalismo mundial ao defrontar-se com a probabilidade de alcançar um colapso econômico internacional, reorganizou-se e impôs ajustes e planos de estabilização econômica para a região latino-americana a partir dos organismos internacionais, de modo que a reorganização do capitalismo central gerou efeitos deletérios aos países de capitalismo dependente, com resultados que impossibilitaram a possibilidade de romper com a dinâmica de dependência.

---

trabalho; todos os direitos civis, enfim, para o nosso homem livre e pobre que vivia na órbita do domínio territorial, eram direitos que lhe chegavam como uma dádiva do senhor de terras”.

O movimento ocorreu ao passo em que o processo de distensão da ditadura civil-militar e os efeitos da crise geravam o acirramento das lutas políticas que, com ressalvas à heterogeneidade dos movimentos, se posicionavam contra o cenário econômico e a carestia dos preços, bem como reivindicavam a abertura democrática, a ampliação das políticas sociais e a construção de direitos. A transição para o regime democrático na década de 1980, com a mobilização de diferentes grupos sociais, ocorreu lentamente. A Nova República foi caracterizada pela dinâmica de abertura política no país, com o processo de democratização da esfera pública. Dreifuss (1989) defende que, desde a abertura política-institucional, o realinhamento conservador continuou sendo um norte para os processos políticos, culturais e econômicos, mobilizando uma gama de agrupamentos de direita para influenciar as ações políticas que conduziram a Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Concorda-se com a premissa de Alves (1999) de que a Nova República é o marco referencial para o desenvolvimento da Nova Direita no Brasil. Compreende-se que o conservadorismo, o autoritarismo e o elitismo constituem a história política do país desde a sua formação, forjando expressões marcantes da cultura política e dos grupos no poder. No entanto, a formação da Nova República, especialmente no contexto da ANC, marcou a revitalização da direita com o surgimento de novas ideologias no país a partir da possibilidade de transformação do espaço público.

[...] dois cenários de transformação são elementos chaves para a interpretação dos rumos tomados pelo país: no campo político a recuperação dos processos democratizantes, que estabeleceram parâmetros mínimos de institucionalização de procedimentos e que deram garantias à recomposição da dinâmica política; no campo econômico, a crise cíclica contínua, associada aos problemas do estatismo, e a depreciação dos indicadores de crescimento e de superação do quadro social deficitário. (Alves, 1999, p. 107)

A ANC ganhou destaque no movimento de redemocratização por reunir diversos segmentos políticos na discussão do novo direcionamento político e institucional do país. Os trabalhos da Constituinte inauguraram em 1987, com duração de aproximadamente dois anos.

Os trabalhos obedeceram à seguinte lógica: as 24 subcomissões elaboraram os dispositivos constitucionais (futuros artigos), que eram divididos por temas. Aprovados nessas subcomissões, os pré-projetos correspondentes aos temas foram enviados às oito comissões, que os reorganizaram por temáticas segundo os capítulos da Constituição. Após sua aprovação pelos parlamentares membros, os projetos de cada comissão foram encaminhados à Comissão de Sistematização a quem incumbiu organizá-los em títulos, a fim de elaborar um primeiro projeto de Constituição. Tal

projeto, após ser analisado e aprovado pelos parlamentares membros dessa comissão, foi enviado ao plenário da Assembleia Constituinte, onde foi debatido, submetido às emendas parlamentares e, finalmente, votado e aprovado em 5 de outubro de 1988. (Boschetti, 2008, p. 145)

A Constituinte também assegurou a participação da sociedade. O texto foi elaborado por comissões e subcomissões que permitiam a participação social por meio de entidades de representação e submissão de emendas populares. O cenário figurou a disputa pelo Estado e direcionamento do poder político no país. O momento presenciou a organização de segmentos populares, bem como de diferentes frações da burguesia brasileira, que se mobilizaram para garantir a representação dos seus interesses. Para Casimiro (2018), esta mobilização, por parte da direita, tratou-se de uma reação da burguesia brasileira, forjada desde os anos 1970, às organizações da classe trabalhadora que emergiram no processo de democratização e pautavam por diferentes temas sociais e abertura da gestão pública à sociedade.

Os grupos de direita (empresariado, financistas e ruralistas, especialmente) investiram em práticas de readequação política, erigindo instituições que fomentaram consultoria política, *lobby* e financiamento de campanhas políticas para pressionar as decisões em prol de interesses privados, bem como mobilizaram a opinião pública e as decisões governamentais abertamente com a promoção de eventos, seminários e publicações (Dreifuss, 1989). Segundo o autor, o objetivo consistia em formar uma coligação política ampla capaz de incidir na correlação de forças do processo de democratização, especialmente por via da ANC.

Para Dreifuss (1989) e Casimiro (2018), os principais agrupamentos atuantes foram representados pela Câmara de Estudos e Debates Sócio-Econômicos (CEDES), pelo Instituto Liberal (IL), pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), pela União Brasileira de Empresários (UB), a União Democrática Ruralista (UDR), pela Associação Brasileira de Defesa da Democracia (ABDD), pelo Grupo de Mobilização Permanente (GMP), pelo Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN), pelo Movimento Democrático Urbano (MDU) e pelo Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE).

A CEDES, fundada em 1980, reunia empresários influentes para mobilizar intenções políticas e econômicas neoliberais, financiando candidatos políticos no Sudeste e Sul do país (Dreifuss, 1989). A organização civil foi uma das precursoras na representação liberal, com ações de planejamento, organização e elaboração diante da conjuntura para a formação de consenso político, articulando representantes do empresariado, agronegócio e de causas mais conservadoras (Casimiro, 2018). O IL, patrocinado por empresas nacionais, promoveu

culturalmente a perspectiva liberal desde 1983 com a realização de seminários, palestras, editoração de livros e eventos que mobilizaram a opinião pública em torno do mercado. A CNF, criada em 1985, reuniu um grande conjunto de organizações privadas que conformam o sistema financeiro internacional.

A UB contava com pelo menos 100 associações empresariais e confederações econômicas integrantes, com mais de quatro milhões de empresas, sendo uma delas a Confederação Nacional de Agricultura (Dreifuss, 1989). Concorde-se com as análises de Casimiro (2018) e Dreifuss (1989) de que a articulação entre diversos setores da burguesia, como o empresariado urbano e rural, representa o pacto social de manutenção do poder no Brasil, que se atualiza de diferentes formas desde a primeira república. Esse pacto tem como estratégia o realinhamento conservador de um passado contínuo, que promoveu a atualização e a absorção de uma mentalidade escravagista, excludente, subserviente e autoritária nas percepções e atitudes políticas (Dreifuss, 1989).

A UDR, fundada em 1985, envolvia latifundiários e criadores de gado com ideologias reacionárias; sua direção política englobava críticas ao governo, à igreja progressista e aos parlamentares (Dreifuss, 1989). Em busca de consenso no meio rural de grandes proprietários, a UDR possuía canal televisivo e atuava em municípios e seções regionais, alcançando muita capilaridade com a mobilização local (Dreifuss, 1989). A Organização utilizava estratégias violentas, com a formação de milícias para atuar contra as ocupações de movimentos sem-terra. Além disso, a UB e a UDR atacaram as propostas na ANC referentes aos direitos sociais, principalmente relacionados aos direitos trabalhistas (Dreifuss, 1989; Casimiro, 2018). Para Alves (1999), a UDR é a manifestação mais extremada da Nova Direita brasileira, com a formação de milícias privadas e ameaças explícitas à democracia.

Criada em 1985, a ABDD representava agrupamentos mais extremados da direita, saudosos da ditadura militar, como o Partido de Ação Nacionalista (PAN), o Movimento de Defesa do Brasil, o Movimento Popular Jânio Quadros, a Igreja da Unificação do Brasil (Seita Moon) e a Ação Integralista Brasileira (Dreifuss, 1989). Desse modo, embora a Organização cultivasse o autoritarismo, travestia-se de democrática para enquadrar-se ao novo panorama político do país, como exemplo possuía membros militares que faziam parte do quadro rígido do regime militar no Brasil (Casimiro, 2018). A referida organização levantava bandeiras de defesa dos valores cristãos, da propriedade privada, do nacionalismo, do anticomunismo, do patriotismo, do controle de movimentos contestatórios e do moralismo (Casimiro, 2018).

O GMP foi apresentado por Casimiro (2018) como uma alternativa à atuação da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) nos debates da ANC. Fundado em 1983, o Grupo buscava difundir os interesses do empresariado, tendo como principal motor a captação de recursos para financiar constituintes que tivessem compromisso em defender estes interesses. O MCRN buscou estabelecer a organização tática e político-ideológica de uma plataforma civil-militar para garantir seus interesses e dar continuidade às estruturas políticas já consolidadas no país durante o processo de democratização (Dreifuss, 1989; Casimiro, 2018). Para tanto, reuniu militares, empresários urbanos e rurais, representantes de sindicatos patronais e da mídia nacional. No entanto, não conseguiu papel incisivo no processo da ANC.

O MDU propagava a cartilha da iniciativa privada, com a defesa de um “Estado eficiente” atuou para difundir essas ideias a partir da organização de conferências e reuniões periódicas, divulgação de jornal e formação de um agrupamento jovem na organização. O Movimento teve aproximação com a UDR e atuou para que ela ganhasse capilaridade, promovendo os seus valores. Dissidente da Fiesp e com ação mais operacional, a criação do PNBE consistiu na organização de empresários urbanos de São Paulo que buscavam estabelecer de forma mais sistemática a interação dos seus interesses com o Estado, bem como alcançar um consenso com os sindicatos de trabalhadores, com o propósito de apaziguar e ressignificar as suas pautas.

A ação desses agrupamentos intraclasse configurou-se como um realinhamento conservador do campo da direita no Brasil, que atuou frente aos movimentos sociais e incidiu no processo de democratização. Isso ocorreu tanto com a emergência de novos sujeitos políticos, como com a reativação de antigas lideranças políticas, que utilizaram de unidades e agrupamentos auxiliares, com concepção ideológica rígida no campo da direita e alcance meramente operacional e de curta duração, a exemplo do PAN. Esta atuação política-ideológica abrangente direcionou a disputa no âmbito da ANC ainda em 1986. Com metas, estratégias e ações planejadas, o empresariado e os militares desenvolveram atividades para conter o alcance de alas progressistas, desmoralizar agrupamentos de esquerda, desarticular o movimento sindical e cooptá-lo para atuar em pautas do seu programa político, entre outros elementos que tinham o propósito de mobilizar a opinião pública (Dreifuss, 1989).

O esforço não foi em vão, como resultado primário, estas forças atingiram maioria na composição do Congresso Nacional, em que apenas 120 dos 559 parlamentares foram considerados progressistas (Dreifuss, 1989). Soma-se a isso a formação do Centrão como estratégia de publicidade ideológica de uma direita envergonhada que proclamava sua

centralidade e tinha maioria dos votos no Congresso. O Centrão aglutina atores políticos de direita, como uma “encruzilhada de “espaço social” e “tempo político”, a ser preenchida para a manobra de projeção de forças”; uma vez que se pretende múltipla, generaliza e desloca posições para alcançar um público mais amplo (Dreifuss, 1989, p. 114).

Entre os pontos a serem modificados estavam: a garantia de emprego contra a demissão imotivada; o salário-mínimo nacional unificado; a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão da empresa; o pagamento em dobro da hora extra e a redução da jornada de trabalho. [...] Sua tarefa básica era a luta contra a ampliação das faixas de estatização da economia e contra o que via como verdadeira subversão da ordem social vigente. Enfim, procurando delinear uma Constituinte de corte 'privatista', além de conservadora do ponto de vista político e social. (Dreifuss, 1989, pp. 111-112)

Segundo Boschetti (2008), o Centrão reuniu mais de 50% dos membros da ANC, aliando-se ao governo e às forças conservadoras do país, figurou a formação de um grande bloco com diversos parlamentares. Como exemplo do seu poder na Constituinte, conseguiu aprovar no regimento que os parlamentares apresentassem novos projetos de capítulos da Constituição, desde que aprovado pela maioria dos parlamentares membros. Isto é, os projetos, se aprovados, anulariam o processo de formação de consenso ativo e da participação da sociedade presentes nas comissões e subcomissões. E foi assim que o Centrão apresentou um projeto inteiro de Constituição. No entanto, o projeto não foi aprovado, tendo em vista a elasticidade e barganha entre os parlamentares que faziam parte deste bloco.

Na ocasião, foi emblemático o discurso do deputado José Genuíno do Partido dos Trabalhadores (PT), mencionando que

A proposta inventada pelo denominado Centrão aniquila a democracia de plenário. [...] Assim, se o Centrão diz que tem a maioria absoluta nesta Assembleia, impor uma Constituição ao povo brasileiro sem a participação de todas as correntes; que imponha uma Constituição que seja o retrato, que seja a imagem de uma classe dominante que não quer ceder em nada aos trabalhadores. [...] Senhores constituintes que fazem parte do Centrão, se V. Ex.<sup>as</sup> são maioria nesta Casa, V. Ex.<sup>as</sup> terão que ter opção de fazer a sua Constituição, e digam ao povo brasileiro que está sendo feita a Constituição que atender à Federação das Indústrias de São Paulo, da União Democrática Ruralista, que atende aos banqueiros. (Discurso de José Genuíno apud Boschetti, 2008, p. 169)

Percebe-se o papel ativo da direita durante o processo da Constituinte, ainda que a proposta mencionada não tenha sido aprovada. Como consequência, a aprovação da Seguridade Social decorreu de uma disputa ideológica, um grande acordo político entre diferentes forças e campos políticos. Contraditoriamente, a Constituição Federal de 1988 conseguiu alcançar a

garantia de avanços sociais históricos no país e é referência na construção de cidadania no Brasil.

No entanto, os processos políticos e econômicos inaugurados no país na década de 1990, com a hegemonia neoliberal, reforçaram os aspectos do mito fundador abordado por Chauí (2000), fortalecendo os aspectos autoritários, clientelistas e elitistas que configuram as relações de mando e obediência no Brasil. Consequentemente, as políticas sociais representadas pela Constituição sofreram para sua implementação nos anos subsequentes. Concorde-se com a tese de Behring (2003) de que o país passou a protagonizar a contrarreforma do Estado e do aparelho do Estado para atender e se adaptar às configurações do capital sob a égide de um novo pacto modernizador, que ultrapassa e atualiza os aspectos estabelecidos pela modernização conservadora.

À luz do cenário de instabilidade, o sistema capitalista passou por um processo de reestruturação da sua base econômica e política para recompor a sua hegemonia. A refuncionalização do Estado tornou-se basilar, tendo em vista o seu intuito de gerar as condições necessárias para a inserção do país na nova dinâmica econômica e tentar reagir aos efeitos da crise. A contrarreforma do Estado brasileiro baseou-se na reação conservadora e monetarista do neoliberalismo, caracterizando-se por seu aspecto regressivo e de restrição aos direitos conquistados na carta constitucional de 1988. Behring (2003) apresenta que a contrarreforma foi realizada sob orientações de *flexibilidade* das relações de trabalho, *competitividade* para criar políticas para a liberalização e desregulamentação do mercado, *adaptabilidade* às novas condições da economia mundial, seguindo as recomendações de ajuste estrutural dos organismos internacionais, e *atratividade* do território local ao investimento do capital estrangeiro.

Bresser Pereira foi o ideólogo da contrarreforma do Estado, por a elaborar o documento orientador Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), aprovado em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso. O Plano teve o propósito de “reformular” a administração pública, com a introdução de uma racionalidade gerencialista, baseada na lógica empresarial, com o controle de resultados para o alcance da produtividade, eficácia e governança do Poder Público. O autor do Plano argumentava que a necessidade inadiável da “reforma” se devia à crise fiscal do Estado, na medida em que ocorre uma ingerência do fundo público por um poder estatal rígido e ineficiente. Em conformidade com Behring (2003), a contrarreforma do Estado seguiu as seguintes orientações: ajuste fiscal permanente, mudanças econômicas direcionadas para o

mercado, contrarreforma na previdência social, inovação institucional das políticas sociais e contrarreforma administrativa no aparelho do Estado.

Ainda conforme a autora, pode-se afirmar que o centro da contrarreforma se concentra na execução do ajuste fiscal permanente, com uma busca obsessiva pelo alcance do superávit primário, sob os argumentos de equilibrar as contas públicas e alcançar a credibilidade do mercado credor internacional. As contrarreformas sociais também expressam esse processo de recomposição da hegemonia burguesa na década de 1990 (Behring, 2003). A reformulação da atuação do Estado e as novas práticas de governo atuaram na construção de um novo pacto, coadunaram com o trinômio neoliberal para as políticas sociais, isto é, privatização, descentralização e focalização das políticas sociais (Draibe, 1994), o que incutiu em uma nova institucionalidade.

Em contrapartida à deterioração das políticas sociais e ao contexto de desdemocratização da década de 1990, a burguesia foi beneficiada com o desemprego estrutural na medida em que as pressões salariais foram reduzidas; ocorreu a renúncia fiscal das empresas e de grandes patrimônios em decorrência do aumento das desobrigações sociais; ampliaram-se as demandas pelo setor de serviços privados em função da precarização do público (Rossi; Dweck; Arantes, 2018). Com isso, concorda-se com a afirmativa de que no Brasil “a austeridade entrega a ambição de décadas e segmentos políticos mais conservadores: revogar o contrato social da Constituição Federal de 1988 e aprofundar as reformas neoliberais” (Rossi; Dweck; Arantes, 2018, p. 28).

A contrarreforma do Estado, com ênfase nas políticas de austeridade, de caráter eminentemente político e conservador, se apresenta como mecanismo contínuo e permanente, que reivindica um Estado forte para o capital. Inaugurada no país nos anos 1990, a política macroeconômica permaneceu nos governos dos anos 2000, com ressalvas às particularidades e especificidades de cada governo subsequente, foram aprofundadas gradualmente a partir das necessidades do capital e da hegemonia dominante.

Os governos petistas, desde os governos do Lula (2003-2010) até os governos Dilma (2011-2016), adoram outra feição social, o que ajudou a melhorar os indicadores sociais do país, com programas e políticas de transferência de renda, aumento real do salário-mínimo, entre outros fatores. Ainda que o neoliberalismo e a política de austeridade permanecessem como prerrogativas essenciais da política econômica brasileira. Nesse sentido, considerando as contradições desses governos, parafraseia-se Antunes (2011) numa síntese destinando-se aos governos do Partido dos Trabalhadores, uma vez que eles se tornaram “a expressão do governo

que fala para os pobres”, que vivenciam “as benesses do poder” e garantem “a boa vida aos grandes capitais”.

Os governos petistas, que se apresentavam como esquerda moderada não se contrapuseram ao neoliberalismo, pelo contrário, sofreram uma guinada ideológica anunciada desde as eleições do Lula em 2002, com a famosa “carta aos brasileiros”. Entretanto, as contradições desses governos devem ser ressaltadas no sentido de não se confundirem com os últimos governos brasileiros. O governo Temer (2016-2018), decorrente de um golpe institucional e midiático, registrou a atuação autoritária e conservadora da burguesia do país num processo de crise e de necessidade de recomposição da hegemonia, com concepção ideológica neodireitista, sem constrangimentos aos efeitos deletérios que foram gerados à classe trabalhadora.

Duas grandes medidas foram impostas para dar continuidade à contrarreforma do Estado e aprofundar o ajuste fiscal: a contrarreforma trabalhista, com a retirada de direitos históricos ao trabalho e flexibilização dos contratos e o Novo Regime Fiscal (NRF), implementado com a Emenda Constitucional (EC) 95. Segundo Salvador (2017, p. 429), o NRF “inviabiliza a vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados pela CF de 1988, ao congelar as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por vinte anos, limitando-se a correção pela inflação”. Temer ainda tentou dar continuidade à contrarreforma da previdência com a PEC 287, mas não conseguiu ir adiante no Congresso Nacional.

A contrarreforma da previdência tem sido pautada como elementar na política de austeridade, inaugurada em 1998 com Fernando Henrique Cardoso com a EC 20 e a lei complementar do chamado fator previdenciário em 1999, continuada por Lula, em 2003, com a EC 41, direcionada principalmente aos servidores públicos, e também por Dilma com a regularização da previdência complementar para o servidor público, em 2012, e duas Medidas Provisórias 664 e 665, em 2014, que viraram leis, em 2015. Mesmo com a diversidade ideológica, os governos têm dado sequência ao aprofundamento da contrarreforma das políticas sociais, com ênfase para a previdência social, garantindo o que os governos anteriores não conseguiram levar a cabo.

O governo figurado por Bolsonaro (2019-2022) conseguiu implementar a contrarreforma da previdência em sentido mais amplo e seguir com a prática da continuidade dos outros governos. Com feição mais extremada, sua gestão aprofundou de forma acelerada a contrarreforma do Estado, com diferentes iniciativas realizadas, principalmente, por medidas

provisórias e emendas constitucionais, sem diálogo com a sociedade e setores de oposição, o que sinaliza o seu caráter autoritário. O aprofundamento das contrarreformas, de acordo com Demier (2016), avançou com o assolamento da onda conservadora que progrediu a partir das manifestações de junho de 2013, golpe de 2016 e a blindagem da democracia brasileira consolidada com o transformismo ideológico do PT. No entanto, cabe analisar o caráter distintivo desses governos para as políticas social, bem como as bases ideológicas que os sustentaram.

### 3.4 Nova Direita no Brasil contemporâneo

As ideologias que constituem o poder político dominante no movimento histórico alimentam-se “das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito [fundador] pode repetir-se indefinidamente” (Chauí, 2000, p. 6). A Nova Direita à brasileira, além de expressar particularidades da reação ideológica à crise orgânica no país e à fusão entre neoliberalismo e neoconservadorismo, ocorre associada a uma renovação da sua cultura política, envolta de mitos e práticas que aludem à sua fundação e estão presentes atualmente com novas aparências.

Concorda-se com Kaysel (2015) ao admitir que a compreensão da direita no Brasil remete a genealogias, linhagens e tradições muito anteriores à sua conformação contemporânea. Esse ponto de partida enfatiza a necessidade de compreender a Nova Direita historicamente no país para apresentar os seus nexos e rupturas, ainda que formais, com a formação política já existente e os aspectos conjunturais que forjam novos conteúdos e rumos ao espectro relacional direita-esquerda (Kaysel, 2015).

Os *campos políticos* – direita e esquerda – são flexíveis e responsivos às mudanças históricas e de conjuntura. Dessa atualização surgem expressões como nova ou velha (direita ou esquerda) que contêm, simultaneamente, os valores fundamentais e as novas configurações. Além das alterações cronológicas, os referidos campos ganham feições próprias em seus contextos nacionais. (Cepêda, 2021, p. 78, grifos da autora)

No Brasil, a terminologia Nova Direita tem sido utilizada por diferentes pesquisadores que buscam compreender as mudanças socioeconômicas, políticas e ideológicas no Brasil contemporâneo a partir da relação dos campos políticos no poder. Entretanto, as diferentes abordagens às vezes colidem em relação ao significado do conceito, a sua novidade e o seu surgimento no país.

Dentre as primeiras análises nacionais, merece destaque a abordagem de Flávio Pierucci, em 1987, que já apontava a emergência de uma Nova Direita, a partir de uma pesquisa com o eleitorado da capital paulista. Em sua análise, Pierucci (1987) enfatiza uma Nova Direita heterogênea e despolitizada que é mobilizada pelo medo, pela insegurança e pela busca por sua autopreservação, tanto no sentido de classe como no aspecto cultural. No período, o país vivenciava um processo de efervescência política, com a redemocratização pós-ditadura militar, com diferentes movimentos sociais em cena disputando por novos direitos. No cenário econômico, presenciava-se uma crise que se alargou por toda a década de 1980, com altos índices de inflação, estagnação econômica e carestia dos preços. O padrão de vida de setores médios e emergentes encontrava-se em declínio. Pela via do medo e da autopreservação, o autor assinala que “eles [neodireitistas] crispam sobre o que resta de sua identidade em perdição, e tudo se passa como se tivessem decidido jogar todos os trunfos na autodefesa” (Pierucci, 1987, p. 26).

Nessa perspectiva, a saída à crise e ao mal-estar social direcionava-se à direita, com medidas anti-igualitárias e autoritárias (Pierucci, 1987). Os sujeitos políticos que protagonizavam este campo caracterizavam-se por identidades envergonhadas de si, uma vez que a direita brasileira, naquele período histórico, possuía caráter pejorativo por estar atrelada à herança do regime militar (Pierucci, 1987). Portanto, a Nova Direita brasileira emerge dissimulada, preconceituosa, intolerante e elitista; associava-se ao conservadorismo cultural, aos valores da família tradicional e da moral cristã. No quesito conceitual, pode-se apreender que o autor considera a Nova Direita brasileira como uma direita envergonhada, conservadora, formada por diferentes sujeitos, com forte apelo cultural, que não inaugura essencialmente um discurso, mas inova na sua forma de se apresentar e de disputar a agenda política, colocando-se, aparentemente, em contraposição à direita tradicional dos anos ditatoriais.

É possível afirmar que o debate teórico sobre Nova Direita no país perdeu força com a consolidação neoliberal nos anos 1990, regida pelo discurso da desregulação do mercado econômico, da privatização, da desburocratização e da diminuição dos gastos sociais, associado à implantação, ainda que incompleta, dos direitos garantidos e conquistados pela Constituição Federal de 1988. Acredita-se que a análise da direita, sempre presente na política do país, se concentrou na dinâmica do neoliberalismo durante este período. Contudo, na segunda década do século XXI, as análises sobre a direita brasileira e o uso do termo Nova Direita “ressurgiu” com força política e teórica.

Autores como Ederson Silva (2018), Fábio Gentile (2018), Vera Alves Cepêda (2018; 2021), Plínio Sampaio (2020), Luís Felipe Miguel (2018), Chaloub e Perlatto (2015) e Chaloub, Lima e Perlatto (2018), por exemplo, consideram que a Nova Direita surgiu no país a partir do esgotamento do pacto social dos governos petistas expresso na guinada à direita a partir das manifestações de junho de 2013, radicalizados nos movimentos de 2015 e na destituição da ex-presidente Dilma Roussef em 2016. Camila Rocha (2018), autora de relevância nesse processo de retorno do uso do conceito, acredita que o surgimento da Nova Direita ocorreu entre o final do primeiro mandato de Lula e início do segundo, mas ganhou força e adesão em 2013. Embora não coadunem com o uso do conceito de Nova Direita, pelo menos não no sentido de fenômeno político, Guilherme Boulos (2016) e Felipe Demier (2016) utilizam o termo “onda conservadora” para caracterizar as transformações atuais, que estão diretamente ligadas ao antipetismo e manifestações de direita em 2015. Demian Melo (2016) concorda com essa perspectiva, embora faça alusão aos acontecimentos globais como tendência mundial, a exemplo das manifestações do Tea Party contra o governo Obama em 2009 nos EUA.

Na América Latina, os autores Codato, Bolognesi e Roeder (2015) promovem a ideia de que a Nova Direita atuou de maneira semelhante na maioria dos países da região, caracterizada como reação aos governos de esquerda que governaram no início dos anos 2000. Villazón (2015), por sua vez, identifica que a Nova Direita, trata-se de uma direita cristã, que está presente na região desde os anos 1980 e 1990, mas ganhou maior envergadura nos últimos anos. Rocha (2015), por sua vez, defende que a Nova Direita na região latino-americana ainda ocorre hipoteticamente, correspondendo à reação dos governos de esquerda na região, especialmente, nas estratégias políticas no campo da sociedade civil. Contudo, a autora afirma que a atuação por transformações das redes *think tanks* da direita se configuram já como um dado da realidade.

Concorda-se parcialmente com Rejane Hoveler (2016) ao assinalar que o surgimento da Nova Direita é resultado dos anos 1970 nos EUA e ganhou notoriedade nos últimos anos no país a partir dos acontecimentos políticos, assim como Carapanã (2018), que analisa a Nova Direita como uma guinada global à direita que tem raiz estadunidense. Isso porque o movimento desta ideologia, conforme apresenta Casimiro (2018; 2021), é resultado das últimas três décadas de renovação da atuação das estruturas organizativas das direitas no Brasil.

Em relação ao conteúdo do conceito Nova Direita, os pesquisadores da área também apresentam divergências e abordagens diferenciadas. O primeiro exemplo pode ser visto com Silva (2018) ao propor que a “novidade da direita” se dirige ao uso estratégico dos protestos de

rua e do ativismo digital como mecanismo de formação da opinião pública, com maior força política e atuação diversificada. Nesse sentido, a Nova Direita ultrapassa os mecanismos tradicionais de fazer política, como os partidos e inaugura ferramentas de atuação política. O seu conteúdo, de acordo com o autor, versa sobre a associação do ideário neoliberal e conservador que tenta “romper com o progressismo da última década, apoiada em práticas e ações que visam o anti-direitos trabalhistas e sociais, anti-mulheres e anti-minorias, expresso nos avanços sociais da década Lulista” (Silva, 2018, p. 81).

Por outra lente, Miguel (2018) apresenta que a Nova Direita brasileira tem como fundo um discurso político irracional e antissocial, com o objetivo de empreender a dissolução do pacto social que trata sobre a solidariedade. A partir de 2015, a Nova Direita no país se tornou mais extremada, tendo como núcleo discursivo “a defesa da “meritocracia”, a denúncia dos “vagabundos” e o saudosismo manifestado em frases como “eu quero o meu país de volta” – todas formas de expressão de repulsa pelos programas de inclusão social” (Miguel, 2018, p. 26). Com isso, ainda segundo o autor, essa direita extremada é protagonizada pelos núcleos do libertarianismo e do fundamentalismo religioso e pela reciclagem do anticomunismo. Com semelhança, Sampaio (2020) considera que o momento de gestação da Nova Direita no Brasil coincide com o caldo cultural causado pelo esgotamento do pacto social petista.

Próximo a essa abordagem, Carapanã (2018) desenvolve que a Nova Direita no país corresponde a um aglomerado ideológico que associa conservadorismo, libertarianismo e reacionarismo, ou melhor, mistura conservadorismo cultural com o liberalismo econômico. A visão econômica neodireitista está associada ao neoliberalismo, em especial, à escola austríaca (Carapanã, 2018). Sua face mais extremada, para ele, flerta com postulados básicos do fascismo. O que a torna nova, em certa medida, é a recusa da democracia (liberal ou não) e a sua militância contrária aos direitos humanos e sociais (Carapanã, 2018). Assim, “se o neoliberalismo desmontou o Estado de bem-estar social, a nova direita quer atacar o Estado como ente que garante direitos civis, direitos humanos” (Carapanã, 2018, p. 36).

Para Santos e Tanscheit (2019) a Nova Direita brasileira representa a “troca de guarda” da direita moderada para a direita radical no poder, ou seja, é justamente o resultado do processo de radicalização. A distinção entre uma e outra aparece, principalmente, pelo vínculo da direita moderada com a democracia liberal, e a relação direta da direita radical com o autoritarismo. Para os autores, a direita moderada do país é representada pelo PSDB, que tem como agenda principal a defesa da economia de mercado. Com efeito, consideram que no Brasil, a Nova

Direita, ou direita radical, é protagonizada pela relação entre neoliberalismo, conservadorismo e autoritarismo.

Chaloub e Perlatto (2015), primariamente, caracterizam a realidade da política contemporânea do Brasil como conteúdo básico da Nova Direita, isto é, como um movimento heterogêneo que possui unidade na divergência com o petismo e é protagonizado por diferentes setores da sociedade civil. Assim, ela apresenta-se pela falta de constrangimento em se assumir direitista, ou seja, não é mais uma direita envergonhada tendo em vista o distanciamento temporal da ditadura militar; por um protagonismo associado às transformações culturais; por *think tanks* que ganharam força a partir dos sucessos e dos fracassos da esquerda no país; e pela crise do sistema partidário tradicional em representar a sociedade. Contudo, atualmente os mesmos autores consideram equivocado apostar na Nova Direita, como um conceito, e abordam o cenário brasileiro por meio do termo direita radical, sem ruptura com o conteúdo anteriormente apresentado.

A direita radicalizada ainda é marcada pela ascensão dos intelectuais de direita na esfera pública, com discurso ativo, associando-se ao mercado editorial e à mídia (Chaloub; Perlatto, 2015; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018). Ela se organiza a partir da construção de um inimigo comum, o petismo, ou o que ele representa, políticas sociais e agendas políticas que promovem direitos às chamadas por eles de “minorias” (Chaloub; Perlatto, 2015; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018). Unem-se pela direção neoliberal, no campo econômico, e pela defesa do conservadorismo, especialmente, em relação à família tradicional e aos valores cristãos, bem como pelo esgarçamento da democracia (Chaloub; Perlatto, 2015; Chaloub; Lima; Perlatto, 2018). Entende-se que o abandono do conceito Nova Direita pelos referidos autores decorre do fato de compreenderem que não se trata do surgimento de algo “novo” e que o conteúdo que o caracteriza apresenta nexos com o passado do país. Entretanto, o sentido atribuído ao termo, agora direita radical, não mudou de uma análise para outra.

Para Sampaio (2020), o conceito de Nova Direita brasileira significa uma reação à crise e resume-se a uma saída de origem estadunidense, apresentada como “solução americana” reacionária e autoritária, “cuja essência reside na aceitação de uma posição ainda mais rebaixada da região [América Latina] na divisão internacional do trabalho” (Sampaio, 2020, p. 259). Para o autor, o coração do conceito tem como pilar o ataque à democracia. Na visão de Valle (2017), as faces neodireitistas expressam seu “esplendor através do credo neoliberal travestido e acentuado pelo (neo)conservadorismo, fundamentalismo religioso, pela homofobia, xenofobia, escalada contra a corrupção e, como sempre, pelo anticomunismo, dentre outros”

(Valle, 2017, p. 12). Próximo desta concepção e reconhecendo as controvérsias sobre o significado do conceito, Alencar (2018) defende que a Nova Direita no país repousa sentido na associação “do liberalismo econômico e conservadorismo nos valores, a forma de atuação nas redes sociais, a maneira através da qual grupos em torno dessas agendas são formados pela iniciativa civil e a forte centralidade dos temas culturais” (Alencar, 2018, p. 102).

Em perspectiva histórica, para Codato, Bolognesi e Roeder (2015), a Nova Direita do país está alinhada à “velha direita”, que tem sustentação ideológica no regime militar. Embora esteja associada, distancia-se da mesma, especialmente, porque, para os autores, a Nova Direita consegue conviver com governos de esquerda e realizar coalizões políticas. Regionalmente, emerge como reação aos governos de esquerda, que governaram a América Latina nos últimos anos, e organiza-se a partir dos seguintes parâmetros: “i) liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades; ii) defesa da democracia; iii) defesa radical dos valores da família tradicional” (Codato; Bolognesi; Roeder, 2015, p. 127). No Brasil, os autores defendem que o fenômeno está presente apenas na região Sudeste do país e é protagonizado por líderes religiosos e novos comunicadores.

Em sentido mais restrito, Villazón (2015) defende que Nova Direita possui base cristã, composta e propagada por telepregadores, instituições educacionais evangélicas e associações civis, comprometidas, em geral, com a defesa da família tradicional e dos valores morais cristãos. O autor a nomeia como Nova Direita Cristã, que surgiu nos EUA como forma de recompor o consenso diluído no período após a crise de 1970 e pela agenda internacional de corte legislativo que promovia direitos sexuais e reprodutivos.

No início do século XXI, multiplicam-se na América Latina organizações evangélicas “pró-vida” e “pró-família”, que tem como objetivo fundamental frear o avanço da “agenda gay” (família homoparental) e da “ideologia de gênero” (descriminalização do aborto) nas legislações de cada país. Essas elites locais evangélicas mantêm uma estreita relação com organizações e líderes da direita crista dos EUA. (Villazón, 2015, p. 172)

O discurso da Nova Direita brasileira, para Cepêda (2018), repousa em uma retórica contrária aos direitos. Reconhecida por sua amplitude, a autora enfatiza o caráter heterogêneo da Nova Direita no país, que atualmente “saiu do armário”, de modo que “coabitam “famílias” políticas diferentes, em que convive uma aliança entre liberais e conservadores com segmentos de direita radical e neofascistas” (Cepêda, 2018, p. 56). A “novidade” do conceito se refere ao “cenário, alvos e meios de atuação, tais como a multiplicação de instrumentos de luta política”

(Cepêda, 2018, p. 52). Assim como Chaloub e Perlatto (2015), a autora enfatiza o empreendimento da sociedade civil na formação da opinião pública via criação de institutos, blogs, redes editoriais, formação política e disputa intelectual. O conteúdo da Nova Direita, para ela, perpassa os direcionamentos do conservadorismo e do individualismo mercadológico, a partir da transfiguração da realidade, com a criação de *fake news*.

Em outro escrito, Cepêda (2021, p. 73) apresenta a Nova Direita do país como “o surgimento de um segmento social com clara inclinação autoritária, marcada pelo dogmatismo religioso, pela inclinação fascista e supremacista, por narrativas terraplanistas e alinhado aos apetites gigantes do ultraliberalismo”. Em sua concepção, o eixo distintivo da Nova Direita se refere ao antipetismo, mas aborda o termo ultrapassando a organização partidária por considerar que ele expressa uma “síntese genérica dos valores do campo progressista (esquerda) na política brasileira” (Cepêda, 2021, p. 74). Nessa perspectiva, o seu marco temporal é resultado das eleições de 2002, quando a direita passou a se organizar para neutralizar o programa de governo que entraria em vigor.

A ação vigorosa dos *think tanks* e de suas redes, as Jornadas de Junho de 2013, o uso político da Lava Jato, o golpe/*impeachment* e a articulação midiática são respostas a esse fato gerador. O antipetismo, que ganha foro de “oposição” após 2003, é o elemento que agrega e cimenta as forças dispersas e heterogêneas alinhadas enquanto uma Nova Direita. (Cepêda, 2021, p. 80)

Em sua visão, a nova direita brasileira promove riscos políticos graves, quais sejam: extremismo religioso, extremismo de mercado, valorização do senso comum para explicar a realidade em oposição à ciência, destruição do Estado de Direito, perda da visão coletiva em favor da dinâmica privada (família, mercado e religião), valorização da força como ação política, visão privatista e patrimonialista do Estado, desenvolvimento econômico desassociado da questão social e nacional. Como resultado dos seus efeitos devastadores, a nova direita “é um projeto político capaz de erodir toda a arquitetura da civilização democrática” (Cepêda, 2021, p. 88).

Segundo Demier (2016), a conjuntura brasileira é caracterizada por uma onda conservadora que acentua o caráter contrarreformista das medidas sociais e reforça a blindagem da democracia brasileira. Essa onda ganhou força na realidade a partir das manifestações de 2015 e realiza-se mediante a conjugação de aspectos ultraliberais e tradicionalistas. Apreende-se que o autor caracteriza a nova direita brasileira a partir dos atores políticos que

protagonizaram a emergência de um novo fenômeno social vivenciado, a onda conservadora. Segundo o autor, os atos de 2015 foram convocados

[...] por uma nova direita, extremista, internética e adepta de um anticomunismo irascível (*Revoltados Online, Movimento Brasil Livre, etc.*), e dirigidas politicamente pela oposição de direita, sob a batuta do PSDB, as manifestações contra o governo Dilma em 2015 lograram amalgamar toda a fauna e a flora reacionária da nossa (já não mais “primitiva e gelatinosa”) sociedade civil (Demier, 2016, p. 18).

Hoveler (2016) prega que um dos principais traços distintivos da Nova Direita no Brasil refere-se à mobilização de teorias conspiratórias como forma de escamotear conflitos sociais. A autora apresenta que a Nova Direita não se realiza isoladamente, como reação ao petismo, mas resulta historicamente da união entre direita cristã e direita neoliberal, como reação à crise dos anos 1970 nos EUA. Entretanto, Hoveler (2016) promove a ideia de que, embora o conservadorismo desempenhe papel fundamental na constituição da Nova Direita, é o neoliberalismo que protagoniza a sua agenda de atuação. Como resultado, a Nova Direita busca “pressionar o governo para a adoção de medidas que aprofundarão a saída recessiva para a crise econômica, com ataques cada vez mais profundos aos direitos dos trabalhadores e aos serviços públicos” (Hoveler, 2016, p. 89).

A Nova Direita brasileira representa, para Casimiro (2018, p. 41), a reorganização política das classes dominantes, que manifesta raízes desde os anos 1980. A denominação ocorre por constituir “um *novo modus operandi* de ação político-ideológica”. Como resultado do processo histórico, o discurso da Nova Direita foi radicalizado ao longo do tempo, com maior dimensão a partir dos anos 2000 (Casimiro, 2018).

Como forma explicativa à variedade de significados e abordagens, o autor apresenta que

A nova direita brasileira não possui homogeneidade ideológica, mas comporta distintas orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago, o neoliberalismo austríaco ou mesmo vertentes mais fundamentalistas, como o libertarianismo. Apesar de expressar contradições e conflitos intraburgueses, a nova direita assegura o essencial para a garantia dos seus interesses de acumulação do capital. (Casimiro, 2018, p. 45)

Tem-se que os esforços dos diferentes pesquisadores para compreender a Nova Direita brasileira tem se realizado por meio dos seguintes aspectos analíticos: 1) caráter discursivo; 2) relação de causalidade a partir das novas tecnologias da informação; 3) recorte político conjuntural, como uma reação conservadora aos governos petistas e 4) consequência política

das manifestações de junho de 2013 (Casimiro, 2021). O primeiro tipo de análise foca na ascensão do discurso de ódio e na defesa discursiva dos preceitos reacionários das direitas, mais evidente nos últimos tempos. No entanto, Casimiro (2021) pontua que esta abordagem é insuficiente para caracterizar a Nova Direita brasileira, tendo em vista que não representa uma novidade em relação ao conservadorismo, traço histórico da política no país. Assim, “as retóricas pautadas em “ameaças” à “família” e aos “bons costumes”, o “perigo vermelho”, dentre outras, já motivaram discursos extremamente excludentes, violentos e discriminatórios ao longo da história republicana no Brasil” (Casimiro, 2021, p. 42).

O segundo elemento apresentado se realiza pelo uso e capilaridade das novas redes sociais para produzir discursos do campo da direita, assim como informações falsas que desorganizam a opinião pública. Embora esses recursos sejam utilizados na atualidade de forma estratégica pelas direitas, é igualmente insuficiente para definir a Nova Direita, especialmente, em relação ao seu conteúdo (Casimiro, 2021). O movimento configura-se muito mais como uma forma contemporânea de fazer política, podendo, inclusive, ser utilizada por campos políticos distintos. O terceiro e quarto elemento das análises sobre a Nova Direita brasileira são entendidos por Casimiro (2021) como reducionistas, uma vez que negligenciam as iniciativas e organizações burguesas da Nova Direita para reduzi-la ao antipetismo, desconsiderando o movimento direitista e o processo histórico brasileiro.

Dessa forma, concorda-se com a seguinte formulação:

[...] partimos do pressuposto de que o desenvolvimento da Nova Direita, que congrega diferentes matrizes do pensamento liberal e conservador – e que assumiu um significado muito próprio no Brasil –, constitui-se como um processo histórico que precisa ser observado, pelo menos, a partir das últimas três décadas. Trata-se de um processo histórico de construção de um movimento que abarca diferentes projetos de hegemonia (Casimiro, 2021, p. 48).

Assim, a novidade do conteúdo neodireitista no país remete às formas de construir política da sociedade civil brasileira nas últimas décadas, com estruturas organizativas cada vez mais complexas e heterogêneas. Conta-se com grupos que atuam na formação política muito antes dos governos petistas, ainda que este elemento seja essencial para compreender o alcance cada vez mais extremado desta Nova Direita ao nível conjuntural.

Embora o panorama geral sobre Nova Direita no Brasil seja muito diversificado, é possível elencar consensos entre algumas análises, como: 1) associação conceitual das variações liberais (neoliberalismo, libertarianismo, etc.) com variações do conservadorismo

(neoconservadorismo); 2) caráter antidemocrático e o autoritarismo como forma de fazer política; 3) perspectiva antissocial, com o propósito de atingir a dissolução da solidariedade, da inclusão social e da igualdade; 4) caráter reativo ao aprofundamento de consensos sociais em torno da diversidade e dos direitos sociais, civis e políticos para a maioria da população.

#### **4 Nova Direita à brasileira: análise a partir das políticas sociais nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022)**

As políticas sociais se realizam em contextos de disputas entre classes e grupos sociais que configuram dinâmicas contraditórias e se materializam tanto como conquistas, quanto como concessões (Pereira-Pereira, 2009). Nesse sentido, também são requisitadas por grupos no poder e pelo Estado capitalista para se apresentarem como mecanismos essenciais de universalização ideológica, momento em que são utilizadas estrategicamente para a construção do consenso e para a contenção de classes e grupos subalternizados. Com isso, partiu-se da premissa de que a Nova Direita encontra nas políticas sociais uma forma de materialização, tendo em vista que, ao expressarem as intermediações estatais na forma de solução de problemas sociais e compensação de desigualdades, incorporam esta ideologia em seu planejamento, legitimação e execução.

Como fruto das relações desiguais do capitalismo, as políticas sociais permeiam cenários de disputas e contradições que envolvem diferentes forças no âmbito do Estado ampliado. Nessa medida, a depender dos conflitos de interesses e seus efeitos, que desdobram na direção hegemônica, a política social pode se constituir a partir de diversos formatos contraditórios, seja atendendo às classes e grupos subalternos, seja correspondendo diretamente aos interesses lucrativos do mercado e fortalecendo o poder político dominante. O seu desenvolvimento não ocorre unilateralmente, mas resulta “da relação dialeticamente contraditória entre *estrutura e história* e, portanto, de relações – simultaneamente antagônicas e recíprocas – entre *capital x trabalho*, *Estado x sociedade*, e princípios da *liberdade* e da *igualdade* que regem os direitos da cidadania” (Pereira-Pereira, 2009, p. 166, grifos da autora).

Conforme Behring e Boschetti (2011), não é consenso e nem preciso o momento de surgimento das políticas sociais. No entanto, as autoras reconhecem que estas políticas se originam do processo de modernização/industrialização capitalista, como regulação estatal das relações forjadas dos conflitos entre capital e trabalho ainda no século XIX no continente europeu, ganhando maior generalização na conformação do capitalismo monopolista. A intermediação estatal é o que caracteriza o Estado Social na regulação das “relações econômicas e sociais no capitalismo, que têm nas políticas sociais uma determinação central” (Boschetti, 2016, p. 23). A intermediação estatal é o que caracteriza o Estado Social na regulação das “relações econômicas e sociais no capitalismo, que têm nas políticas sociais uma determinação central” (Boschetti, 2016, p. 23).

A institucionalização das políticas sociais no Brasil, ampliada na década de 1960, período de consolidação do capitalismo monopolista, já apontava a relevância da sua existência para garantir condições adequadas de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Em consonância com Netto (2011a, p. 27, grifos do autor), a ampliação da legitimação sociopolítica do Estado, neste período, se realiza “mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, [e] permite-lhe organizar um *consenso* que assegura o seu desempenho”. Articuladas ao regime ditatorial, as políticas sociais seguiam os ditames do capital internacional e associavam-se aos traços autoritários, burocráticos e conservadores do Estado brasileiro. De modo contraditório,

[...] a política social brasileira teve seus momentos de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras. Isso deu ensejo à prevalência de um padrão nacional de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativo do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira. (Pereira-Pereira, 2011, p. 126).

Nessa perspectiva, Pereira-Pereira (2011) defende que o sistema de proteção social brasileiro sofre intercorrências resultantes das injunções da dependência econômica e do histórico estrutural colonialista, conformando uma relação híbrida entre diferentes práticas de cultura política e associando perspectivas conflitantes para a organização dos direitos sociais.

[...] o caso brasileiro afigura-se como um misto ou combinação de elementos presentes na classificação de Esping-Andersen (1991), a saber: intervenções públicas típicas e seletivas – próprias dos modelos liberais –; adoção de medidas autoritárias e desmobilizadoras dos conflitos sociais – típicas dos modelos conservadores –; e, ainda, estabelecimento de esquemas universais e não contributivos de distribuição de benefícios e serviços – característicos dos regimes social-democratas. E tudo isso foi mesclado às práticas clientelistas, populistas, paternalistas e de patronagem política, de larga tradição no país” (Pereira-Pereira, 2011, pp. 126-127)

Para a autora, é possível organizar periodicamente as políticas sociais na história brasileira a partir dos seguintes momentos: 1) as normativas anteriores a 1930; 2) o período de 1930 a 1964 com políticas sociais populistas; 3) as políticas sociais tecnocráticas da ditadura civil-militar (1964-1985); 4) a emergência de concepções amplas e democráticas no período de democratização (1985-1990) e 5) o período neoliberal dos anos 1990. Adiciona-se à análise da autora mais dois momentos marcadores: 1) as políticas sociais dos governos petistas que dão

outras conotações ao neoliberalismo no país e 2) os anos que sucederam de gestão posteriores ao golpe de 2016, os governos Temer e Bolsonaro.

O primeiro momento foi caracterizado por um Estado que quase não exercia provisão social, onde o mercado, a iniciativa privada não mercantil e a polícia intervinham, cada um à sua maneira, na regulação social (Pereira-Pereira, 2011). Ainda assim, o momento registrou a emergência de normativas no âmbito da proteção ao trabalhador formal e urbano de determinadas categorias profissionais, a exemplo da Lei Elói Chaves. O período entre 1930-1964 foi marcado pela passagem da economia agroexportadora para a urbano-industrial, com maior impulso à provisão social (Pereira-Pereira, 2011). Mesmo sem romper com a lógica da dinâmica social do período anterior, registrou maior institucionalização das ações sociais pelo Estado. Vale mencionar que o momento foi heterogêneo e direcionado por diferentes governos com características singulares, como Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart.

No período da ditadura civil-militar, as políticas sociais tiveram viés tecnocrático e conservador. Segundo Pereira-Pereira (2011), elas atuaram como uma espécie de “cortina de fumaça” para escamotear os conflitos sociais decorrentes do regime autoritário, e se realizavam como mecanismo de reaproximação entre Estado e sociedade. Já o período da transição democrática, foi iniciado com a convocação para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986. Contraditoriamente, o momento contou com a ampliação da concepção de política social na esfera pública, a inserção da assistência social como direito público e a articulação da seguridade social como dever do Estado. Promoveu um padrão administrativo descentralizado, com maior autonomia decisória aos estados e municípios e estabeleceu a possibilidade de construir mecanismos de controle democrático para democratizar a tomada de decisões na gestão das políticas sociais (Pereira-Pereira, 2011).

Os resultados constitucionais foram rotulados como inviáveis pelas correntes reacionárias. Não à toa, o período neoliberal<sup>31</sup> da década de 1990 presenciou a privatização das políticas sociais por diferentes modalidades – que não se reduzem apenas ao mercado –, a focalização na pobreza e a seletividade do atendimento de cariz contrarreformista, que passou a destituir o sentido público, estatal e coletivo das políticas sociais.

---

<sup>31</sup> O termo neoliberalismo, isolado, será utilizado provisoriamente para a caracterização destes períodos, uma vez que os achados da pesquisa podem sinalizar outras elaborações, tal como nova direita. Até o momento, acredita-se que o governo no momento apresentado é caracterizado apenas pelo neoliberalismo.

Por sua vez, a gestão petista contou com um modelo de inclusão social baseado na cidadania pelo consumo. Em resumo,

Durante o segundo mandato de Lula e o primeiro de Dilma, o aumento do emprego formal não qualificado (precário, com alta rotatividade e baixos salários, vale destacar), a valorização do salário mínimo, as políticas sociais compensatórias, a ampliação do ensino superior (público e privado), a abertura de concursos públicos em todos os níveis e o crédito consignado produziram, sem dúvida, alterações na pirâmide social brasileira – mesmo que não tenham diminuído a obscena desigualdade social no país. (Demier, 2016, p. 19).

Nessa linha de pensamento, concorda-se com a hipótese de Behring (2018)<sup>32</sup> de que o neoliberalismo nos governos petistas realizou deslocamentos das medidas internacionais implementadas, especialmente, quando comparado aos governos de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990.

Já as políticas sociais do governo Temer foram protagonizadas pela aceleração de contrarreformas, reducionistas e privatistas e pelo enrijecimento do ajuste fiscal. As medidas mais emblemáticas ocorreram com o Novo Regime Fiscal, protagonizado pelo congelamento de gastos sociais na saúde e educação pela Emenda Constitucional 95, a contrarreforma trabalhista, o aprofundamento da contrarreforma previdenciária e as propostas para a educação. Além disso, o governo Temer acentuou a responsabilidade familiar e comunitária, especialmente, com o voluntariado, no atendimento das necessidades sociais, induzindo a individualização dos problemas sociais.

Em dois anos, o governo Temer, que não possuía legitimidade popular, conseguiu regredir socialmente o país como não se fez em décadas. O seu governo resultou do golpe civil-institucional que destituiu Dilma Rousseff da presidência, período governamental que já sofria os efeitos econômicos da crise econômica de 2008 e da recessão internacional.

Azeitado pelo secular ódio de classe, em especial por aquele nutrido pelos setores médios demofóbicos, o golpe de governo teve como objetivo precípua trocar os atuais mandatários por outros mais reacionários, os quais, não constrangidos por qualquer

---

<sup>32</sup> Em seu texto, a autora faz contraposição ao termo de neodesenvolvimentismo para adotar o social-liberalismo, como forma de caracterizar o período no Brasil. Este último seria realizado pelo “suporte para o desempenho das funções do Estado na periferia, no ambiente de crise. Houve mediações novas, mas não rupturas substantivas” (Behring, 2018, p. 61). Encontra-se em acordo com a autora apenas em relação ao distanciamento do neoliberalismo dos governos petistas para com o neoliberalismo ditado no Consenso de Washington e dos governos tucanos dos anos 1990. Prefere-se não adotar nem neodesenvolvimentismo, nem social-liberalismo para tal caracterização. Acredita-se que o neodesenvolvimentismo é um conceito de realização meramente teórica, sem exercício na realidade. Por sua vez, até o momento, acredita-se que faltam elementos no conceito de social-liberalismo para caracterizar o período mencionado.

passado combativo e sindical, podem, agora, realizar o ajuste fiscal, aplicar contrarreformas e calar o movimento social, *tudo isso no grau, ritmo e na intensidade exigidos pelo capitalismo brasileiro em crise*” (Demier; Melo, 2018, p. 269, grifos dos autores).

A caracterização das políticas sociais no governo Bolsonaro seguiu os ditames do governo anterior, com mais afinco e radicalidade. As instituições públicas passaram por um movimento de desmonte em termos de concepção, financiamento e abrangência. Os mecanismos de participação social, colegiados institucionais, foram reduzidos e extintos. Além de um direcionamento explicitamente neodireitista. Tem-se que o governo Bolsonaro configurou o retrato da Nova Direita no governo e no direcionamento das políticas sociais, com foco na família, sociedade civil e voluntariado por meio do fomento à autossustentabilidade e responsabilização dos riscos sociais.

Por meio do deslocamento da gestão pública da pobreza para o fomento de ações e práticas filantrópicas realizadas pela sociedade civil, seja por redes comunitárias, familiares ou empresariais incubem na desestruturação do público e das políticas sociais.

O enfrentamento da desigualdade passa a ser tarefa da sociedade ou de uma ação estatal errática e pálida, caracterizada pela defesa de alternativas privatistas, que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral. Recolocam-se em cena práticas filantrópicas e de benemerência, ganhando relevância o nonprofit sector como expressão da transferência à sociedade de respostas às sequelas da questão social (Yazbek, 2015, p. 3)

Nesse sentido, a Nova Direita disputa a direção das políticas sociais, definindo novos arranjos. A análise das gestões Temer e Bolsonaro indicam que as políticas sociais no período foram marcadas pelo desfinanciamento, familismo, desdemocratização do público e saída pelo voluntariado. As categorias centram-se nos princípios de privatização e moralismo, particularmente como marca desta ideologia na conformação das políticas sociais. Isto considerando que a ideologia parte do esgotamento de um pacto social, e que a construção destas saídas faz parte da sua própria identidade.

Sob gestão da Nova Direita, o voluntariado apresentou-se como estratégia concorrente das políticas sociais (Imperatori, Barros e Garcia, 2022). Ainda que a atuação do voluntariado, como mecanismo de intervenção social seja uma prática histórica de ação do Estado brasileiro, nas gestões neodireitistas, ele foi sistematizado, instrumentalizado e fomentado pelo Estado, institucionalizando a filantropia. Desse modo, contribuiu para a redefinição dos papéis do

Estado e da sociedade civil no provimento social ao fomentar um sistema misto de proteção social.

A exemplo, pode-se mencionar que, em 2017, o presidente Michel Temer publicou o Decreto nº 9.149, que criou o Programa Nacional de Voluntariado, com vistas a “promover o voluntariado de forma articulada entre o Governo, as organizações da sociedade civil e o setor privado” e “incentivar o engajamento social a participação cidadã em ações transformadoras da sociedade”. Ademais, o decreto criou o Prêmio Nacional do Voluntariado, como reconhecimento público de ações desenvolvidas no âmbito da sociedade civil. Em sequência, no governo Bolsonaro, foi criado o Programa Pátria Voluntária, instituído pelo Decreto 9.906 de 2019. Nesta norma, foram estabelecidos os seguintes princípios para o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado: cidadania, fraternidade, solidariedade, dignidade da pessoa humana, complementariedade e transparência. O Pátria Voluntária foi gerido pela primeira-dama da época, Michele Bolsonaro.

Tem-se que a institucionalização do voluntariado se apresenta como caráter distintivo da Nova Direita. No entanto, o tema do familismo foi eleito para exemplificar como a Nova Direita utiliza as políticas sociais para se consolidar durante os governos Temer e Bolsonaro e descaracterizar direitos sociais garantidos pelo Estado, equânimes, universais e ancorados na justiça social. A escolha do familismo baseou-se no fato de que o familismo e as políticas familiares podem exemplificar os contornos em torno das políticas sociais da Nova Direita a partir da cultura política, acionando o formato mais tradicional de família e de forma privada de suprir necessidades sociais, bem como porque pela primeira vez o Estado brasileiro institucionalizou de forma sistemática políticas familiares, com distinção familista. De forma explícita, com diferentes ações, projetos e programas sociais, o Estado instrumentalizou o tema da família para fortalecer ideologicamente a Nova Direita, forjando uma visão de mundo específica, e descaracterizar o público no âmbito das políticas sociais.

Para tanto, foram eleitas algumas ações, projeto e programas públicos desse período, a saber: Programa Criança Feliz, Programa Município Amigo da Família, Projeto Famílias Fortes, Projeto Reconecte, Programa Equilíbrio Trabalho-Família, Observatório Nacional da Família e Plano de Ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares.

As normativas explicitadas não esgotam as estratégias neodireitistas de alterar o sentido das políticas sociais, tendo em vistas que estas estão espraiadas na elaboração em diferentes campos de atuação, como a conformação, legitimação e execução das políticas sociais. Acredita-se que as medidas apresentadas além de disputar o direcionamento do campo social,

postulam e endossam práticas sociais e políticas que integram a cultura política brasileira. A tese defendida é justamente explicitar esse caminho de conformação.

#### 4.1 A instrumentalização da família pela Nova Direita: uma análise sob a lente das políticas sociais

##### 4.1.1 Políticas Familiares e familismo

O termo “políticas familiares” (do inglês *family policies*) é amplo, de modo que pode ser acionado de diferentes formas por correntes políticas e teóricas distintas para caracterizar políticas públicas e sociais que atuam sobre a família. O contorno do seu conteúdo é compreendido, geralmente, a partir da caracterização e contextualização no tempo e espaço dessas políticas, a exemplo dos aspectos históricos, regionais e culturais. Nesse sentido, Naldini (2003) entende o termo como um grande guarda-chuva que engloba diferentes ações públicas e sociais, explícitas ou implícitas, destinadas para as famílias. Como exemplo, estas ações podem ser identificadas em medidas estatais ou governamentais, como: normativas contra violência doméstica, programas de transferência de renda, seguros sociais que consideram todos os membros da família, licença maternidade e paternidade, bem como o fomento para as ações que fortaleçam a empregabilidade de mulheres mães.

Entende-se que as políticas familiares não coadunam necessariamente com um direcionamento de responsabilidade familiar, no sentido de espaço privado e privilegiado para a provisão social. Para Sátyro e Midaglia (2021), a depender da agenda de governo, as políticas familiares podem contribuir para uma intervenção estatal comprometida com a perspectiva de igualdade de gênero, coparticipação do cuidado e equilíbrio nas relações de trabalho. Nessa esteira, deve-se considerar os aspectos relacionados ao contexto histórico, características nacionais e político-ideológicos para identificar e caracterizar uma política familiar de um Estado Social.

Segundo Saraceno (1997), os diferentes arranjos de políticas familiares foram redesenhados nos países industrializados a partir de transformações societárias na contemporaneidade, que passaram a pressionar os Estados Sociais para responderem demandas baseadas nas mudanças dos valores sociais, como as relações intergeracionais e de gênero, da fragilização das formas tradicionais de cuidado (família, voluntariado e Estado) e da imposição

de restrições orçamentárias aos gastos sociais. Para a autora, as saídas construídas nesse cenário repõem a questão da família como locus de assistência e proteção social, apelando para o reforço da solidariedade familiar.

Tradicionalmente considerada a célula *mater* da sociedade ou a base sobre a qual outras atividades de bem-estar se apoiam, a família ganhou relevância atual justamente pelo seu caráter informal, livre de constrangimentos burocráticos e controle externos. [...] Isso não poderia parecer mais favorável a um esquema de bem-estar que, como o pluralismo, valoriza e explora a flexibilidade provedora, as relações de boa vontade e o engajamento altruísta. (Pereira-Pereira, 2010, p. 36)

Esping-Andersen (1999) contribui para a discussão ao apresentar o debate acerca do familismo e da desfamíliação. Para o autor, o familismo ocorre quando o bem-estar se fundamenta majoritariamente em obrigações e responsabilidades exercidas pelos próprios membros da família. Baseado no princípio de subsidiariedade da Doutrina Social Católica, o familismo impõe limites à intervenção pública no âmbito familiar. Nesse sentido, Esping-Andersen (1999) caracteriza o familismo como uma política familiar subdesenvolvida.

Já a desfamíliação trata-se da diminuição da relação de dependência dos indivíduos no seio familiar. Políticas familiares com graus de desfamíliação podem se basear na prestação de serviços ou concessão de benefícios, como creches, instituições de cuidados para pessoas idosas, abonos familiares, entre outros. Saraceno (1997) defende que a desfamíliação não só não significa a quebra dos laços e vínculos familiares, como pode ser um meio de apoiá-los, permitindo que os indivíduos assumam responsabilidades familiares sem serem dependentes e/ou reduzidos a elas.

Decerto, a proposta de Esping-Andersen (1999) não é maniqueísta, considerando que os conceitos são postos como parâmetros para identificar os graus desses indicadores em determinado Estado Social, e que eles podem, inclusive, ocorrer concomitantemente. Entretanto, identifica-se um limite na proposta do autor, tendo em vista a afirmação de que quanto mais “bem-estar social”, menos familismo. Esta afirmação nega a possibilidade de que um Estado Social possa ter o familismo como fundamento e norte de atuação. De modo semelhante, o autor associa o aumento do Estado Social à desmercantilização das relações sociais.

Leitner (2003), dessa maneira, contribui para identificar possíveis tipos de familismo, de forma articulada à desfamíliação, considerando apenas a função de cuidado da família (especialmente o papel da mulher) e políticas voltadas para famílias com crianças, são eles: 1)

familismo facultativo, quando a família pode optar em ser parcialmente aliviada das responsabilidades de cuidado, seja por serviços, políticas de cuidado ou benefícios econômicos; 2) familismo implícito, caracterizado pela ausência de políticas e serviços, em que o cuidado e a responsabilidade recaem apenas para a família; e 3) familismo explícito, intermediação pública para o fortalecimento e apoio da família no exercício do cuidado, sem a prestação de serviços e benefícios. Por fim, a autora argumenta que os Estados Sociais podem apresentar vários arranjos, com tipos de familismo associados entre eles e com níveis de desfamiliarização, levando a diferentes resultados sociais.

Saraceno (2022) ampliou a compreensão da análise de políticas familiares a partir da tríade familismo/desfamiliarização quando também considerou políticas intergeracionais e de gênero. Dessa maneira, a autora elaborou a seguinte tipificação: 1) familismo implícito pode ser entendido como familismo por omissão, quando a "não ação" ou o apoio mínimo do Estado em determinados aspectos sociais contribui para a transferência do atendimento de necessidades e cuidados básicos à família; 2) familismo apoiado, quando existem políticas que dão suporte a determinados membros da família a exercer suas responsabilidades financeiras e de cuidado; 3) familismo por prescrição, quando as obrigações financeiras ou de cuidado entre familiares estão previstas no código civil; e 4) desfamiliarização, caracterizado por políticas que reduzem as responsabilidades e dependências entre os familiares, deslocando-as parcialmente para a esfera pública.

Embora as tipificações de familismo/desfamiliarização contribuam para identificar políticas familiares e um Estado Social, é preciso complexificar o papel do familismo como conteúdo e finalidade no cerne das políticas sociais. De modo geral, Horst e Miotto (2021, p. 37) identificam o familismo como uma atividade ideológica que busca responsabilizar, de forma privada, as famílias pela reprodução social ampliada no sistema capitalista, de modo que o familismo

a) mascara os determinantes e fundamentos do sistema do capital e suas crises; b) desloca as questões, que somente coletivamente poderão ser resolvidas, para o âmbito "particular"; c) centraliza as famílias como naturalmente responsáveis pelos seus membros e, no interior destas, constroem o apassivamento dos sujeitos, a produção de consensos, já que se trata de um problema da "minha família" e não da sociabilidade burguesa.

Assumindo o familismo como pressuposto ideológico, compreende-se que a responsabilidade da família, na qualidade de aspecto central da provisão social, é uma condição

necessária e elementar do processo de privatização da esfera pública, que se realiza pela expansão da “esfera pessoal protegida”, ou seja, pela proteção da “liberdade privada” contra a intervenção do Estado (Brown, 2015; 2019). A perspectiva da “esfera pessoal protegida”, conceito abordado por Hayek, também se pauta na extensão da moralidade tradicional, como estratégia política, de modo que o fomento à relação entre liberdade individual, moralidade e costumes tradicionais torna-se um meio de atuar contra a esfera pública e social (Brown, 2019).

A expansão da "esfera pessoal protegida" em nome da liberdade, então, não apenas assegura poderes desiguitários de classe, gênero, sexualidade e raça; ela gera uma *imago* e um *ethos* da nação que rejeitam uma ordem pública, plural, secular e democrática em nome de uma ordem privada, homogênea e familiar. (Brown, 2019, p. 92)

Com efeito, o familismo alcança legitimidade como valor público, incidindo, desse modo, na cultura política. E, assim, conforma-se em um reordenamento de condutas, valores e costumes que recolonizam o cívico e o social (Brown, 2019). No âmbito das políticas sociais, a centralidade do provimento público sob a lente da responsabilidade familiar é uma ideia que remonta à tradição das leis dos pobres na Inglaterra ainda no século XVIII (Cooper, 2017), mas que tem sido reformada e readequada para caracterizar o Estado Social neodireitista<sup>33</sup>. Trata-se da reinvenção da tradição nas condições do Estado Social moderno. Nas palavras de Cooper (2017, p. 313, tradução nossa), “olhando para trás, eles [neoliberais e neoconservadores] procuraram reviver a tradição mais antiga de responsabilidade familiar privada (lei dos pobres); olhando para o futuro, eles buscam reinventar essa tradição usando o legado administrativo do próprio Estado de bem-estar social”.

Assim, pode-se afirmar que as políticas sociais neodireitistas atuam por meio da responsabilização privada de organizações familiares (Pereira, 2016; Brown 2016; Cooper, 2017). As políticas familiares de caráter familista, sob gerência da ideologia da Nova Direita, desenvolvem um papel estratégico e central na configuração do Estado Social, uma vez que a expansão da “esfera pessoal protegida” reafirma a família como espaço privado de proteção, de controle e de reforço da moralidade.

Na perspectiva da proteção, a agenda de “austeridade” que restringe a participação do Estado em áreas fundamentais, limitando o alcance das políticas sociais e de cuidado e incentivando o recurso a serviços privados, podem, na prática, exigir mais das

---

<sup>33</sup> Tanto Melinda Cooper como Wendy Brown fazem uma análise a partir da relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo. No entanto, na perspectiva deste trabalho, o contexto o qual as autoras se referem é regido pela ideologia da Nova Direita.

famílias. [...] Na perspectiva do controle, a família aparece como dispositivo para regular corpos e desejos, com foco no processo de socialização das crianças, de acordo com valores tradicionais. (Biroli; Quintela, 2021, pp. 343-344)

Na América Latina, a maioria das políticas familiares fortalece a ideia do papel primário da família para a provisão de necessidades humanas básicas (Sátyro; Midaglia, 2021). No Brasil, o espaço da família nuclear permeia o desenho das políticas sociais desde o seu desenvolvimento, e beneficiam os governos com uma “participação autonomizada e voluntarista [...] na provisão do bem-estar dos seus membros” (Pereira-Pereira, 2010, p. 29). Isto é, o familismo, em vários níveis e tipos, conforma o Estado Social brasileiro desde a sua gênese.

Desde a Constituição Federal de 1934 é possível identificar o reforço ao familismo implícito e explícito, uma vez que o texto previa a subsistência da família por seus próprios membros, incumbia ao Poder Público apenas o socorro às famílias com muitos filhos ou em situação de pobreza extrema, bem como o dever de garantia à educação, que deveria ocorrer em paralelo ao dever da família. Entretanto, a Carta Constitucional de 1937, representada pelo Estado Novo instituído por Getúlio Vargas, diminuiu ainda mais o papel do Estado, reforçando o familismo pela não ação estatal, que garantiria apenas compensação tributária às famílias com muitos filhos e atuaria de forma principal ou subsidiária na garantia da educação, sendo que se tratava de um dever primário dos pais.

Em 1946, com a democratização do Estado, o texto constitucional organizou a previdência social destinada aos trabalhadores formais. A política, organizada pela lógica do seguro social, assegurava proteção à maternidade, velhice, invalidez e morte. Além disso, previa assistência pública à maternidade, à infância, à adolescência e às famílias com muitos filhos. Embora a Constituição de 1967 configure a estrutura do regime autoritário e militar, ela avançou em alguns aspectos em termos de políticas familiares, como a instituição do salário-família<sup>34</sup>, no âmbito da previdência social, que se baseia na garantia de auxílio financeiro para trabalhadores formais de baixa renda com filhos até 14 anos de idade, e com a organização do direito à educação, que deveria ser garantido por diferentes esferas do Poder Público.

A Constituição Federal de 1988 representou muitos avanços em termos de direitos sociais, com a organização, articulação e configuração das políticas de saúde, previdência e assistência social. Além de ampliar o dever do Estado na garantia de necessidades humanas

---

<sup>34</sup> O abono foi instituído em 1963 pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.

básicas. Em relação à família, a carta constitucional a reconheceu como “base da sociedade” que recebe “especial proteção do Estado”, de modo que a política de assistência social, no âmbito da seguridade social, tem como objetivo proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice. A Constituição também prevê licença à gestante, licença paternidade, proteção ao trabalho da mulher, assistência gratuita aos filhos e dependentes em creches e pré-escolas, prioridade e amparo à criança, ao adolescente e à pessoa idosa, sendo este um dever compartilhado com a família e com a sociedade. Em termos legislativos, a normativa mescla diferentes tipos de familismo, explícito, prescritivo e apoiado, com níveis de desfamiliarização.

A política de assistência social, organizada posteriormente pela Lei nº 8.742 de 1993, tem como objetivo a vigilância socioassistencial para analisar a capacidade protetiva das famílias e atua tanto no fortalecimento como na reconstrução de vínculos familiares, por meio da proteção social básica e especial, respectivamente. No entanto, o texto da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) considera o caráter contraditório e conflituoso da família, de modo que para a “família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos” (PNAS, 2004, p. 41). Nessa linha, a centralidade na família da política de assistência baseia-se no familismo apoiado ou familismo de suporte.

Atualmente, por exemplo, a família assume centralidade para o desenvolvimento da política de assistência social, numa perspectiva contraditória, em que se oferece proteção e se reconhece a variedade de experiências familiares, mas em contrapartida continua-se com o reforço da responsabilização pela educação e criação dos filhos, sem os apoios devidos da sociedade, além da gestão de problemas que extrapolam sua capacidade. De maneira sutil, ou evidente, o modelo nuclear conjugal, como ideal de família, ainda preside o desenho de muitos programas sociais públicos e privados, dentro da orientação geral da política social brasileira, e fundamenta grande parte das orientações profissionais. (Campos; Teixeira, 2010, p. 26)

A partir desse contexto foram analisadas políticas familiares dos governos que representaram a Nova Direita brasileira (Temer e Bolsonaro) para caracterizar a distinção em termos de familismo e considerar as formas que o tema foi instrumentalizado para adesão ideológica e política da sociedade de um modelo específico de família, bem como para reconfigurar a direção das políticas sociais no país.

#### 4.1.2 Governo Michel Temer: o caso do Programa Criança Feliz

Na gestão de Michel Temer (2016-2018) foi instituído o Programa Criança Feliz (PCF), considerado o “carro-chefe” do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, pelo Decreto nº 8.869 em 5 de outubro de 2016, e consolidado pelo Decreto nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, sob gestão do Ministro Osmar Terra. A primeira-dama Marcela Temer foi a embaixadora do Programa, um cargo voluntário e simbólico, que imputava a ela o papel de promover o PCF, especialmente em relação à adesão voluntária dos municípios e estados. Para tanto, a primeira-dama visitou vários estados e realizou um almoço no Palácio da Alvorada com primeiras-damas estaduais para sensibilizar sobre a importância de sua implantação.

No lançamento do PCF, Marcela Temer reforçou em seu discurso o seu trabalho voluntário, o papel do Programa em relação ao desenvolvimento neurobiológico das crianças, o afeto entre os familiares e a prevenção de atitudes violentas e agressivas na adolescência.

[...] **O meu trabalho será voluntário para sensibilizar e mobilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir melhoria na vida das pessoas.** Começo pelo apoio ao que acredito ser uma das bandeiras mais relevantes e com maior resultado a médio e longo prazo: os cuidados e os estímulos ao desenvolvimento das crianças durante a primeira infância. O momento mais importante para **a organização das habilidades e das competências humanas são os primeiros anos de vida. É nesse período que nossos filhos percebem que são amados e aprendem a amar. Esse sentimento os guiará por toda vida.** Cada vez que beijamos nossos filhos pequenos, que conversamos com eles, cada vez que os carregamos nos braços, que lemos uma história ou cantamos uma canção de ninar, estamos ajudando no seu desenvolvimento. **O que nós mães percebemos instintivamente tem sido comprovado pela ciência.** Nós, pais cuidadores, influenciamos de forma decisiva a criança nos seus primeiros anos de vida. Cercada de carinho e cuidados específicos desde a gravidez, uma criança terá mais possibilidades de aprendizado quando chegar à escola. **Os cuidados na primeira infância, por exemplo, ajudam a inibir o comportamento agressivo e violento na adolescência. Dessa forma, esse adolescente se tornará um adulto mais preparado para a vida.** O programa Criança Feliz, senhoras e senhores, na sua plenitude atenderá ao longo do tempo milhões de pequenas e pequenos que já são atendidos pelo programa Bolsa Família. [...] (Temer, Marcela, 2016, grifos nossos)

A atuação de Marcela Temer resgata aspectos tradicionais da cultura política brasileira, com o assistencialismo protagonizado pela figura voluntarista das primeiras-damas. Também “instala a figura dirigente da mulher primeira-dama, mulher do lar cuidadora, subalterna, de boa vontade, que, pela sua condição destacada, de elite política, reduz a responsabilidade estatal e pública em assegurar direitos” (Sposati, 2017, p. 536). Em seu discurso, a antiga primeira-dama demonstrou ainda o papel do PCF para a formação de jovens e adultos produtivos e

docilizados, “preparados para a vida”, a partir do desenvolvimento de competências e habilidades na primeira infância.

Com apropriações de teses abordadas no campo da neurociência e seguindo os ditames de organizações internacionais, como o Banco Mundial, o PCF contribui para a instrumentalização do discurso de desenvolvimento infantil com vistas a reduzir gastos sociais futuros, com a formação de capital humano.

Investir na primeira infância é também uma opção inteligente, pois no curto prazo os **investimentos no desenvolvimento da primeira infância (DPI) se traduzem em economia considerável de custos e em ganhos de eficiência nos setores de saúde e educação**, porque é mais provável que as crianças beneficiadas pelos serviços de DPI sejam saudáveis, tenham mais disposição para aprender ao ingressar na escola primária, fiquem mais tempo na escola, e tenham um bom desempenho durante toda a vida escolar. No longo prazo, **investimentos em DPI criam adultos produtivos e bem ajustados socialmente, que contribuem para o crescimento econômico do país e ajudam a romper o ciclo intergeracional da pobreza**, como demonstrado pelos melhores salários, pela menor dependência desses indivíduos de programas de assistência social, pelo maior acúmulo de bens e pelas famílias mais saudáveis. **Esses auxílios não apenas nivelam as condições das crianças oriundas de meios desfavorecidos, mas também constroem sociedades melhores, mais justas e mais prósperas.** (Banco Mundial, 2011, pp. xiii-xiv, grifos nossos)

O PCF também se apoiou em outras experiências municipais e estaduais, como o Programa Primeira Infância Melhor (PIM), criado por Osmar Terra no Rio Grande do Sul, o Programa Mãe Coruja, em Pernambuco, Programa Família que Acolhe (FQA), em Boa Vista (Roraima) e o Programa Família Paulista (PFP), do estado de São Paulo. O PCF também é referenciado no Marco Legal da Primeira Infância, instituído em março de 2016 pela Lei nº 13.257, documento que estabelece diretrizes e princípios para a formulação e implementação de políticas voltadas para a primeira infância.

O referido Programa visava promover o desenvolvimento integral na primeira infância, com gestão pública intersetorial a partir das áreas de assistência social, saúde, cultura, educação, direitos humanos e direitos das crianças e dos adolescentes (Brasil, 2016; Brasil, 2018). O atendimento ao público priorizava gestantes e crianças de até três anos beneficiárias do Bolsa Família (BF), crianças de até três anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar (Brasil, 2016). O PCF ainda permitia a criação de critérios de priorização, como: “baixo peso ao nascer, baixa escolaridade materna, uso de álcool e outras drogas, depressão materna, gravidez na adolescência e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, entre outros” (Brasil, 2017, p. 20). Em acordo com documento do Banco Mundial:

Programas de DPI voltados à saúde, nutrição e estimulação precoce na primeira infância são em geral **dirigidos diretamente às mães** (como pré-natal, parto seguro e cuidados pós-parto) e **às crianças** (como cuidados pós-natais, serviços de prevenção e intervenções para tratamento), ou indiretamente, promovendo a **melhoria nas práticas de cuidados e na capacitação dos pais por meio de programas de informação e educação**. Embora esses serviços de informação e educação às vezes sejam prestados fora de casa (por exemplo, em um centro comunitário ou de saúde), eles são considerados **intervenções domiciliares de DPI, pois visam promover a mudança de comportamento no ambiente doméstico**, onde as crianças mais novas costumam passar a maior parte do tempo. Essas intervenções são vitais para garantir a sobrevivência da criança e melhorar os resultados no DPI, pois **muitas das estratégias mais eficazes para promover a saúde, o crescimento e o desenvolvimento global das crianças pequenas são baseadas na família**, e as evidências apontam que há uma grande contribuição dos pais no desenvolvimento global das crianças e na prontidão escolar. (Banco Mundial, 2011, pp. 105-106, grifos nossos)

Nessa direção, a metodologia do PCF foi elaborada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS), Care for Child Development (CCD), que busca “estimular, estabelecer vínculo, comunicar e brincar”, de modo que o estímulo deverá ser realizado pelos pais por meio do fortalecimento de vínculos, afeto, confiança e segurança para contribuir no desenvolvimento infantil a partir de incentivo realizado em visitas domiciliares (Engle; Lucas, 2012, p. 4).

Coordenado pela Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano do Ministério do Desenvolvimento Social, os objetivos do Programa pautavam-se em:

- I - promover o **desenvolvimento humano** a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- III - colaborar no exercício da parentalidade, **fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação** de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e
- V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (Brasil, 2016, s/p, grifos nossos)

Para tal alcance, as ações do PCF consistiam basicamente em visitas domiciliares periódicas por equipes de visitantes que deveriam receber capacitação profissional e especializada, bem como utilizariam material de apoio fornecidos pela gestão federal (Brasil, 2016). Para uma pessoa se tornar visitador havia poucas exigências, quais sejam: ter ensino médio ou superior e ser um profissional local. O trabalho do visitador deveria ser coordenado

e capacitado por um supervisor municipal referenciado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (Brasil, 2018), tendo em vista que o equipamento público é responsável por gerenciar e oferta serviços socioassistenciais por meio da proteção social básica nos territórios.

No entanto, a atividade de trabalho do visitador, e não do supervisor (técnico de ensino superior do CRAS), representaria a “planejamento, realização, registro e acompanhamento das visitas domiciliares, inclusive no sistema eletrônico do Programa” (Brasil, 2021). Além disso, as visitas domiciliares deveriam identificar as necessidades e potencialidades das famílias, bem como possíveis “vulnerabilidades” ou violações de direitos (Brasil, 2021). Caso fossem identificadas necessidades sociais, o visitador informaria ao supervisor para que este realizasse a intervenção necessária.

O visitador também realizaria a caracterização da família, da gestante e da criança, por meio do preenchimento de formulários específicos, do mesmo modo deveria alcançar um diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil e do acompanhamento da criança durante o processo de realização das visitas domiciliares. Os formulários eram preenchidos durante o acompanhamento da família (Brasil, 2019). Conforme a metodologia CCD (2012, p. 4, grifos nossos), o visitador “é um agente que ajuda os pais – pela conversa e pela demonstração – a interagir de forma cada vez mais **adequada** com seus filhos, bem como a avaliar o impacto dessa interação, de maneira a se comunicar e brincar de maneira cada vez mais eficaz”.

O Programa não exigia formação técnica e nem previa capacitação para a qualificação dos visitadores que deveriam identificar situações de vulnerabilidade social e violação de direitos e caracterizar o desenvolvimento infantil e o vínculo familiar. Tem-se que esse aspecto sobrecarrega o CRAS de referência e os supervisores destes equipamentos públicos, assim como concorre com as visitas domiciliares e outras ações direcionadas às famílias por intermédio da proteção social básica e especial. Ademais, a falta de exigência técnica pelo PCF “reforça a ideia de que sua preocupação é maior com o exercício de vigilância disciplinadora sobre as famílias, as mães e as mulheres pelo agente do Estado” (Sposati, 2017, p. 536).

As visitas domiciliares deveriam ter duração de aproximadamente 45 minutos, podendo ocorrer em intervalos semanais (famílias com crianças até três anos), quinzenais (famílias com crianças com deficiências de três a seis meses) ou mensais (gestantes) (Brasil, 2019). Os objetivos das visitas eram: apoiar as famílias com os cuidados para o desenvolvimento da criança; identificar a interação entre a criança e o responsável; orientar a família sobre atividades que fortalecessem o vínculo familiar, bem como abordar a sua relevância; e identificar a necessidade de acesso a serviços e direitos sociais (Brasil, 2019).

O visitador tinha o papel de propor a realização de atividades, usando objetos da própria casa, que deveriam ser desenvolvidas pelo cuidador e apenas observada pelo visitador. As atividades deveriam promover estímulo às crianças e fortalecer o vínculo familiar. Antes de iniciar as visitas, o visitador realizaria a caracterização do território, com o preenchimento de formulário, e posteriormente agendaria a visita.

Conforme manual, o visitador desempenha as seguintes ações: observar, perguntar e escutar; elogiar e orientar durante a atividade; verificar a compreensão da atividade; realizar recomendações de atividades; auxiliar na resolução de dificuldades ou problemas; e acompanhar o cuidador e a criança (Brasil, 2019). Isso ocorreria em três momentos: chegada (conversa inicial para identificar possíveis dificuldades no desempenho da atividade anteriormente repassada; explicação da atividade planejada para a visita em questão), desenvolvimento (momento destinado para ressaltar os princípios da ação, como relevância da família e da atividade, e observar a relação da atividade e a interação da família); final (avaliação junto à família dos resultados da atividade e reforço do papel da família como educadora) (Brasil, 2019).

As atividades propostas precisavam corresponder às dimensões do desenvolvimento infantil, finalidade central do PCF, a saber: linguagem, motricidade, dimensão socioafetiva e cognitiva. Com efeito, seguem alguns exemplos de orientações de atividades que poderiam ser sugeridas pelos visitantes: conversar, fazer carinho, olhar e mostrar objetos com sons para crianças de até três meses; falar cobrindo o rosto, esconder objetos, estimular a mudança de posição para crianças de três a seis meses; bater objetos uns nos outros, repetir sons, chamar pelo nome para crianças de seis a nove meses; falar corretamente e pedir para que a criança fale ao invés de gesticular; pôr e tirar objetos de recipiente, indicar partes do corpo para crianças de um a dois anos; estimular brincadeiras, como correr, pular, rabiscar e contar histórias para crianças de dois a três anos (Brasil, 2019). Para gestantes, as atividades eram voltadas para orientações a cada trimestre sobre mudanças no corpo, novas emoções, gestação e preparação para a chegada do bebê.

Os manuais do PCF reforçam a prerrogativa de que é uma ação destinada às mães (ainda que não seja explicitamente), às gestantes e às crianças, com foco disciplinar, que possui abordagem individual e vigilante em domicílio sob a lógica do controle social do Estado por profissionais sem qualificação técnica. A perspectiva vigilante do Estado preocupa-se com a formação de capital humano e redução de gastos sociais futuros, além da moralização da família “por visitantes que ali desenvolvem ativíssima busca de expressões do amor materno”

(Sposati, 2017, p. 528). A garantia de direitos sociais é subsumida para dar lugar à responsabilização familiar e psicologização da assistência social. Apoiado em metodologia desenvolvida por organismos internacionais e pela captura do discurso neurocientífico, o PCF concorre com programas sociais existentes e reforça a hipervigilância no âmbito da família pauperizada, considerada incapaz de promover por si afeto e cuidado dos seus membros.

O PCF também contribui para a romantização do espaço da família, como espaço de cuidado, preservação e fortalecimento de vínculos, sem compreendê-lo com um terreno contraditório, conflituoso e heterogêneo, o que contraria princípios diretivos da própria PNAS. Assim, mobiliza elementos tradicionais de provisão social primária pela família e reforça a perspectiva de responsabilização social para o âmbito privado, bem como reduz a criança em seu potencial de desenvolvimento de tornar-se um jovem funcional e um adulto produtivo, desqualificando-a como sujeito de direitos. A finalidade foi reduzir gastos do Estado, disciplinar e educar as famílias pobres, especificamente as mães, no sentido de educá-las para promover a saída da pobreza, prevenir a violência e garantir o desempenho infantil. Com o fortalecimento da responsabilização individual da pobreza, “o Programa Criança Feliz cumpre bem a função de deslegitimar as competências das famílias pobres” (Campos, 2020, p. 15).

#### 4.1.3 Governo Jair Bolsonaro e a Secretaria Nacional da Família

O PCF ganhou continuidade na gestão de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), com a direção inicial do mesmo Ministro do governo Temer, Osmar Terra, sem modificações conceituais ao Programa instituído anteriormente. O tema da família, no entanto, ganhou maior visibilidade no governo Bolsonaro, com centralidade no âmbito das políticas públicas, garantindo a sua institucionalização e sistematização, especialmente por meio de estratégias de propaganda e divulgação. Reconhecida como política intersetorial, a família tornou-se pela primeira vez pasta de um Ministério no âmbito do Poder Executivo, com uma secretaria nacional especializada destinada ao tema.

No primeiro ano do governo, foi criado o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), reunindo antigas secretarias ligadas à Presidência da República – Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) – a outras pastas, como Secretaria Nacional da Pessoa Idosa e Secretaria Nacional dos

Direitos da Pessoa com Deficiência. Para compor o Ministério, foi criada a Secretaria Nacional da Família (SNF), por meio do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019. A SNF englobava ações dirigidas por três departamentos, a saber: Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da Família; Equilíbrio Trabalho-Família; e Desafios Sociais no Âmbito Familiar,

O MMFDH foi dirigido por Damares Regina Alves, pastora evangélica, advogada e educadora, que atuava anteriormente como assessora parlamentar, e se reconhece como uma das fundadoras dos movimentos pró-vida e pró-família no Brasil. Em seu discurso de posse como ministra, em 2019, Damares defendeu a centralidade intersetorial da família, especialmente em relação ao fortalecimento de vínculos como referência no âmbito das políticas públicas: “[...] para alcançar nossos objetivos, trabalharemos de forma especial por políticas de fortalecimento de vínculos familiares [...] nós não podemos mais pensar em política pública que não fortaleça o vínculo familiar. É nesse sentido que o governo Bolsonaro vem. [...]”.

Em acordo com esta direção, a SNF recebeu 20 competências específicas, dentre elas, destacam-se:

- I - assistir o Ministro de Estado nas questões relativas **à formação, fortalecimento e promoção da família**; [...]
- V - promover a **inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo**; [...]
- XII - propor e incentivar a **conscientização pública** acerca do papel social da família;
- XIII - **produzir e disseminar informações** para a formação, de maneira responsável, da família. (Brasil, 2019, grifos nossos)

A secretária da SNF, Angela Vidal Gandra da Silva Martins, é católica e advogada, com carreira acadêmica consolidada na área da filosofia do direito, filha de famoso jurista católico, Ives Gandra, ligado à Opus Dei. Angela Gandra também é presidente do Instituto Ives Gandra de Direito, Filosofia e Economia, e sócia da Gandra Martins Law Advogados e Associados. A advogada ganhou notoriedade por sua atuação em movimentos pró-vida e antiaborto, especialmente após representar a União dos Juristas Católicos de São Paulo em uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal (STF), que ocorreu em 2018, para tratar sobre a descriminalização do aborto a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 442.

Como secretária da Família, Angela Gandra defendia políticas familiares com foco na responsabilização privada da família no âmbito do cuidado. Em sua perspectiva, a

intermediação do Estado deveria atuar de forma subsidiária e estratégica para garantir a consolidação da família como espaço primário de cuidado, o que resultaria na redução de gastos ao Estado.

[...] se a família cuida de cada membro, então cuida da mulher, cuida do idoso, cuida da criança, cuida do adolescente, cuida do jovem, **tu colocas a responsabilidade na família, e de novo com menos gasto público e com mais eficácia.** [...] eu penso que quando investimos na família nós temos um caminho de maior felicidade humana, maior justiça social, evidentemente de maior paz, harmonia e solidariedade internacional. **Quando a gente fala “família é tudo”, não é um slogan, é uma verdade, é uma realidade, é a essência.** (Gandra, Angela, 2021, Programa Brasil em Pauta)

Os programas da SNF atuaram por intermédio de ações disciplinares e educativas, sem a prestação de serviços que auxiliassem o cuidado no âmbito familiar ou garantissem direitos sociais básicos. Com a publicação da “Cartilha sobre políticas públicas familiares”, em 2020, o governo reforçou o seu entendimento sobre o papel do Estado, da família, assim como expressou a direção das políticas familiares na referida gestão. A Cartilha tinha como propósito subsidiar o Programa Município Amigo da Família (PMAF)<sup>35</sup>, que visava incentivar os municípios a realizarem ações públicas voltadas para o tema da família. Como mecanismo de fomento à adesão dos municípios, o governo publicou editais para a concessão do Selo Município Amigo da Família (SMAF).

Segundo a Cartilha:

Para que uma política pública seja considerada familiar, ela deve almejar o **fortalecimento da estrutura e dos vínculos das famílias, tornando-as mais capazes de agir com responsabilidade diante das próprias circunstâncias.** [...] Isso significa que o poder público tem um papel de suporte, não de protagonista: uma política pública familiar é eficaz na medida em que capacita as famílias a atuar de modo livre e responsável. (Brasil, 2020, p. 7)

Evidencia-se a direção política das políticas familiares, ou seja, garantir que a família, na qualidade de instituição, se torne mais forte para que o Estado mantenha um papel apenas subsidiário na garantia de direitos sociais e de auxílio ao cuidado, principalmente em relação a determinados segmentos sociais, como crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. O documento também reforça o fortalecimento da autonomia da família,

---

<sup>35</sup> Foi primeiramente instituído através da Portaria MMFDH/GM nº 1.756, de 19 de junho de 2020, e posteriormente reformulado em 18 de janeiro de 2022, a Portaria MMFDH/GM nº 107.

manobrando a semântica do conceito de autonomia, pois o apresenta no sentido da completa ausência de intervenção externa no seio familiar. Desse modo, corrobora com a perspectiva de que a família deve ser o agente máximo de autoridade no exercício do controle de seus membros, especialmente de crianças e adolescentes.

A Cartilha deixa explícito que as políticas familiares devem exercer um papel preventivo, tendo em vista que, na sua concepção, o fortalecimento de vínculos familiares previne pobreza, violência, uso de drogas, entre outros. Segundo o documento, o fomento ao fortalecimento de vínculos, com enfoque no desenvolvimento produtivo e funcional de crianças e adolescentes, deveria ocorrer por meio de ações educativas direcionadas aos pais, o que fortalece a responsabilidade privada dos responsáveis para o desenvolvimento desses sujeitos (Figura 1).

**Figura 1** - Políticas públicas familiares como política “preventiva”



• Esta cartilha faz parte das ações do governo federal no âmbito do PMAF. Ela foi pensada para ser um material informativo básico para prefeitos e gestores municipais sobre políticas públicas familiares. Esperamos que o conteúdo aqui apresentado possa estimular os governos municipais a enxergar o papel fundamental que a família possui na sociedade e como políticas públicas familiares podem representar caminhos mais eficazes para enfrentar os desafios sociais de hoje.

**Políticas Públicas Familiares e a formação parental:**

Intervenções direcionadas para o fortalecimento familiar (...) representam um caminho favorável à prevenção de comportamentos de risco em crianças e adolescentes (FOX et al., 2004; KUMPFER et al., 2002).

O estilo parental, ou seja, o modo como os pais educam seus filhos, pode ser um fator de proteção ou de risco para o consumo de álcool e outras drogas na adolescência (VALENTE; MOREIRA e SANCHEZ, 2017).

Fonte: Cartilha sobre políticas públicas familiares, 2020.

Nessa esteira, o documento apresenta que as ações públicas municipais desenvolvidas por meio PMAF devem se fundamentar nos seguintes direcionamentos: promoção e fomento

da formação e desenvolvimento da família; fortalecimento dos vínculos familiares; projeção econômica e social da família; equilíbrio entre trabalho e família; e políticas de igualdade no combate à discriminação à família (Brasil, 2020, p. 8). Para o desenvolvimento das ações, a Cartilha incentiva a criação de um Organismo Municipal de Políticas Familiares (OMPF) em cada município, o órgão teria o papel de atuar na gestão das políticas familiares, como formulação, articulação, execução, monitoramento e avaliação das ações desempenhadas. Também é função do OMPF “promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do governo municipal” (Brasil, 2020, p. 10).

Em relação à formação da família, a Cartilha incentiva a formação conjugal entre homens e mulheres, como estrutura de prevenção social da pobreza e geradora de benefícios às crianças (Figura 2). Com efeito, explicita o formato de família em que as ações devem focar, como público-alvo, e descarta outras formações conjugais ou formatos familiares.

**Figura 2 - Políticas Públicas Familiares e a formação conjugal na Cartilha sobre políticas públicas familiares**

**Políticas Públicas Familiares e a formação conjugal:**

O casamento produz efeitos positivos sobre o bem-estar econômico e a saúde tanto dos adultos, quanto das crianças (NOCK, 2005).

Segundo o IBGE, 56,9% das pessoas que estão abaixo da linha da pobreza vivem numa família monoparental (IBGE, 2018).

“Ter sido criado em uma família formada por um casal reduziu a probabilidade de a criança viver na pobreza em cerca de 80%” (RECTOR, 2010).

Se a vulnerabilidade maior se encontra nas famílias chefiadas por mulheres, situação que torna frágeis mãe e filhos, trata-se de promover condições que permitam reverter essa situação, pelo fortalecimento tanto do lugar social da mulher, quanto do lugar do homem na família. As crianças serão seguramente beneficiadas (SARTI, 2004, p. 209).

Fonte: Cartilha sobre políticas públicas familiares, 2020.

Além da Cartilha, a SNF promoveu ações de preparação para o casamento civil, com a disponibilização de curso de ensino à distância, com o objetivo de “capacitar os nubentes e casais acerca dos desafios da vida conjugal e do cotidiano familiar” (Brasil, 2022, p. 19). Até o ano de 2022, o curso possuía 400 matriculados em 259 municípios. Percebe-se que a atuação

do Estado, no âmbito das políticas familiares, foi realizada para mobilizar e sensibilizar sobre determinada perspectiva de família tradicional e funcional, que respondesse às diretrizes neodireitistas de proteção social.

Outra ação significativa da SNF foi o Programa Famílias Fortes (PFF). O PFF baseia-se em metodologia de fortalecimento de vínculos para prevenir o uso de álcool e outras drogas, destinada ao desenvolvimento de atividades pelos pais responsáveis e fomentadas por facilitadores. Trata-se de uma adaptação do Strengthening Families Programme, desenvolvido no Reino Unido pela Oxford Brookes University. A “versão brasileira” do PFF foi desenvolvida em 2013 pela Universidade de Brasília em territórios do Distrito Federal. A versão piloto, por intermédio do governo, foi realizada em 2014, no governo Dilma Rousseff. Em 2017, sob gestão de Michel Temer, o PFF foi reorganizado e reeditado como programa público ofertado por equipamentos da saúde, assistência social e educação. Com a criação da SNF, em 2019, o Família Fortes saiu do Ministério da Saúde para ser coordenado pela pasta de Fortalecimento de Vínculos Familiares do MMFDH.

A metodologia do PFF fundamenta-se em trabalho em grupos por intermédio de facilitadores, com sete encontros regulares e quatro de acompanhamento, e ganhou notoriedade por ser barata aos cofres públicos. Com foco no desenvolvimento de crianças de 10 a 14 anos, a metodologia buscava, especialmente, garantir a adequação de habilidades parentais. Para a implementação do PFF, foram elaborados materiais informativos, como manuais, cartazes, cartões e cadernos de atividades. Durante a pandemia de Covid-19, também foram elaborados vídeos para publicação nas redes sociais do governo, com o a finalidade de promover o Famílias Fortes e orientar sobre o desenvolvimento de habilidades parentais no contexto da pandemia.

Os objetivos do Famílias Fortes são: 1) ensinar pais e filhos a desenvolverem maneiras eficazes de comunicação e relacionamento; 2) mostrar aos pais a importância de apoiar seus filhos; 3) ajudar os pais a disciplinarem e orientarem seus filhos de forma eficaz; 4) orientar os filhos sobre como compreender e valorizar seus pais; 5) ensinar os filhos a lidarem com o estresse e a pressão dos amigos; e 6) promover uma expectativa de futuro aos jovens (Brasil, 2021).

Assim, os resultados esperados do programa são: redução da agressividade, de isolamento social, de maus-tratos infantis, do uso pesado e frequente de drogas e de comportamento antissocial; melhoria na qualidade da relação familiar, nas habilidades parentais e sociais dos jovens, no engajamento escolar e do desempenho acadêmico; aumento em

autoeficácia para a aprendizagem e em perspectiva de tempo futuro; e retardo no primeiro uso de drogas. (Brasil, 2021)

Tem-se que o PFF atuava mecanismo de vigilância e disciplina dos pais e responsáveis. Na perspectiva de individualização dos problemas sociais, atribui à família a responsabilidade de desenvolver mecanismos de prevenção ao uso de álcool e outras drogas e a formação de jovens autônomos por intermédio da interação adequada, que seria ensinada por meio do programa. Nessa perspectiva, o PFF simplifica, reduz e moraliza a complexidade do uso de álcool e outras drogas na realidade contemporânea, reforçando estigmas sociais, bem como desconsidera a capacidade desenvolvimento de relacionamento entre os membros da família. Conforme Horst e Alves (2024), o Família Fortes buscava estabelecer estratégias de fortalecimento de vínculos de forma moralizante para alcançar a prevenção de “más condutas”, ensinando o que consideravam “boas condutas” aos pais e filhos.

[...] o manual orientador ainda apresenta a necessidade de pais e filhos terem *fé e serem fortes* e, lembrando ainda que famílias fortes ajudam outras famílias. O incentivo da filantropia enquanto ato de humanidade, presente veladamente ao longo dos materiais, são também disseminadores de ideologias responsabilizadoras, que retiram do Estado o dever de garantir proteção social e culpabiliza indivíduos por não conseguirem alcançar mínimos necessários para sua própria sobrevivência. Assim, o familismo torna-se uma frente ainda mais fomentada enquanto projeto de governo da extrema-direita, conforme identificamos ao longo dos materiais. (Horst; Alves, 2024, p. 80, grifos dos autores)

Além dos documentos e programas mencionados, foram instituídas outras ações com a mesma perspectiva de mobilização e disputa de concepção sobre o papel da família na sociedade, a exemplo do projeto Reconecte, instituído pela Portaria nº 3.174 de 10 de dezembro de 2020, que visava abordar sobre o uso adequado de tecnologias comunicacionais e de entretenimento nas famílias. Segundo Angela Gandra, em entrevista ao programa Brasil em Pauta (2021), o Reconecte tinha a finalidade de intervir na fragmentação do “diálogo no lar”, bem como controlar o conteúdo introduzido pela internet.

Nesse sentido, o projeto elaborou materiais didáticos e campanhas públicas, como: gibis e almanaques da “Turminha do Reconecte”, voltados para o público infantil, com diferentes temas em cada edição, como insônia digital; campanha “Navegar numa boa”, que tratou sobre os perigos do conteúdo promovido na internet, com o intuito de ensinar aos pais a conduzirem uma navegação segura aos filhos (Figura 3); campanha “Refeição em família”, por meio de cooperação com a instituição cristã Cruz Azul no Brasil, fomentou a realização de refeições em família para o fortalecimento de vínculos e prevenção de comportamentos de risco em crianças

e adolescentes (Figura 4), como o uso de drogas; curso de ensino à distância “A família e as tecnologias digitais”, que teve como público-alvo profissionais das áreas de assistência social, educação, saúde e a sociedade em geral.

**Figura 3** - Campanha “Navegar numa Boa”



Fonte: página de notícias gov.br publicada 19/11/2020.

**Figura 4** - Campanha “Refeição em família”



Fonte: página de notícias gov.br publicada 22/10/2021.

Durante o governo Bolsonaro também foi instituído o programa Equilíbrio Trabalho-Família pela Portaria MMFDH/GM nº 2.904, de 13 de novembro de 2020. Assim como os outros, este Programa atuava no processo de mobilização da sociedade, especialmente das empresas, no sentido de fomentar a atuação empresarial “familiarmente responsáveis”. Criado para incentivar a formação de uma cultura de equilíbrio entre as responsabilidades familiares e profissionais, o Programa foi composto pelos seguintes aspectos: a) ações de educação em equilíbrio trabalho-família; b) Selo Empresa Amiga da Família (SEAF); e c) Prêmio Melhores Práticas em Equilíbrio Trabalho-Família.

A forma de incentivar a responsabilidade familiar às empresas, no entanto, foi o reconhecimento público e simbólico das instituições com a emissão de selo bienal informando que a empresa cumpria os requisitos e tinha o compromisso de realizar medidas organizacionais voltadas para o equilíbrio entre trabalho e família, bem com a entrega bianual de prêmio e divulgação das melhores práticas organizacionais na página eletrônica do governo. A participação das empresas era voluntária e acontecia por meio de publicação de edital público.

As ações do Programa também consistiram em elaboração e divulgação de materiais informativos, campanhas de sensibilização e oferta de cursos. Segundo documento da SNF, elaborado como um balanço das ações durante 2019-2022, o referido Programa basicamente realizou a entrega de selos e prêmios de melhores práticas, eventos, um folder sobre “Boas Práticas de Home Office” e um curso à distância sobre “Noções introdutórias em Equilíbrio Trabalho-Família”. Não houve nenhuma ação que buscasse refletir e engajar mecanismos de mudanças nas relações de trabalho, como diminuição da jornada de trabalho, aumento do período de licença paternidade, saúde da família, entre outros.

A SNF também criou o Observatório Nacional da Família (ONF), por meio da Portaria MMFDH/GM nº 1.643 de 2020, para fomentar a criação de base de dados sobre as políticas familiares, com propósito de elaborar e difundir a temática. O ONF promoveu bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com o intuito de estimular a produção de estudos na área. Os eixos temáticos do ONF são: conciliação família-trabalho e projeção econômica e social; saúde, demografia, direito à família e à inclusão na família; direitos humanos, sistema de proteção social e políticas familiares; a família no contexto da educação; desenvolvimento e fortalecimento de vínculos familiares e parentalidade contemporânea; casamento e conjugalidade; mudanças do ciclo de vida familiar e relações intergeracionais; políticas de prevenção ao suicídio e à autolesão provocada sem intenção suicida; impacto da tecnologia nas

relações familiares; e objetivos de desenvolvimento sustentável e políticas familiares (Brasil, 2020).

Com efeito, o ONF publicou uma série de boletins “Fatos e Números”, com dados coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com seis volumes temáticos, a saber: 1) família e filhos; 2) idosos e famílias no Brasil; 3) casamento; 4) arranjos familiares; 5) saúde mental; e 6) equilíbrio trabalho-família. Ademais, o ONF elaborou uma coleção de textos sobre Família e Desenvolvimento Humanos, que recebeu três volumes: volume 1 – o papel da família na promoção da saúde mental; volume 2 – família & tecnologia: promoção do uso inteligente no seio da família; e volume 3 – família e educação: o papel dos pais e da escola na formação das crianças. No volume 2 da coleção, o texto fortalece a prerrogativa do governo em relação à responsabilidade familiar privada no âmbito do cuidado de seus membros, com a defesa de que esta função é natural e imperativa.

O fato é que seja qual for a estrutura da família, consideradas as características do desenvolvimento humano, é em seu eixo que esse desenvolvimento básico poderá ser promovido, e mesmo otimizado. **Portanto, o papel da família na promoção da saúde mental, o cuidado de seus membros, em todos os sentidos, é um imperativo natural e categorial para todas as famílias**, e isso ocorre na maioria delas. (Brasil, 2020, p. 4, grifos nossos)

Em 2022, como resultado do ONF, foi promovido o Seminário Internacional de Políticas Públicas Familiares pelo MMFDH em parceria com a Frente Parlamentar de Defesa da Família da Câmara dos Deputados. O evento além de reunir atores-chave, realizou a premiação de artigos científicos elaborados sobre fortalecimento de vínculos familiares durante a pandemia, junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Em 2020, foi instituída a Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comitê Interministerial, pelo Decreto nº 10.570, como articulação e sistematização das políticas familiares no governo. A Estratégia interministerial contou a instituição de um Comitê, que reunia representantes das áreas de direitos humanos, educação, cidadania e saúde no âmbito do Poder Público. Destacam-se as seguintes diretrizes da Estratégia:

- I - a **valorização das funções sociais da família**, baseada em relações de **reciprocidade, responsabilidade e solidariedade** entre os seus membros;
- II - o reconhecimento e o apoio às funções desempenhadas pela família [...]
- III - o fortalecimento do **valor da maternidade e da paternidade responsáveis** e do cuidado e da convivência familiar e comunitária; [...]

V - o esforço para que as ações governamentais **respeitem o projeto familiar no que se refere ao acesso ao trabalho, ao planejamento familiar, à maternidade e à paternidade**, inclusive por adoção, à parentalidade e à proteção de pessoas idosas e de pessoas com deficiência;

VI - a **promoção de uma cultura de valorização da infância e da adolescência** como fases peculiares do desenvolvimento, de reconhecimento e de apoio do papel dos pais ou responsáveis em relação às necessidades e aos direitos da criança e do adolescente, **a fim de fortalecer o papel parental e a centralidade da família**;

VIII - o **fortalecimento das redes de apoio às famílias e dos vínculos comunitários e a valorização das iniciativas da sociedade civil na promoção da qualidade dos vínculos familiares e comunitários**; [...] (Brasil, 2020, s/p, grifos nossos)

Nesse sentido, a Estratégia deve considerar a centralidade da família, o seu papel social, bem como fomentar uma cultura social e política centrada na família. O documento reforça ainda a função da sociedade civil, como agente fundamental das políticas familiares. O Comitê tem o propósito de mapear ações existentes que impactam o fortalecimento de vínculos e de propor a articulação e sistematização de iniciativas sobre o tema. O resultado disso consiste na elaboração e acompanhamento da execução do Plano de Ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares. Assim, o Comitê interministerial identificou 130 iniciativas de diferentes áreas do governo e selecionou 40 iniciativas para fazerem parte do Plano (Quadro 1). Conforme documento da SNF, até 2022, quinze iniciativas contidas no Plano foram concluídas.

O Plano foi aprovado em dezembro de 2021 pela Resolução nº 1 do Comitê. Sob coordenação dos Ministérios componentes do Comitê, isto é, Mulher, Família e Direitos Humanos, Cidadania, Educação e Saúde, e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Economia (ME), o documento propõe a realização das seguintes ações:

**Quadro 2 - Ações previstas pelo Plano de Ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares**

<b>Ações previstas</b>	<b>Ministérios responsáveis</b>
Disponibilizar o Famílias Fortes como metodologia para o trabalho com famílias no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Ministério da Cidadania Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Realizar benchmarking de boas práticas e metodologias baseadas em evidências para atuação com famílias com situação de violência intrafamiliar	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

ou negligência grave, para superação do ciclo de violência e desenvolvimento de parentalidade positiva	Ministério da Cidadania
Realizar estudo para mapear, e adaptar para o contexto brasileiro, instrumentos de avaliação da gravidade do risco para crianças e adolescentes no contexto familiar	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Cidadania
Disponibilizar metodologias de fortalecimento de vínculos familiares e promoção da integração entre família e escola e desenvolvimento de habilidades psicossociais às escolas que aderirem ao Programa Educação e Família	Ministério da Educação Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Disponibilizar metodologias de fortalecimento de vínculos familiares e promoção da integração entre família e escola e desenvolvimento de habilidades psicossociais às escolas cívico-militares	Ministério da Educação Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Desenvolver metodologia para avaliação do impacto familiar das políticas, dos programas e das ações em elaboração ou implementados pelos órgãos do Poder Executivo federal	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Realizar pesquisa sobre a temática do equilíbrio trabalho-família, a ser aplicada entre os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional federal, de modo a subsidiar o aprimoramento de políticas de gestão de pessoas do Poder Executivo federal	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Economia
Integrar a temática da literacia familiar a ações e programas voltados ao fortalecimento de vínculos familiares	Ministério da Educação Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Incluir a temática de Equilíbrio Trabalho-Família no Plano Nacional de Ação sobre Empresas e Direitos Humanos	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Abordar temáticas relacionadas a maternidade (espaço maternidade, jornada diferenciada para mães) nas edições do Programa Pro-equidade	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Realizar ações no âmbito do "ConectaGente" sobre o equilíbrio trabalho-família na administração pública direta, autárquica e fundacional federal	Ministério da Economia Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Contemplar, no Plano Nacional de Ação - Empresas e Direitos Humanos, diretrizes para que possíveis impactos sobre vínculos familiares e comunitários estejam previstos nos mecanismos de reparação das violações de direitos decorrentes da atuação de empresas	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Realizar pesquisa sobre trajetórias pessoais, perfis e históricos familiares de adolescentes a partir de 15 anos inseridos em serviços de acolhimento e/ou jovens egressos de serviços de acolhimento	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

	Ministério da Cidadania
Realizar estudos acerca do conceito de negligência familiar e dos critérios de sua detecção e mensuração a partir de definições e práticas nacionais e internacionais	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Cidadania
Apoiar projetos de Moradia Primeiro para famílias em situação de rua e famílias de imigrantes e refugiados, e ofertar o Programa Famílias Fortes aos beneficiários	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Desenvolver estratégia de fortalecimento das famílias como ambiente de prevenção e apoio para pessoas vitimadas	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Realizar diagnóstico da oferta de proteção social integrada às famílias com crianças na primeira infância	Ministério da Cidadania
Renovar, para 2022, a campanha "Refeição em Família", que promove a convivência familiar saudável e o diálogo como forma de prevenção ao abuso de álcool, outras drogas e dependência tecnológica	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Cidadania
Criar o Sistema Nacional de Prevenção às Drogas - SINAP, com Programas de Prevenção que fortalecem os fatores protetivos e os vínculos familiares, baseados nas diretrizes internacionais e em evidências científicas	Ministério da Cidadania Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Saúde
Implementar ações e metodologias de fortalecimento de vínculos familiares no âmbito do Projeto Cuidar	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Cidadania
Inserir a previsão de ações de fortalecimento dos vínculos familiares nos Acordos de Cooperação Técnica firmados com as prefeituras no âmbito do Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Fornecer capacitação em gestão familiar do empreendimento rural, contemplando conteúdo de fortalecimento de vínculos familiares	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Disponibilizar curso de capacitação na temática de fortalecimento dos vínculos familiares para os profissionais das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - ASBRAER
Fornecer kit de literacia familiar para as famílias beneficiárias do Programa Criança Feliz	Ministério da Cidadania Ministério da Educação

Disponibilizar capacitação sobre literacia familiar para os visitantes do Programa Criança Feliz	Ministério da Cidadania Ministério da Educação
Disponibilizar cursos de fortalecimento de vínculos familiares no projeto Mães Unidas	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Promover a participação de forma integrada das ações realizadas pelo Governo federal relativas ao mês da valorização da Paternidade, do Aleitamento Materno e da Primeira Infância	Ministério da Cidadania Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Inserir conteúdos sobre Primeira Infância no Curso Paternidade e Cuidado disponível no Ambiente virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS)	Ministério da Saúde
Mapear ações de capacitação ofertadas pelo Governo federal relacionadas à paternidade e ao fortalecimento de vínculos familiares	Ministério da Cidadania Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Incluir ações e metodologias para o fortalecimento de vínculos familiares como estratégia de prevenção no Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce de Adolescentes	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Lançar orientações para a Educação Abrangente em Afetividade e Sexualidade e Desenvolvimento de Habilidades de Vida para Adolescentes, contendo a perspectiva de fortalecimento de vínculos familiares	Ministério da Saúde Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Disponibilizar, por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC), vagas no Curso de Aperfeiçoamento em Bem-Estar no Contexto Escolar	Ministério da Educação
Expandir o acesso à capacitação "Atendimento de Família na Saúde Mental" para servidores que atuam em serviços de atendimento ou interlocução com a família	Ministério da Saúde
Realizar concurso de artigos científicos sobre o tema de fortalecimento dos vínculos familiares no contexto da pandemia da Covid-19	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Educação
Lançar edital de seleção de projetos conjuntos de pesquisa sobre temáticas relacionadas à família	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Ministério da Educação
Desenvolver ações conjuntas visando a disponibilização aos nubentes, no momento da habilitação para o casamento civil, de material informativo para melhor preparação para o matrimônio	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Conselho Nacional de Justiça - CNJ

	Confederação Nacional dos Notários e Registradores - CNR Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais - ARPEN
Desenvolver estratégias de suporte às famílias de pessoas desaparecidas no âmbito da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Reconhecer, no âmbito da Política Nacional de Cuidados, a importância do cuidador familiar e a necessidade de apoiá-lo e compensá-lo, promovendo uma divisão de responsabilidades entre a família, o Estado, o mercado e as organizações da sociedade civil	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Promover, no âmbito da Política Nacional de Cuidados, a participação de homens e mulheres no cuidado familiar	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Incluir temáticas de fortalecimento de vínculos familiares na capacitação para gestores municipais e conselheiros dos direitos da pessoa idosa	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Fonte: Resolução nº 1 do Comitê Interministerial da Estratégia Nacional para o Fortalecimento de Vínculos Familiares, 2021.

A centralidade no fortalecimento de vínculos familiares do governo Bolsonaro baseia-se em fundamentos neodireitistas, que fomentam o pânico moral do “fim da família” por intermédio de dados que demonstram a alteração da composição familiar no Brasil, com a diminuição de casamentos civis e da quantidade de filhos por família, bem como apresentam o aumento de divórcios e de casais sem filhos. A associação é fomentada por documento elaborado pela própria SNF: “é possível observar também uma diminuição no número de casamentos e de registro de nascimentos [...], o que corrobora a necessidade de uma política voltada para o fortalecimento dos vínculos familiares” (Brasil, 2022, p. 4).

Em relação ao orçamento da SNF, em 2019, a pasta não recebeu dotação orçamentária própria. Contou com recursos próprios a partir de 2020, sendo R\$ 2.761.753,47 de dotação discricionária e R\$ 3.595.454,00 de emendas parlamentares. Em 2021, houve um aumento, com R\$ 4.660.711,00 de dotação discricionária e R\$ 2.303.999,00 de emendas parlamentares. Por fim, em 2022, o montante foi ainda maior, alcançando R\$ 4.819.386,29 de dotação discricionária e R\$ 3.850.000,00 de emendas parlamentares. Desse orçamento houve a execução orçamentária de 85% em 2020, 99% em 2021 e de 53% em 2022, conforme dados governamentais.

Percebe-se o papel fundamental do Poder Legislativo para a execução das políticas familiares no governo Bolsonaro por meio da alocação de recursos no Poder Executivo com emendas parlamentares. De acordo com Lessa (2019), as demandas legislativas em favor da família tradicional e patriarcal aumentaram consideravelmente na última década; elas foram classificadas em três grandes eixos pela autora: projetos contra o aborto, com aumento significativo a partir de 2008, por intermédio da bancada evangélica e movimentação do Poder Executivo em relação à descriminalização do aborto; ações de demandas contra a agenda de direitos para a população LGBTQIAPN+, com maior engajamento e número de projetos a partir de 2011 com o projeto de lei apelidado “cura gay”; e, em 2014, projetos contra os temas sobre igualdade de gênero, ou o que ficou conhecido como “ideologia de gênero”. A articulação com Poder Legislativo sinaliza a afinidade ideológica existente com o Poder Executivo em termos de concepção e promoção do tema família.

As políticas familiares, com distinção familista, atuaram especialmente por um papel de divulgação, promoção e fortalecimento de uma concepção de família, bem como de que essa é a instituição primária de provisão privada das necessidades sociais, responsável pelos cuidados e por problemas sociais de diversas ordens, como uso de drogas, pobreza, violência, entre outros. Assim, reforçam a perspectiva de que a “proteção social neodireitista, portanto, deve ser residual, ínfima, capaz de “permitir” em vez de “proporcionar”, ou seja, deve ter por finalidade capacitar os indivíduos para que encontrem formas de autoproteção” (Pereira-Pereira, 2016, p. 138). A autoproteção no âmbito das políticas familiares neodireitista baseia-se na individualização, privatização e moralização das desigualdades sociais.

## Considerações finais

A ideologia da Nova Direita baseia-se em um processo histórico que forneceu elementos concretos para sua definição, especialmente nas transformações ocorridas a partir da década de 1970 nos Estados Unidos, no contexto de transformações econômicas, políticas e sociais. Embora a ideologia se insira no espectro político da direita tradicional, ela não é sinônimo de uma atualização dessa vertente. Ela é caracterizada, especialmente, pela fusão ideológica entre neoconservadorismo e neoliberalismo. A sua novidade, como Levitas (1995) afirma, reside na forma como suas ideias são articuladas e implementadas. O novo apresenta-se pela ruptura política e esgotamento de um pacto social anteriormente consensuado socialmente.

A Nova Direita mobiliza uma disputa de ideias e mentalidades, buscando remodelar a opinião pública e organizar o descontentamento da sociedade, traduzido em pânico moral e econômico. Com diferentes técnicas comunicacionais, a Nova Direita conseguiu mobilizar a grande massa da sociedade, apresentando suas ideias e questões relacionadas à sexualidade, ao gênero, à família e à oposição ao Estado social. Com efeito, a ideologia busca fortalecer as instituições do mercado, da igreja e da família patriarcal, em favor da privatização, individualização egoística e moralizada, em detrimento do público, da igualdade e da justiça social.

Contrária aos avanços sociais e democráticos, a Nova Direita tem tido influência significativa nas políticas sociais desde os anos 1980, disputando a sua concepção, arranjo e legitimidade. Com efeito, no Brasil, a ideologia emergiu como uma resposta à necessidade de reposicionamento ideológico no contexto da Nova República e da redemocratização do país (Alves, 1999). Ademais, o desenvolvimento da ideologia refletiu a continuidade de uma ordem política conservadora, autoritária e elitista, que persiste desde a formação social brasileira e forjam a cultura política do país.

A cultura política brasileira, como práxis política que guia a ação pública, é construída a partir de mitos fundadores que atuam para justificar e explicar a realidade. Tais mitos, presentes desde o período colonial, têm sido constantemente renovados para fortalecer as classes dominantes e manter sua posição como elite política, manifestando-se sob novas formas (Chauí, 2000). Esses elementos podem reaparecer periodicamente, como fenômenos autoritários, nos processos políticos do país (Schwarcz, 2019). Nesse contexto, a Nova Direita nasceu como uma força política que se alimenta dessas tensões, contestando a democracia e

promovendo valores conservadores e autoritários, para atuar na destituição e descaracterização dos direitos sociais e democráticos.

Nos processos políticos e econômicos das décadas de 1990 e 2000, marcados pela hegemonia neoliberal, as políticas sociais, que inicialmente garantiram avanços importantes na Constituição de 1988, foram enfraquecidas. A reformulação das políticas sociais, com foco na privatização e na descentralização, fortaleceu um novo pacto social que reforçou a hegemonia da burguesia (Behring, 2003). Com hegemonia neodireitista nos governos de Temer e Bolsonaro, a Nova Direita atuou na redefinição das políticas sociais, caracterizando-as pelo voluntariado, pelo desfinanciamento, pelo familismo e pela desdemocratização do público.

As políticas familiares, em especial, ganharam destaque, com a instrumentalização da família como instituição primária para suprir necessidades sociais, promovendo a privatização do cuidado, individualização dos problemas sociais, autoproteção e responsabilização moral.

O programa "Criança Feliz", lançado durante o governo Temer, refletiu esse processo, sendo um exemplo de como a Nova Direita reforçou a hipervigilância no âmbito da família pauperizada, considerada incapaz de promover por si afeto e cuidado dos seus membros, bem como a individualização e culpabilização dos problemas sociais. O PCF contribuiu para a romantização do espaço da família, como espaço de cuidado, preservação e fortalecimento de vínculos, sem compreendê-lo com um terreno contraditório e heterogêneo.

Com efeito, o referido programa mobilizou elementos tradicionais de provisão social primária pela família, atualizado por um discurso neurocientífico e econômico, que reduz a criança a um devir funcional e produtivo. Além disso, reforçou o papel do Estado de disciplinar e educar as famílias pobres, especificamente as mães, como método preventivo da pobreza, violência e comportamentos considerados socialmente inadequados.

O Criança Feliz ganhou continuidade no governo Bolsonaro. A institucionalização de políticas familiares familistas foi ampliada nesta gestão, com a criação de uma secretaria voltada para a família, reforçando uma visão de que a família deve assumir o papel de garantir a proteção social e os cuidados de seus membros, minimizando a responsabilidade do Estado. Os diferentes programas, projetos e ações da Secretaria Nacional da Família atuaram de forma disciplinar e educativa, com estratégias de divulgação e propaganda de uma concepção de família e provisão social, sem a prestação de serviços e políticas que auxiliassem o cuidado no âmbito familiar ou que garantissem direitos sociais básicos.

As políticas familistas neodireitistas, com base na moralização das desigualdades sociais, buscam fortalecer a ideia de "autoproteção", onde o indivíduo é responsável por sua própria condição social, sem contar com o apoio do Estado (Pereira, 2016). Em linhas gerais, as políticas sociais da Nova Direita no Brasil refletem uma ideologia de privatização, responsabilização individual e enfraquecimento do Estado social, com o objetivo de reduzir os direitos conquistados e reforçar a moralidade conservadora. Essas políticas buscam transformar a família em um agente central na gestão das necessidades sociais, ao mesmo tempo em que desqualificam o papel do Estado na promoção da igualdade e da justiça social.

Após o encerramento das gestões Temer e Bolsonaro, em 2023 foi iniciada a terceira gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. Percebe-se que o tema da família ganhou maior relevância e protagonismo nesta gestão também. A pasta da família saiu dos direitos humanos e foi acoplada aos temas associados à assistência social, na criação do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. A família é tema de secretaria na estrutura do Ministério, com a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. No entanto, percebe-se que o conteúdo é outro. A atual gestão apresenta a perspectiva da política de cuidados pelo Estado, com a garantia da proteção social às famílias, e atenção especial às desigualdades de gênero, de raça, de etnia, territoriais, de ciclo de vida e às pessoas com deficiência.

É mister reconhecer a relevância de uma agenda de pesquisa sobre políticas familiares, que identifique as rupturas e continuidades entre as gestões, bem como analise o impacto social, cultural e político das ações implementadas nas gestões neodireitistas. De modo semelhante, vale compreender quais são os resquícios de gestões governamentais neodireitistas que contornam as políticas sociais atualmente. O trabalho apresentado buscou lançar olhar sobre tema, identificando as distinções e perspectivas do período, mas não esgota a agenda de pesquisa.

## Referências

Afonso, Almerindo Janela. **Estado, Políticas Educacionais e Obsessão Avaliativa**. In: *Contrapontos*, volume 7, nº.1, Itajaí, jan./abr. de 2007.

Alencar, Gustavo de. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política. **Revista teoria e cultura**, v. 13, n. 2. Dezembro, 2018.

Almond, Gabriel A.; Verba, Sidney. **Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations**. California: Sage Publications, 1989.

Alvarez, Sonia, Dagnino, Evelina. Escobar, Artur. O cultural e o político nos movimentos sociais. In: Alvarez, Sonia, Dagnino, Evelina. Escobar, Artur. **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Alves, Maria Teresa Gonzaga. Conteúdos ideológicos da Nova Direita no Município de São Paulo: análise de surveys. **Revista opinião pública**. Vol, VI, n. 2, pp. 187-225. Campinas, 2000.

Ansell, Amy Elizabeth. **New Right, New Racism: Race and Reaction in the United States**. London: Macmillan Education, 1997.

Antunes, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Araújo, Francisco José. Mandonismo e cultura política pós-1985. Tese de doutorado. **Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista**. Araraquara, 2006.

Aron, Raymond. **The opium of the intellectuals**. New York: Norton & Company, 1962.

Banco Mundial. **Como investir na Primeira Infância: um guia para a discussão de políticas e a preparação de projetos de desenvolvimento da primeira infância**. São Paulo: Editora singular, 2011.

Baquero, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **Revista São Paulo em perspectiva**, 15(4), 2001.

Barry, Norman P. **The New Right**. Vol. 3. London/New York: Routledge Taylor & Francis Group, 1987.

Behring, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

Behring, Elaine Rossetti. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: Boschetti, Ivanete [et al] (org). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

Behring, Elaine Rossetti; boschetti, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bell, Daniel. **The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties**. New York: Free press, 1988.

Bernadino-Costa, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**. Vol, 31, n. 1, jan/ab 2016.

Biroli, Flávia; Quintela, Débora Françolin. Mulheres e direitos humanos sob a ideologia da “defesa da família”. In: Avritzer, Leonardo; Kerche, Leonardo; Marona, Marjorie (Orgs) Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Borba, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. XI, n. 1, Março, 2005.

Boschetti, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

Boschetti, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres e Editora UnB, 2008.

Boschetti, Ivanete; Teixeira, Sandra Oliveira. O dacioniano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. In: SALVADOR, Evilásio [et al] (org). **Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

Boulos, Guilherme. A onda conservadora. In: Demier, Felipe; Hoeweler, Rejane (org). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Brasil. **Balanco – Secretaria Nacional da Família**. 2022.

Brasil. **Cartilha sobre políticas públicas familiares**. 2020.

Brasil. Decreto nº 10.570, de 9 de dezembro de 2020. **Institui a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e seu Comitê Interministerial**.

Brasil. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. **Institui o Programa Criança Feliz**.

Brasil. Decreto nº 9.579, de 22 de novembro 2018. **Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências**.

Brasil. Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão, Funções Comissionadas do Poder Executivo e Funções Gratificadas, transforma cargos em comissão do grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE**.

Brasil. **Guia para visita domiciliar – Manual**. 2019.

Brasil. **Guia para visita domiciliar – Programa Criança Feliz**. 2017.

Brasil. **Manual de Introdução do Programa Famílias Fortes**. 2021.

Brasil. Portaria MC/GM Nº 664, de 2 de setembro de 2021. **Consolida os atos normativos que regulamentam o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social – SUAS**.

Brasil. Portaria MMFDH/GM nº 1.643, de 19 de junho de 2020. **Institui o Observatório Nacional da Família**.

Brasil. Portaria MMFDH/GM nº 1.756, de 19 de junho de 2020. **Institui o Programa Município Amigo da Família (PMAF) e dá outras providências.**

Brasil. Portaria MMFDH/GM nº 107, de 18 de janeiro de 2022. **Institui o Programa Município Amigo da Família.**

Brasil. Portaria MMFDH/GM nº 2.904, de 13 de novembro de 2020. **Institui o Programa de Equilíbrio Trabalho-Família.**

Brasil. Portaria MMFDH/GM nº 3.174, de 10 de dezembro de 2020. **Institui o Projeto-piloto Reconecte, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.**

Brasil. Resolução nº 1, MMFDH/SNF, do Comitê Interministerial da Estratégia Nacional de Fortalecimento de vínculos familiares, de 31 de dezembro de 2021. **Aprova o plano de ações da Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares.**

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

Brown, Wendy. Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-democratization. **Political Theory**, vol. 34, n. 6, pp. 690-714, 2006.

Brown, Wendy. We are all democrats now... In: AGABEN, Giorgio et al. **Democracy in what state?** New York: Columbia University, 2011.

BSL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).**

Campos, Maria Silva; Teixeira, Solange. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. **Rev. Katál.** Florianópolis v. 13 n. 1 p. 20-28 jan./jun. 2010.

Campos, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015445, p. 1-22, 2020.

Carapanã. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano [et al] (org). **O ódio como política:** a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita:** aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: Gallego, Esther Solano [et al] (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. Nova direita, bolsonarismo e a urgência da luta social contra o atual movimento reacionário no Brasil. In: Buzetto, Marcelo (org). **Democracia e direitos humanos no Brasil**: a ofensiva das direitas [2016/2020]. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

Castro, Henrique Carlos de O. Cultura Política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Vol. 1, n. 1, jan/jun. 2008.

Castro, Henrique Carlos de Oliveira de; Santos, Débora de Oliveira; Beal, Luana Isabelle. A armadilha da cultura cívica revisitada: a persistência dos limites analíticos no campo da cultura política. Revista Debates, Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 9-28, 2022.

Cepêda, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Revista mediações**, v. 23, n. 2. Dossiê: interpretações do Brasil contemporâneo. Londrina, 2018.

Cepêda, Vera Alves. A nova direita no Brasil: ideologia e agenda política. In: BUZETTO, Marcelo (org). **Democracia e direitos humanos no Brasil**: a ofensiva das direitas [2016/2020]. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2021.

Césaire, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 2ª ed. Santa Catarina: Letras contemporâneas - Livraria livros & livros, 2020.

Charloub, Jorge; Lima, Pedro; Perlatto, Fernando. Apresentação: Direitas no Brasil contemporâneo. **Revista teoria e cultura**, v. 13, n. 2. Dezembro, 2018.

Charloub, Jorge; Perlatto, Fernando. Intelectuais da “nova direita” brasileira: ideias, retórica e prática política. **Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS**. GT 19 – Intelectuais, cultura e democracia. 2015.

Chauí, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Abramo, 2000.

Chauí, Marilena. **O que é ideologia**. Coleção primeiros passos. 9. ed. Brasília: Editora brasiliense, 1982.

Codato, Adriano; Bolognesi, Bruno; Roeder, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel, André; Cudas, Gustavo (org). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Conover, Pamela Johnston. The Mobilization of the New Right: A Test of Various Explanations. **The Western Political Quarterly**, vol. 36, n. 4, pp. 632-649, 1983.

Cooper, Melinda. **Family values**: between neoliberalismo and the New Social Conservatism. New York: Zone books, 2017.

Cooper, Melinda. Neoliberalism's Family Values: Welfare, Human Capital, and Kinship. In: Plehwe, Dieter; Slobodian, Quinn; Mirowski, Philip. **Nine lives of neoliberalismo**. London/New York: Verso, 2020.

Coutinho, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre idéias e formas. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Coutinho, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Coutinho, Carlos Nelson. Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de, et al. **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na época da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

Cuche, Denys. **A noção da cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Demier, Felipe. Introdução: O barulho dos inocentes: a revolta dos “homens de bem”. In: Demier, Felipe; Hoveler, Rejane (org). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Demier, Felipe; Melo, Demian. Onda conservadora, crise orgânica e *cesarismo de toga* no Brasil. In: Boschetti, Ivanete [et al] (org). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018.

Diamond, Sara. **Not by Politics Alone:** The enduring influence of the Christian Right. New York: The Guilford Press, 1998.

Durham, Martin. **Sex & Politics:** the Family and Morality in the Thatcher Years. London: Macmillan Education, 1991.

Eagleton, Terry. **Ideologia:** uma introdução. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

Einstein, Zillah. The Sexual of the New Right: Understanding the “Crisis of Liberalism” for the 1980s. **Signs**, vol. 7, n. 3, Feminist Theory, pp. 567-588, 1982.

Engle, Patrice; Lucas, Jane E. **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC)** – Manual de orientação às famílias. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2012.

Esping-Andersen, Gøsta. Social foundations of postindustrial economies. New York: Oxford, 1999.

Faleiros, Vicente de Paula. **A política social do Estado Capitalista.** 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Fernandes, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil em questão. In: DAVID, Antônio (org). **O Brasil de Florestan.** Coleção Pensadores do Brasil: do tempo da ditadura ao tempo da democracia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

Fernandes, Florestan. **Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Finguerut, Ariel. **Entre George W. Bush (2000-2008) e Barack H. Obama (2009):** a efetividade da Nova Direita no consenso político norte-americano. Tese apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas. Campinas, 2014.

Francis, Samuel T. Message from MARs: the social politics of the New Right. In: Whitaker, Robert W. (editor) **The new right papers:** the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices. New York: St. Martin’s Press, 1982.

Gamble, Andrew. **The Free Economy and the Strong State: the politics of tatcherism.** London: Macmillan Education, 1988.

Gentile, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **Revista Plural**, vol. 25, n. 1. Dossiê: um espectro ronda o Brasil (à direita). São Paulo, 2018.

George, Vic; Wilding, Paul. **Ideology and Social Welfare.** London: Routledge and Kegan Paul, 1976.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Vol. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2014.

Grosfoguel, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia.** Vol. 1, n. 2, jul./dez. Rio de Janeiro, 2009.

Harvey, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Hoeveler, Rejane. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da “nova direita” brasileira. In: Demier, Felipe; Hoeveler, Rejane (org). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Hoeveler, Rejane; Melo, Demian. A agenda anticorrupção e as armadilhas da “pequena política”. In: Demier, Felipe; Hoeveler, Rejane (org). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Horst, Claudio Henrique Miranda; Mito, Regina Célia Tamasso. Crise, neoconservadorismo e ideologia da família. In: Paiva, B. A. de; Sampaio, S. S. (orgs). **Serviço social: questão social e direitos humanos.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2021. v. 4, cap.2, p. 34-58.

Ianni, Octávio. **Enigmas do pensamento Latino-Americano.** São Paulo: IEA/USP, 2002.

Ianni, Octávio. **Estado e capitalismo.** 2ª edição. São Paulo: 1989.

Ianni, Octávio. **Pensamento social no Brasil.** (Coleção ciências sociais) Bauru: EDUSC, 2004.

Ianni, Octávio. **Tipos e mitos da modernidade**: seminário de literatura. Belém: Instituto de artes do Pará, 2001.

Inglehart, Ronald. **The Renaissance of the political culture**. American Political Science Review, vol. 82, n. 4, 1988.

Kaysel, André. Regressando ao regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

King, Desmond S. **The New Right**: politic, markets and citizenship. London: Macmillan Education, 1987.

Konder, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão popular, 2020.

Kosik, Karel. **Dialética do concreto**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

Kristol, Irving. **Neoconservatism**: the autobiography of an idea. Chicago: Elephant paperbacks, 1995.

Lacerda, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

Laville, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Leitner, Sigrid. Varieties of familialism: the caring function of the Family in comparative perspective. *European Societies* 5(4), 2003, pp. 353-375.

Levitas, Ruth. **New Right Utopias**. *Radical Philosophy*, 039, Spring, 1995.

Libby, Roger W. **Sex, 'The' Family, and the Religious New Right**. *Alternative Lifestyles*, 5(4), 1983.

Lowndes, Joseph E. **From the New Deal to the New Right**: race and Southern Origins of Modern Conservatism. New Haven/London: Yale University, 2008.

Lowy, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1989.

Loxley, Andrew; Thomas, Gary. **Neo-conservative, Neo-liberals, the New Left and Inclusion**: Stirring the pot. Cambridge Journal of Education, vol. 31, n. 3, 2001.

Lukács, Gyorgy. **História e consciência de classe**: estudos de dialética marxista. 2. Ed. Rio de Janeiro: Elfos, 1989.

Madison Social Text Group. The New Right and Media. Social Text, n. 1, pp. 169-1980, 1979.

Manheim, Karl. **Ideologia e utopia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

Marx, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011. Versão e-book.

Marx, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

Melo, Demian. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: Demier, Felipe; Hoeveler, Rejane (org). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

Mercadante, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

Miguel, Luís Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: Gallego, Esther Solano [et al] (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Moisés, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. Ensaio 142. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Naldini, Manuela. **The Family in the Mediterranean welfare states**. London: Frank Cass Publishers, 2003.

Netto, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

Netto, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão popular, 2011b.

Netto, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

Neves, Angela Vieira. **Cultura política e democracia participativa: um estudo sobre o orçamento participativo**. Rio de Janeiro: Gramma, 2008.

Neves, Angela Vieira; Barros, Melina Sampaio de Ramos; Imperatori, Thaís Kristosch. **Cultura política: uma chave analítica para reflexões sobre política social**. In: Estado, Política Social e Direitos. Embu das Artes, São Paulo: Alexa, 2021.

Oliveira, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

Osório, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras expressões, 2014.

Pateman, Carole. **Political Culture, Political Structure and Political Change**. British Journal of Political Science, vol. 1, issue 3, pp. 291-305, 1971.

Pereira, Camila Potyara. Nova Direita, corporocracia e política social. In: Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida (org). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social**. São Paulo: Cortez, 2020.

Pereira, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

Pereira, Camila Potyara; Duarte, Janaína Lopes do Nascimento; Santos, Liliam do Reis Souza. Capitalismo dependente, Estado e autoritarismo. **Revista Textos & Contextos**, v. 20, n. 1, pp. 1-11, jan-dez. Porto Alegre, 2021.

Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida. **A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado**. Serviço Social e Sociedade, v. 73, a. XXIV, 2003.

Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: Sales, Mione Apolinário; Matos, Maurílio Castro de; Leal, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2010, pp. 25-42.

Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida. **Política Social**: temas e questões. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do *ethos* solidário à moral egoísta. In: Pereira-Pereira, Potyara Amazoneida (org). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020.

Petchesky, Rosalind Pollack. **Antiabortion, Antifeminism, and the Rise of the New Right**. *Feminist Studies*, vol 7, n. 2, pp. 206-246, 1981.

Pierson, Christopher. **The Modern State**. 2. ed. Taylor & Francis e-Library, 2004.

Pierucci, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Revista novos estudos**, n. 19. Dezembro, 1987.

Quadros, Marcos Paulo dos Reis. **Conservadorismo à brasileira**: sociedade e elites na contemporaneidade. Tese. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2015.

Quivy, Raymond; Campenhoudt, LucVan. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. Ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

Reygadas, Luis. **La apropiación**: destejendo las redes de la desigualdad. Barcelona: Anthropos editorial, 2008.

Rocha, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel, André; Cudas, Gustavo (org). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Rocha, Camila. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: Gallego, Esther Solano [et al] (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Rossi, Pedro; Dweck, Esther. O discurso econômico da austeridade e os interesses velados. In: Gallego, Esther Solano [et al] (org). **O ódio como política**: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Rossi, Pedro; Dweck, Esther; Arantes, Flávio. Capítulo 1. Economia política da austeridade. In: Rossi, Pedro; Dweck, Esther; Oliveira, Ana Luíza Matos de (orgs) **Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2018.

Rusher, William A. The new right: past and prospects. In: Whitaker, Robert W. (editor) **The new right papers: the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices**. New York: St. Martin's Press, 1982.

Sales, Teresa. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol 9, n. 25, jun. São Paulo, 1994.

Sampaio, Plínio de Arruda. Ascenso da “nova direita” na América Latina: o caso brasileiro. In: Álvarez, Jairo Estrada; Martín, Carolina Jiménez; Puello-socarrás, José Francisco (org). **Contra nuestra América: estrategias de la derecha em el siglo XXI**. CLACSO, 2020.

Santos, Fabiano; Tanscheit, Talita. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. **Revista Colombia Internacional**, n. 99, pp. 151-186, jul/set., 2019.

Saraceno, Chiara. **Advanced introduction to Family Policy**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022.

Saraceno, Chiara. Family change, family policies and the restructuring of welfare. In: **Family, Market and Community: Equity and Efficiency in Social Policy**, Paris: OECD, 1997, pp. 81–100.

Sátyro, Natália; Midaglia, Carmen. Family Policies in Latin American Countries: Re-enforcing Familialism. In: Sátyro, Natália; Midaglia, Carmen; Pino, Eloísa del. (Editors). **Latin American Social Policy Developments in the Twenty-First Century**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2021.

Saunders, Frances Stonor. **Quem pagou a conta? A CIA na guerra fria da cultura**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Schafer, Axel R. **Countercultural Conservatives: american evangelicalism from the postwar revival to the New Christian Right**. Madison: University of Wisconsin-Madison, 2011.

Schwarcz, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

Schwarz, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5a ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

Schwarz, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: Schwarz, Roberto. **O pai de família e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Silva, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013-2016). **Revista conversas e controvérsias**, v. 5, n. 1, p. 75-95, jan-jun, 2018.

Solano, Carlos Borba. La encrucijada de la desigualdade y la política social en América Latina. In: Gentili, Pablo (org). **Desigualdad y justicia social em América Latina**. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil/PPFH/UERJ, 2016.

Sposati, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 526-546, set./dez. 2017.

Therborn, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. Tradução de Fernando Rugitsky. **Revista Novos Estudos**, n. 87, pp. 145-156, julho, 2010.

Thiollent, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. **Rev. Sociol.** 10(3): 63-100. USP, São Paulo, 1998.

Thompson, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Valle, Maria Ribeiro do. Apresentação. **Revista Estudos de Sociologia**, vol. 22, n. 42. Dossiê: Faces da nova direita no Brasil. Araraquara, 2017.

Viguerie, Richard. Ends and means. In: Whitaker, Robert W. (editor) **The new right papers**: the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices. New York: St. Martin's Press, 1982.

Villazón, Julio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In: Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel, André; Cotas, Gustavo (org). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

Weffort, Francisco Corrêa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

Weyrich, Paul M. Blue collar or blue blood? The New Right compared with the Old Right. In: Whitaker, Robert W. Societal property right. In: Whitaker, Robert W. (editor) **The new right papers:** the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices. New York: St. Martin's Press, 1982.

Williams, Raymond. **Cultura e materialismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Williams, Raymond. **Palabras clave:** un vocabulario de la cultura y la sociedad. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

Wilson In: Whitaker, Robert W. (editor) **The new right papers:** the nature and goals of the movement, explained by its most prominent voices. New York: St. Martin's Press, 1982.